



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ – UFC
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CENTRO DE TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO – CETREDE
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA/RENAESP
ESPECIALIZAÇÃO EM CIDADANIA, DIREITOS HUMANOS E SEGURANÇA
PÚBLICA – TURMA II

PATRÍCIA MENA BARRETO VIEIRA

AÇÕES PREVENTIVAS DE DEFESA CIVIL E A PARTICIPAÇÃO POPULAR:
UM ESTUDO DE CASO NAS COMUNIDADES BOA VISTA E RODOLFO TEÓFILO

FORTALEZA
2009

PATRÍCIA MENA BARRETO VIEIRA

AÇÕES PREVENTIVAS DE DEFESA CIVIL E A PARTICIPAÇÃO POPULAR:
UM ESTUDO DE CASO NAS COMUNIDADES BOA VISTA E RODOLFO TEÓFILO

Monografia apresentada à Universidade Federal do Ceará, Departamento de Ciências Sociais, para obtenção do grau de Especialista em Cidadania, Direitos Humanos e Segurança Pública.

Orientador: Prof. Mestre Leonardo Damasceno de Sá

FORTALEZA-CE
2009

PATRÍCIA MENA BARRETO VIEIRA

AÇÕES PREVENTIVAS DE DEFESA CIVIL E A PARTICIPAÇÃO POPULAR:
UM ESTUDO DE CASO NAS COMUNIDADES BOA VISTA E RODOLFO TEÓFILO

Esta monografia foi submetida à Coordenação do Curso de Especialização em Cidadania, Direitos Humanos e Segurança Pública, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Especialista em Cidadania, Direitos Humanos e Segurança Pública, outorgado pela Universidade Federal do Ceará – UFC e Secretaria Nacional de Segurança pública – SENASP e encontra-se à disposição dos interessados na Biblioteca da referida Universidade.

A citação de qualquer trecho desta monografia é permitida, desde que feita de acordo com as normas de ética científica.

Data da aprovação ____/____/____

Patrícia Mena Barreto Vieira

Prof. Mestre Leonardo Damasceno de Sá
Orientador

Prof. Doutor César Barreira
Coordenador

A Deus, pois sem Ele nada seria possível, aos meus pais pelo apoio em todos os meus projetos, ao meu irmão, pela paciência e compreensão nos momentos de ansiedade, aos meus colegas da Defesa Civil de Fortaleza que contribuíram para a realização deste trabalho e aos meus amigos simplesmente pela amizade, que torna mais rico, humano e belo o conteúdo de nossas vidas.

AGRADECIMENTOS

A Deus, que sempre me dá força para continuar a caminhada rumo à realização dos meus sonhos.

Aos integrantes dos Núcleos Comunitários de Defesa Civil – Boa Vista e Rodolfo Teófilo pela importante contribuição e significativa influência neste trabalho monográfico.

Aos meus pais, Tito e Marlene e ao meu irmão, Tito Jr que com muito carinho, não mediram esforços para que eu chegasse até esta etapa da minha vida.

Aos colegas da faculdade pelo companheirismo durante as aulas e sugestões dadas para a realização desta tarefa.

Aos colegas de trabalho, Elineldo Maia e Franklin Nascimento pelo incentivo e apoio durante a construção desta monografia.

Ao meu orientador professor mestre Leonardo Damasceno de Sá pela competência, e dedicação com que me guiou nesta jornada, que sem sua importante ajuda não teria sido concluída.

E a todos que de alguma maneira contribuíram para a concretização desta monografia.

“Nunca o homem inventará nada mais simples nem mais belo do que uma manifestação da natureza. Dada a causa, a natureza produz o efeito no modo mais breve em que pode ser produzido.”

Leonardo da Vinci

RESUMO

As ações preventivas da defesa civil e a participação popular dentro dessas ações são o foco do presente estudo de caso. Procuramos retratar um pouco da história da Defesa Civil, no mundo, no Brasil, no Ceará e em particular no município de Fortaleza, da relação dessa instituição com a cidade de Fortaleza e comunidades que residem em áreas de vulnerabilidade e risco físico e da importância da interação entre a população e poder público na construção de comunidades mais seguras. Trata-se de um estudo de natureza descritiva, que envolveu o ponto de vista de lideranças comunitárias, voluntários e agentes de defesa civil, escolhidos aleatoriamente no trabalho desenvolvido nos Núcleos Comunitários de Defesa Civil - NUDEC's, em especial nas comunidades Boa Vista e Rodolfo Teófilo. Os dados foram coletados por meio de entrevista semi-estruturada contendo questões abertas, onde a identificação das percepções dos moradores dessas comunidades em relação às ações preventivas da Defesa Civil foi o principal alvo. Os resultados da investigação demonstram que as ações preventivas executadas pela Coordenadoria Municipal de Defesa Civil – COMDEC Fortaleza, na visão dos integrantes dos NUDEC's pesquisados, estão atendendo de forma satisfatória à população, levando melhorias às suas comunidades, proporcionando a redução dos desastres e efeitos nocivos das chuvas e levando ao desenvolvimento de comunidades mais seguras em nosso município.

Palavras chave: Defesa Civil, ações preventivas, participação popular.

ABSTRACT

Preventive actions of civil defense and public participation in these actions are the focus of this case study. We seek to portray a little of the history of Civil Defense in the world in Brazil, Ceará, and in particular the city of Fortaleza, the relationship of this institution with the city of Fortaleza and communities living in areas of vulnerability and physical risk and the importance of interaction between people and government in building safer communities. This is a descriptive study, which involved the views of community leaders, volunteers and civil defense agents, chosen randomly from the work of the Community Centers of Civil Defense - Nudec's, especially in communities Boa Vista and Rodolfo Teófilo . Data were collected through semi-structured interview comprised of open, where the identification of the perceptions of residents of these communities in relation to preventive Civil Defense was the main target. The research results show that preventive actions implemented by the Municipal Coordination of Civil Defense - COMDEC Fortaleza, in the view of members of Nudec's respondents are given the satisfaction of the population, leading improvements to their communities, providing disaster reduction and harm rainfall and leading to the development of safer communities in our county.

Key Words: Civil Defense, preventive actions, popular participation.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. DEFESA CIVIL: UM POUCO DE HISTÓRIA	16
1.1. No Mundo.....	16
1.2. No Brasil.....	19
1.3. No Ceará: A Coordenadoria Estadual de Defesa Civil – CEDEC.....	22
1.4. Defesa Civil de Fortaleza, Um Capítulo a Parte	26
1.4.1 Como tudo começou... ..	27
1.4.2 Institucionalização e influências da mudança de gestão	30
1.4.3 A História do Presente (Hoje é Assim...)	34
2. DEFESA CIVIL E COMUNIDADE: CULTURA DE PREVENÇÃO AOS DESASTRES	37
2.1. A Defesa Civil e sua relação com a cidade	37
2.2. Iniciativas em Ações Preventivas de Defesa Civil.....	46
2.2.1 Mapeamentos de áreas de risco.....	47
2.2.2 Monitoramentos Ambientais.....	48
2.2.3 Vistorias Preventivas às Edificações	48
2.2.4 Núcleo de Pesquisa e Redução de Desastres - NUPRED	49
2.2.5 Projeto Defesa Civil nas Escolas.	50
2.2.6 Núcleos Comunitários de Defesa Civil - NUDEC's	53
2.3. Importância da Participação da Comunidade na Prevenção dos Riscos.....	56
3. NÚCLEOS COMUNITÁRIOS DE DEFESA CIVIL: UM ESTUDO DE CASO NAS COMUNIDADES: BOA VISTA E RODOLFO TEÓFILO	58
3.1. Uma Experiência Real.....	58
3.1.1 Caminhada Metodológica	60
3.2. A Mobilização da Comunidade para a Formação dos NUDEC's	61
3.3. A Origem. E foi plantada a semente... ..	63
3.4. Comunidade e Poder Público: uma parceria que dá certo.....	66

3.4.1 NUDEC's.....	66
3.4.2 Etapas de Organização.....	67
3.4.3 Participação, Desenvolvimento Local e Segurança Global da População	68
3.4.4 Comunidades: Boa Vista e Rodolfo Teófilo	73
3.5. O que mudou com as ações preventivas de Defesa Civil: Pontos de vista.....	75
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	82
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	85
GLOSSÁRIO	87
APÊDICE	95
ANEXOS	96

INTRODUÇÃO

Os grupamentos humanos ao se organizarem tentavam garantir suas necessidades básicas e também sua segurança através da defesa contra os grupos inimigos e os desastres naturais. Através do tempo e com o desenvolvimento das sociedades, as formas de defesa e preservação da vida também foram evoluindo. Entretanto esse desenvolvimento trouxe com ele mais desastres, guerras e eventos adversos, tanto causados pelo próprio ser humano, como advindos da natureza e isso exigiu uma preparação ainda maior para enfrentar as adversidades.

Os desastres e as problemáticas a eles relacionadas estão, na vida contemporânea, nas discussões entre a Defesa Civil e outras áreas de conhecimento e intervenção. O diálogo entre distintos saberes e práticas tem sido a mola mestra dos debates sobre o tema.

A interferência do homem no meio ambiente tem causado muitos “estragos” como o efeito estufa, desequilíbrios ecológicos na fauna e na flora, aquecimento global, etc. O ambiente sofreu intervenções e isso contribui para o agravamento das condições climáticas e da ocorrência de eventos adversos e desastres naturais. Quem trabalha em Defesa Civil vivencia cotidianamente os efeitos dessa interferência, um dos temas que mais ganharam amplitude nos últimos anos, tendo-se assistido nas últimas décadas, a uma multiplicação de iniciativas voltadas para o seu entendimento.

Segundo as orientações do Ministério da Integração Nacional por meio da Secretaria Nacional de Defesa Civil, além de planejar e promover permanentemente a defesa contra calamidades, a Defesa Civil tem como principal tarefa, a redução de desastres.

Desastre é um conceito geralmente associado a catástrofes e fatos naturais de grande magnitude, com rápida evolução e que, por isso, causa danos à população, suas propriedades e ao meio ambiente. Furacões, terremotos, derramamento de óleo no mar, enchentes, acidentes com produtos químicos, erupções vulcânicas e secas são alguns tipos de desastres. Contudo ele é muito mais que um evento causado pela natureza, é o resultado de episódios que podem ser produzidos pela natureza, pelo homem, ou decorrente da relação entre ambos (DUARTE: 2008).

Os desastres devem ser entendidos como toda situação que causa alteração grave nas funções de uma sociedade, que ocasionam perdas humanas, materiais e/ou ambientais amplas, que ultrapassam a capacidade da sociedade afetada de se recuperar utilizando apenas recursos próprios. Seriam então o “*resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem, sobre uma população vulnerável, causando danos humanos, materiais e ambientais e conseqüentes prejuízos econômicos e sociais*” (BRASIL: 2002, p. 8).

Como podemos observar no quadro abaixo (Figura.1), os desastres são classificados segundo a intensidade, velocidade com que ocorrem (súbita ou lentamente), ou em função de suas causas (naturais ou humanas)¹.

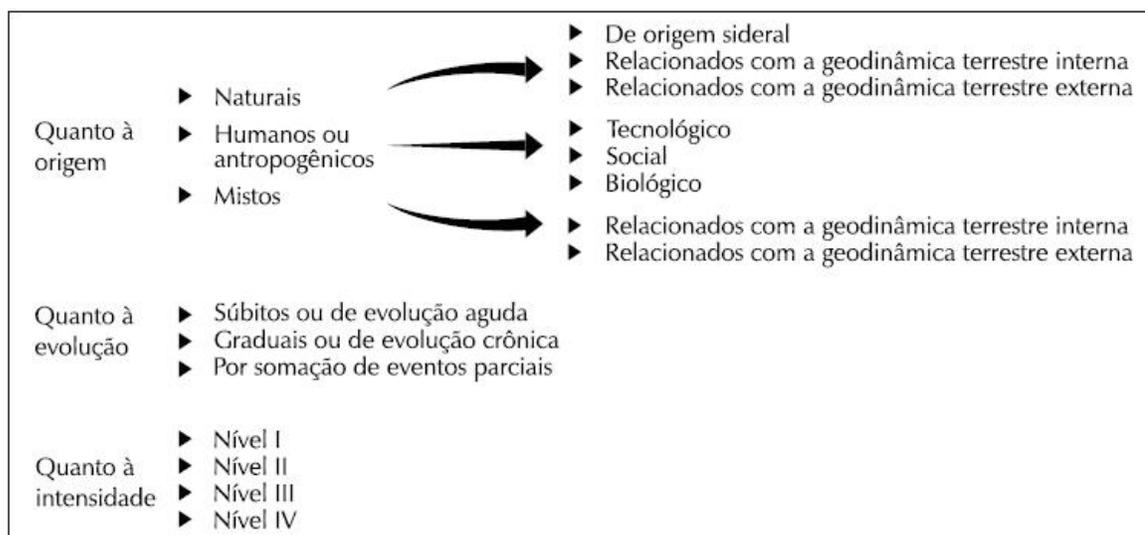


Figura. 1 – Classificação dos Desastres segundo a Doutrina Nacional da Defesa Civil
Fonte: DUARTE, Luiz Ricardo. **Os CONSEG's e a redução de riscos**. Florianópolis: CEPED / UFSC, 2008.

Com o passar dos anos, a Defesa Civil além de atuar em resposta às situações de emergência e calamidade passou a realizar outras atividades, como a prevenção e reconstrução das áreas comprometidas por desastres. Em 1994 foi criada pela Secretaria Nacional de Defesa Civil e aprovada pelo Conselho Nacional de Defesa Civil (CONDEC) a **Política Nacional de Defesa Civil** um documento que serve de modelo para todos os órgãos de Defesa Civil no Brasil e organiza diretrizes, programas e planos prioritários para o desenvolvimento de ações que levem à redução de desastres em todo o país, envolvendo:

¹ Ver GLOSSÁRIO, p.87.

prevenção, preparação, resposta e reconstrução, bem como a prestação de socorro e assistência às vítimas de desastres. Foi publicada no Diário Oficial da União nº 1, de 2 de janeiro de 1995, através da Resolução nº 2, de 12 de dezembro de 1994.

Nosso interesse pelo tema aqui estudado surgiu da observação das ações de prevenção desenvolvidas pela Defesa Civil de Fortaleza, pois, convivemos com a realidade das famílias que residem em áreas de vulnerabilidade em nosso município e percebemos o quanto é importante que ações que se antecipem aos desastres sejam desenvolvidas, para que a segurança das comunidades seja garantida.

Os riscos evoluem de fatores físicos e socioeconômicos. O uso desordenado do solo originado, principalmente pela exclusão social, acaba por induzir uma grande parte da população a ocupar áreas impróprias e instáveis criando pontos de grande vulnerabilidade. Segundo Castro (2004:72): *“a vulnerabilidade é uma condição intrínseca dos cenários de desastres e das comunidades de risco que, em interação com a magnitude dos eventos adversos, define o nível de intensidade dos desastres”*. Aqui apreendemos vulnerabilidade como a medida de prejuízo para um elemento, grupo ou comunidade, dentro de uma determinada área sujeita a sofrer uma ocorrência, fenômeno ou processo. Assim, uma área propensa ao acúmulo de água vai sofrer com a chuva, que acaba por transformar estas áreas em locais potencialmente perigosos.

Ações de prevenção e preparação trabalhadas dentro da comunidade surgiram da necessidade, de não se trabalhar apenas para responder às situações mais graves, mas de antever os acontecimentos e evitar ou minimizar desastres.

Nesse momento a participação da população nas ações de Defesa Civil torna-se um elemento imprescindível para que os objetivos pautados na Política Nacional de Defesa Civil sejam atingidos. Daí a importância de nela está garantida a formação dos Núcleos Comunitários de Defesa Civil – NUDEC's que surgem historicamente da necessidade de contar com o apoio da população como parceira da Defesa Civil, já que esta é quem conhece a realidade em que vive, sabe das suas principais necessidades, além de ser quem pode prestar o primeiro socorro às vítimas durante a ocorrência de um desastre.

A sociedade aguarda, por respostas aos seus anseios, por comunidades mais seguras e possibilidades de melhores condições de vida, e cabe também a nós técnicos de Defesa Civil, pesquisadores e profissionais de Serviço Social e demais áreas, apresentarmos sugestões para que este objetivo seja alcançado.

Pensando desenvolver um tema que ainda não tivesse sido tão debatido, procuramos conhecer um pouco mais do campo de atuação que é a Defesa Civil e dessa parcela da população que convive com calamidades e desastres, conhecer seus limites e possibilidades, enquanto indivíduo inserido em uma sociedade marcada por profundas desigualdades sociais.

Este trabalho pretende também ser o relato de uma experiência profissional e pessoal, onde procuramos desenvolver uma reflexão sobre a importância da participação popular nas ações da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil – COMDEC Fortaleza, para na redução de desastres e construção de comunidades mais seguras.

Para melhor atingirmos nossos objetivos, utilizamos uma abordagem interpretativa, onde buscamos compreender e considerar relações, fenômenos e processos sociais nas suas determinações e transformações dadas pelos sujeitos.

O trabalho fundamentou-se em pesquisa qualitativa, buscando a superação de uma descrição simplista do objeto e a abrangência das questões. Utilizamos ainda de dois tipos de instrumentais técnicos, importantes para a pesquisa qualitativa, que foram a entrevista individual e a observação direta do universo pesquisado.

Identificar o objeto do estudo foi o ponto de partida. Quem é essa população que vive em áreas de vulnerabilidade e que interage com a Defesa Civil em busca de segurança e soluções para seus problemas? É difícil definir o perfil dessas comunidades, principalmente pela diversidade de riscos acometidos em cada uma das áreas.

Nesse estudo procuramos mostrar que a Defesa Civil com o apoio da população procura desenvolver um trabalho que prioriza a prevenção e preparação para enfrentar os desastres e calamidades.

Este trabalho monográfico traz, para a nossa vida, a inovação, o questionamento de um tema relativamente novo no que diz respeito à discussão acadêmica.

Na sistematização e apresentação formal desta monografia, o primeiro capítulo traz a evolução histórica da Defesa Civil no mundo, no Brasil, no Ceará e retrata em particular o surgimento da Defesa Civil em nosso município (Fortaleza), desde seus passos incipientes até os dias atuais.

No segundo capítulo, procuramos retratar a relação da Defesa Civil com a cidade, além de falar um pouco sobre as iniciativas da Defesa Civil em suas ações preventivas e relatar a importância da participação da comunidade na mitigação dos riscos e desastres.

Tentamos apresentar no terceiro capítulo, a experiência da Defesa Civil com as comunidades de áreas de risco através da implantação dos Núcleos Comunitários de Defesa Civil – NUDEC's e mostrar todo o percurso metodológico utilizado para chegar aos resultados da pesquisa de campo junto ao NUDEC's Rodolfo Teófilo e Boa Vista.

Finalmente, procuramos fazer nossas considerações finais, ressaltando os resultados mais relevantes provenientes de nossas análises e das reflexões realizadas pelos integrantes dos NUDEC's, agentes de Defesa Civil e Coordenação Geral, anotando que tais resultados levaram a uma melhor compreensão das ações preventivas da COMDEC, vistas como algo que conduz ao bem-estar e à melhoria da qualidade de vida dos indivíduos que residem em áreas vulneráveis.

1. DEFESA CIVIL: UM POUCO DE HISTÓRIA

Como disse Agnes Heller (1970:20): “*A vida cotidiana não está fora da história, mas no centro do acontecer histórico: é a verdadeira essência da substância social.*” E é a partir desse cotidiano que vamos observar a evolução histórica da Defesa Civil.

1.1 No Mundo²

Desde os primeiros grupamentos humanos, o homem luta para sobreviver ante as ameaças e perigos que encontra e nesse sentido sempre buscou formas de combate e defesa contra animais selvagens, perigos causados pelos fenômenos naturais (inundações, chuvas, tempestades, maremotos, terremotos, secas, fome, incêndios, epidemias, etc) e contra os próprios homens considerados “inimigos”.

Nessa busca por proteção, surge a necessidade de associar-se a outros da mesma espécie, pois o homem isolado tornar-se-ia um alvo fácil para os oponentes. Dessa associação tem início o sentimento de comunidade e com a evolução dão origem às vilas e cidades e nessas os procedimentos de defesa vão sendo progressivamente aperfeiçoados. Os homens sempre buscaram como condição para sua sobrevivência a solidariedade no seu grupo ou comunidades e contra determinadas forças, uma relação solidária com outros grupos, para lutarem contra um “inimigo” comum.

Na antiguidade quando ocorriam batalhas, os exércitos eram preparados para o combate, mas a proteção da população civil que não participava da luta era sempre deixada para segundo plano. Também para combater as adversidades causadas por fenômenos naturais, não havia sistemas organizados; as reações de defesa eram ocasionais. Somente na Idade Média, é que na França organizaram um sistema de combate ao fogo, que na época, era o pior inimigo das grandes cidades.

A evolução das sociedades humanas, o rápido progresso na área industrial, tecnológica, e o elevado processo de urbanização, colaboraram para a elevação das

² Fonte: CASTRO, Antônio Luiz Coimbra de. **Manual de planejamento em Defesa Civil**, Vol I. Brasília: Imprensa Nacional, 2004.

necessidades humanas, tornando a modernidade um campo propício a eventos adversos, como inundações, incêndios em florestas e edifícios, poluição do ar, dos rios e dos mares, acidentes de trânsito, radioatividade, dentre outros.

Assim, as calamidades que eram raras, se tornaram corriqueiras, o que acabou por despertar nas populações de todo o mundo sentimentos de solidariedade, preservação da vida, da integridade física e de bem-estar de cada ser humano, acarretando a necessidade de serem protegidos por um amplo sistema de defesa. Um sistema não só contra catástrofes naturais, mas também contra os terríveis resultados de guerras.

Então, esse movimento de solidariedade comunitária em todo o mundo, embora sem uma organização sistêmica e sem estar fundamentado em uma legislação, desenvolveu-se com a sociedade, começando a ganhar alguma proporção, mais precisamente entre 1914 e 1918 quando ocorreu a Primeira Grande Guerra Mundial.

Nesse período a Marinha Imperial Alemã bombardeia a Grã-Bretanha, deixando muitos alvos civis atingidos. De fato a precariedade dos meios utilizados durante os bombardeios produziu milhares de vítimas entre mortos e feridos e insignificantes prejuízos materiais, sendo os países que atacavam os mais prejudicados, com suas dezenas de aeronaves destruídas.

Nesse momento, os governantes britânicos frente às possibilidades de bombardeio às áreas urbanas, começaram a estudar medidas preventivas, já projetando as conseqüências dos ataques adversários. Nas décadas de 20 e 30 acontecem o ataque aéreo japonês contra Shangai e o bombardeio da aviação alemã à cidade de Guernica, durante a Guerra Civil Espanhola, em 1937.

A destruição de Guernica levou o governo britânico a tomar uma série de medidas temendo o início de mais uma guerra na Europa. Durante esse período de caos, o Ministério do Interior (*Home Office*) cria a ARP - *Air Raid Precautions* ou Precauções contra Ataques Aéreos, uma organização que prontamente executou atividades planejadas como:

- Remoção de crianças das áreas de Londres e sudeste da Inglaterra, para o interior do país;

- Construção de abrigos subterrâneos públicos e incentivos à construção de abrigos particulares;
- Distribuição de máscaras contra gases e capacetes de aço;
- Treinamento de pessoal para combate a incêndios, prestação de primeiros socorros, salvamento de vítimas sob escombros, etc.
- Instruções em larga escala foram difundidas para população, ensinando a limpar sótãos de materiais combustíveis; cobrir janelas para escurecer as ruas; grudar fita adesiva nos vidros para evitar estilhaçamento e conhecer os toques de alarme e de fim do ataque.

Cresceram nesse período as organizações de voluntários para atuar em emergências. Milhares de pessoas apresentaram-se à Cruz Vermelha e ao Exército de Salvação. Foram criadas também organizações governamentais com finalidades específicas como os Grupos de Salvamento Pesado, o Real Corpo de Observadores, os Controladores de Danos e os Guardas Anti-Aéreos.

A prévia organização e planejamento dos governantes britânicos fizeram com que o país já estivesse pronto para se defender quando em 1940, o governo Alemão resolve iniciar um novo bombardeio aéreo à Inglaterra (combate chamado "*A Batalha da Inglaterra*"). Os observadores, no litoral e no interior assessoraram a incipiente rede de radares, gerando informação sobre a quantidade e a rota dos atacantes, o que permitia ao *Centro de Controle da Real Força Aérea* prevenir as cidades que poderiam ser atacadas. Enquanto os alarmes soavam e a população corria para os abrigos e apagava as luzes, como medidas de defesa passiva, os artilheiros corriam para as suas peças e a aviação de caça decolava para executar a defesa ativa.

Durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) novos problemas se evidenciam: os grandes campos industriais passam a ser alvos de ataques e neles foram usadas bombas poderosas, capazes de arrasar quarteirões inteiros. Fora isso, a taxa de urbanização era elevada e conseqüentemente a densidade demográfica também o que deixava a população vulnerável aos ataques que objetivavam a destruição em massa, como aconteceu no Japão, atacado por bombas atômicas (Hiroshima e Nagasaki), e com a Alemanha.

Essa guerra levou os países envolvidos a criarem ações para a defesa da população e o primeiro país a preocupar-se com a segurança de sua população foi a Inglaterra, que em consequência dos ataques sofridos entre 1940 e 1941 por exércitos inimigos, sobre as principais cidades e centros industriais ingleses, que gerou milhares de perdas de vida na população civil, criou uma organização denominada *CIVIL DEFENSE*, sendo considerado o primeiro órgão de Defesa Civil organizado no mundo, com o objetivo de preparar e organizar a população, no sentido de minimizar os danos causados, quando do ataque de inimigos (BRASIL, 2005).

A partir daí passou a ser dada grande importância à organização da Defesa Civil em todos os países do mundo. Durante e após este conturbado período de guerras, surgiram vários organismos internacionais de proteção civil, como a Organização Internacional de Proteção Civil (1931), Organização das Nações Unidas (1945), Cruz Vermelha Internacional (1959), Secretaria de Coordenação de Socorro às Catástrofes da Organização das Nações Unidas (1971) e isto levou a uma mudança de foco, colocando o ser humano como tema principal, e mostrando que a proteção deveria ser dada também ao cidadão e não somente ao Estado. Surgiu então, o sentimento de responsabilidade pública, conscientizando os governantes que o Estado tem o dever de proteger os cidadãos contra todo e qualquer tipo de fenômeno adverso.

Na atualidade, em todo o mundo, a Defesa Civil, preocupada com a segurança global da população, organiza-se em sistemas abertos com a participação dos governos locais e da população no desencadeamento das ações preventivas e de redução e resposta aos desastres.

1.2 No Brasil³

Com a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial, e, principalmente, após o afundamento, na costa brasileira, dos navios de passageiros Arará e Itagiba, totalizando 56 (cinquenta e seis) vítimas, o Governo Federal Brasileiro, em 1942, preocupado com a segurança global da população, principio básico no tratamento das ações de Defesa Civil,

³ Fonte: Secretaria Nacional de Defesa Civil que tem um website disponível em <http://www.defesacivil.gov.br>.

estabelece medidas tais como a criação do Serviço de Defesa Passiva Antiaérea, a obrigatoriedade do ensino da defesa passiva em todos os estabelecimentos de ensino, oficiais ou particulares, existentes no país, entre outras.

Em 1943, a denominação de Defesa Passiva Antiaérea é alterada para Serviço de Defesa Civil, sob a supervisão da Diretoria Nacional do Serviço da Defesa Civil, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores e extinto em 1946, bem como, as Diretorias Regionais do mesmo Serviço, criadas nos Estados, Territórios e no Distrito Federal.

Como conseqüência da grande enchente no Sudeste, no ano de 1966, foi criado, no então Estado da Guanabara, um Grupo de Trabalho com a finalidade de estudar a mobilização dos diversos órgãos estaduais em casos de catástrofes. Este grupo elaborou o Plano Diretor de Defesa Civil do Estado da Guanabara, definindo atribuições para cada órgão componente do Sistema Estadual de Defesa Civil. O Decreto Estadual nº 722, de 18.11.1966, que aprovou este plano estabelecia, ainda, a criação das primeiras Coordenadorias Regionais de Defesa Civil – REDEC no Brasil. Em 19.12.1966 é organizada no Estado da Guanabara, a primeira Defesa Civil Estadual do Brasil.

Podemos dizer que no Brasil, a incidência de fenômenos cíclicos, como a seca na região Nordeste, a estiagem no Centro-Oeste, Sudeste e Sul e as inundações nas mais variadas áreas urbanas e rurais do país, forçou que o Congresso Nacional colocasse na Constituição Brasileira de 1967 a responsabilidade da União para a defesa permanente da sociedade frente às calamidades públicas, para tanto neste mesmo ano é criado o Ministério do Interior com a competência, entre outras, de assistir as populações atingidas por calamidade pública em todo território nacional.

Entre 1964 e 1985 quem governava o Brasil eram os militares, período político denominado Ditadura Militar e marcado pela supressão de direitos constitucionais, falta de democracia, perseguição política, censura e repressão aos que eram contra o regime militar. Antes do Golpe Militar de 1964, a crise política se arrastava e João Goulart assumiu a presidência num clima político adverso e seu governo (1961 -1964) foi caracterizado pela abertura às organizações sociais: organizações populares, estudantes e trabalhadores ganharam espaço, ampliaram suas redes de discussões e começaram a causar a preocupação da classe conservadora: empresários, banqueiros, Igreja Católica, militares e classe média, que

temiam que o país se tornasse socialista e com o aumento do clima de crise política e das tensões sociais, os militares tomam o poder. O período que o governo estava no comando dos militares é marcado por protestos e manifestações sociais crescendo assim a oposição ao regime militar no país.

O Decreto-Lei nº 950, de 13.10.1969, institui no Ministério do Interior o Fundo Especial para Calamidades Públicas – FUNCAP, sendo regulamentado por intermédio do Decreto nº 66.204, de 13.02.1970.

A crise econômica que aconteceu no Brasil, no final da década de 70, gerou reflexos negativos sobre o processo de desenvolvimento social e sobre a segurança global da população brasileira, porque deteriorou as condições de vida e bem-estar de segmentos marginalizados pela economia; intensificou desigualdades e desequilíbrios intra-regionais e inter-regionais; intensificou movimentos migratórios internos, o êxodo rural e o crescimento desordenado das cidades e por fim elevou o crescimento de bolsões de extrema pobreza nos centros das cidades. (CASTRO: 2004. p. 37-38)

Com o intuito de prestar assistência a defesa permanente contra as calamidades públicas, é criado em 05.10.1970, no âmbito do Ministério do Interior, o Grupo Especial para Assuntos de Calamidades Públicas - GEACAP.

A organização sistêmica da defesa civil no Brasil deu-se com a criação do Sistema Nacional de Defesa Civil – SINDEC, em 16.12.1988, reorganizado em agosto de 1993 e atualizado por meio do Decreto Nº. 5.376, de 17 de fevereiro de 2005. O SINDEC envolve todos os entes da Federação, ou seja, a União, os Estados e os Municípios, assim como incentiva a participação comunitária e dos entes privados nas ações de defesa civil.

Na nova estrutura do Sistema Nacional de Defesa Civil, destaca-se a criação do Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres – CENAD, o Grupo de Apoio a Desastres e o fortalecimento dos órgãos de Defesa Civil locais.

O Brasil é um país de certa forma privilegiado em matéria de calamidades, especialmente por não ter sofrido muito com as conseqüências de abalos sísmicos muito fortes, de natureza tectônica, como terremotos, maremotos, tsunamis, tornados e erupções

vulcânicas, portanto podemos dizer que nossos maiores problemas hoje sejam as grandes secas, as inundações e recentemente os deslizamentos de terra provocados pelas fortes chuvas em todo o país. Falando de outra forma, nossas principais preocupações e as providências isoladas, por parte do governo, são na maioria das vezes relacionadas à carência ou à abundância de água.

Estudos epidemiológicos demonstram que, em função do crescimento demográfico, nestes dois últimos séculos, os desastres naturais produziram danos e prejuízos muito superiores aos provocados pelas guerras. Também os desastres antropogênicos, provocados por ações ou omissões do homem, são cada vez mais intensos, em função de um muito baixo senso de percepção de riscos e de um desenvolvimento econômico e tecnológico pouco atento aos padrões de segurança da população (Castro, 2000, p.11).

O crescimento desordenado das cidades, a redução e supervalorização de terrenos em regiões seguras levam ao adensamento da população mais vulnerável em áreas de riscos intensos, logo propensas aos maiores desastres. Com isso é preciso que governo e sociedade se preocupem em elaborar um planejamento estratégico do desenvolvimento nacional, que invista em ações preventivas e de preparação para emergências e desastres em todo o país, objetivando a minimização dos desastres, ou seja, que se acontecerem não causem muitos danos materiais e nem perdas humanas.

1.3 No Ceará: A Coordenadoria Estadual de Defesa Civil – CEDEC⁴

Ao longo de sua história, o Estado do Ceará, tem apresentado intensas vulnerabilidades aos desastres naturais mais prevalentes na Região Nordeste, ou seja, as secas e enchentes ou inundações. Em um passado não tão distante, o Ceará, principalmente o interior do estado, sempre sofreu com a seca. Hoje devido às variáveis climáticas e em decorrência do efeito estufa em todo o planeta, o Estado do Ceará tem sofrido não só com secas, mas também com inundações decorrentes de elevados níveis de chuvas no interior do estado. Assim, preocupado com os efeitos desses fenômenos sobre a população cearense, o Governo do Estado, através de sua Coordenadoria Estadual de Defesa Civil – CEDEC, tem trabalhado para atender os vitimados por essas calamidades e elaborado planos e programas para sua redução e prevenção.

⁴ Fonte: Defesa Civil do Estado do Ceará que tem um website disponível em <http://www.defesacivil.ce.gov.br>.

No início da década de 70 o Governo do Estado, através do Decreto No. 9.537, de 31 de agosto de 1971, instituiu o Grupo Especial de Socorro às Vitimas de Calamidade Pública – GESCAP, subordinado à então Secretaria de Agricultura e Abastecimento – SAAb, com o objetivo de “*centralizar e coordenar as providências de socorro, em caso de calamidade pública oficialmente declarada no território do Estado*”. Entretanto na década posterior, através da Lei Nº. 10.766 de 16 de dezembro de 1982, o Grupo Especial de Socorro às Vitimas de Calamidade Pública – GESCAP, passou a ser Coordenadoria Estadual de Defesa Civil do Ceará – CEDEC, que continuava subordinada à Secretaria da Agricultura e Abastecimento – SAAb.

Ainda na década de 80, com uma visão mais abrangente sobre a missão da Defesa Civil, o Governo das Mudanças⁵, transferiu a CEDEC através do Decreto Nº. 18.876, de 16 de outubro de 1987, para a recém criada Secretaria de Ação Social – SAS (Lei Nº. 11.306 de 1º de abril de 1987).

No início de 2007 o governador do Estado, baixou o Decreto nº 28.656 de 26 de fevereiro de 2007 que “*Reorganiza o Sistema Estadual de Defesa Civil - SEDC e o Conselho Estadual de Defesa Civil, dispõe sobre a Coordenadoria Estadual de Defesa Civil e dá outras providências*”. A partir dessa data a Coordenadoria Estadual Defesa Civil do Estado do Ceará – CEDEC⁶ passa a fazer parte da estrutura organizacional do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Ceará, contando com o apoio das demais secretarias e órgãos do Estado desenvolvendo os mesmos programas.

- **Programa de Distribuição D'água Através de Carros-Pipa** – que tem o objetivo de fornecer água potável, para consumo humano, às comunidades com escassez comprovada, principalmente populações sem disponibilidade de fonte local de água potável. Esse programa abrange

⁵ O Estado do Ceará traz em sua história uma experiência política marcada pelo centralismo e clientelismo, entretanto durante o Governo de Tasso Jereissati, o Estado passou por inúmeras mudanças. Daí seu governo ficou conhecido como Governo das Mudanças – período que vai de 1986 a 2002. Foram 16 anos de governo das mudanças, embora entre 1990 e 1994 o governo estivesse sob o comando de Ciro Gomes aliado de Tasso, em 12 desses 16 anos, foi Tasso quem esteve no poder. Foi um período marcado por muitas mudanças, por um processo de satisfatório crescimento, com expansão industrial e melhoria nos indicadores sociais (Fonte: BANDEIRA, Robson Torres; SIVA NETA. Maria Enésia da. **Virgílio x Tasso: o mudancismo no Ceará**. In: III Encontro Economia do Ceará em Debate. IPECE. nov. 2008. Disponível em http://www2.ipece.ce.gov.br/encontro/artigos_2008/33.pdf).

⁶ Fonte: Coordenadoria Estadual de Defesa Civil do Ceará, disponível em <http://www.defesacivil.ce.gov.br>.

todo o Estado do Ceará coordenado pela: Coordenadoria Estadual de Defesa Civil, Ministério da Defesa e Exército Brasileiro;

- **Programa de Atendimento às Vítimas de Calamidades Públicas** – com o objetivo de prevenir, resgatar e socorrer vítimas de enchentes e outras calamidades, em especial a população atingida direta ou indiretamente por enchentes, no interior e periferia da capital. Abrange a cidade de Fortaleza e Interior do Estado e para a execução deste programa a CEDEC tem o apoio da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS, Secretaria de Infra-Estrutura – SEINFRA, Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Ceará, Polícia Militar, Prefeituras Municipais através de suas Comissões ou Coordenadorias Municipais de Defesa Civil – COMDEC's e do Governo Federal através da Força Aérea Brasileira - FAB e Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB;
- **Programa de Monitoramento de Atividades Sismológicas** – que objetiva proceder a monitorização permanente das áreas com atividades sismológicas, abrangendo particularmente de populações residentes em áreas ativas como: Aiuaba, Apuiarés, Aracati, Baturité, Cascavel, Chorozinho, Forquilha, Frecheirinha, Groaíras, Hidrolândia, Irauçuba, Lavras da Mangabeira, Maranguape, Palhano, Pereiro, Senador Sá. Esse programa é executado por técnicos da CEDEC, da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS e da Universidade de Brasília – UNB;

Segundo o site da Defesa Civil do Estado:

A monitorização sismológica no Estado do Ceará é feita através de três (03) estações sismográficas analógicas: BEBERIBE, SANTA QUITÉRIA e SOBRAL e uma estação digitalizada localizada em FORTALEZA, onde existe também o Laboratório Sismográfico recebendo em tempo real todas as informações advindas da Serra do Juá / Caucaia, via telemetria. Essas estações registram sismos locais, regionais e telessismos.

Ainda no site encontramos um breve histórico das atividades sísmicas no Ceará que diz:

*Há exatos 25 anos, acontecia no Estado do Ceará o maior terremoto da Região Nordeste do Brasil. Esse tremor de terra teve o seu epicentro na localidade de Brito no município de Cascavel, a magnitude desse sismo chegou a alcançar 5,2 na Escala Richter. “**TERREMOTOS ACONTECEM DUAS VEZES NO MESMO LUGAR, É SÓ UMA QUESTÃO DE TEMPO**”. Partindo-se dessa premissa é correto afirmar que o mesmo voltará, não se sabe quando por isso, é necessário que saibamos lidar com esses fenômenos. Pelo que conta a História, o Estado do Ceará é notadamente uma região sísmica (www.defesacivil.ce.gov.br).*

Segundo a Defesa Civil do Estado do Ceará, 16 municípios já registraram eventos sísmicos e em algumas localidades os tremores acontecem diariamente, mas em pequenas escalas. As informações da estação sismográfica totalmente digitalizada de Fortaleza são em tempo real. O trabalho de monitoramento é feito através da parceria entre a CEDEC e a Universidade de Brasília (UnB), onde os dados são coletados aqui no Estado, estudados e posteriormente enviados à Universidade de Brasília que prepara relatórios semestrais.

- **Programa de Convívio com o Semi-Árido** - Projeto Travessia (ainda sem detalhamento);

- **Programa de Assistência às Famílias Residentes nas Bacias Hidrográficas dos Açudes Públicos em Construção** – com o objetivo de prestar assessoramento técnico e apoio material e financeiro às famílias a serem reassentadas, em especial às famílias residentes e cadastradas pelo Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará - IDACE nas bacias hidrográficas dos açudes públicos em construção. Atualmente o programa está suspenso, mas abrange particularmente as cidades de Jaguaratama e Jaguaribara e é executado pela CEDEC em parceria com a Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS e a Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB;

- **Programa de Fortalecimento das Ações das Coordenadorias Municipais de Defesa Civil** – com o objetivo de oferecer suporte técnico e capacitações às Coordenadorias Municipais de Defesa Civil e também aos Núcleos Comunitários de Defesa Civil visando um melhor desempenho das ações tanto preventivas como emergenciais junto às comunidades em todo o Ceará. O programa é executado pela CEDEC

em parceria com a Prefeitura Municipal que solicita o programa;

- **Programa Permanente de Combate a Seca** – que objetiva proporcionar ao homem do campo a oportunidade de receber renda durante a ocorrência de períodos de estiagem prolongada através de frentes produtivas de serviço, em particular às famílias atingidas por longos períodos de seca na zona rural e sem geração de renda para sobrevivência. Alguns municípios atendidos foram: Alto Santo, Amontada, Apuiarés, Canindé, Caridade, Catarina, Chaval, Coreaú, Dep. Irapuan Pinheiro, General Sampaio, Granjeiro, Iguatu, Iracema, Lavras da Mangabeira, Milagres, Mombaça, Morrinhos, Pedra Branca, Pentecoste, Santa Quitéria, Solonópole, Umirim. O Financiamento desse programa vem tanto do Governo Estadual quanto do Governo Federal através da SUDENE.

A Coordenadoria Estadual Defesa Civil do Ceará – CEDEC tem feito um importante trabalho em todo o Estado atuando nas questões relativas à prevenção, preparação, gerenciamento de riscos de desastres, resposta aos desastres, reconstrução, comando de operações e otimização do funcionamento das Coordenadorias Municipais de Defesa Civil – COMDEC'S, visando principalmente a promoção da segurança global da população, aumentando assim o senso de percepção de riscos frente às possíveis ocorrências de desastres tanto causados por fenômenos naturais, como antropogênicos.

1.4 Defesa Civil de Fortaleza, Um Capítulo À Parte

A história da Defesa Civil de Fortaleza não está em livros, mas na memória de pessoas que como eu a construíram e vêm fazendo com que ela seja referência em nosso Estado. Sua história está intimamente ligada à dos agentes de Defesa Civil, antes agentes municipais de serviços públicos e de cidadania de Fortaleza ou simplesmente agentes de cidadania. História da qual faço parte e vou tentar resgatar e registrar a seguir.

1.4.1 Como tudo começou...

Em meados do ano 2000, na gestão do Prefeito de Fortaleza, Juraci Magalhães, foi realizado um concurso público com o intuito de criar a Autarquia Municipal de Trânsito, Serviços Públicos e Cidadania de Fortaleza – AMC e ao mesmo tempo vislumbrava-se a possibilidade de criação de uma “nova Guarda Municipal” com a provável extinção da antiga, que sem sede própria, composta por pouco mais de 500 (quinhentos) guardas municipais, em sua maioria despreparados, teórica e praticamente, para trabalhar em segurança pública e recebendo salários baixíssimos, era considerada falida pelos gestores.

Concomitantemente surgia a necessidade de repensar e recriar as funções de segurança pública patrimonial da cidade, pois a administração pública “não via com bons olhos” a legítima instituição que por direito tinha essa função, pois como falei anteriormente seu quadro de funcionários era mínimo para atender toda a cidade, alguns tinham problemas com o alcoolismo e não estavam capacitados para desempenhar seu papel. A Guarda Municipal de Fortaleza passava por problemas; com um reduzido contingente composto segundo o Diretor Geral da própria instituição por “analfabetos e velhos”, era considerada uma instituição que realizava um trabalho rudimentar. A maior parte do efetivo de guardas não tinha nem o segundo grau completo, muitos realmente era analfabetos e aproximadamente 60% tinha mais de 40 anos de idade, sendo 23% com mais de 50 anos, portanto considerados com idade elevada para exercer funções de segurança pública. Era preciso então criar uma nova Guarda, mais moderna e arrojada e é nesse contexto que surge o embrião dos agentes de cidadania.

A Autarquia surgia absorvendo as funções de fiscalização de trânsito da ETTUSA (Empresa de Trânsito e Transportes Urbanos S/A)⁷ que por ser uma empresa de economia mista não poderia realizar uma função que deveria ser exclusivamente de empresa pública. Simultaneamente ao trânsito a AMC estaria acumulando o papel de gerenciar o serviço de atendimento móvel de urgência – SAMU, antigo SOS e “hospedar” o Núcleo de Ações de Cidadania (NAC), onde estariam lotados os agentes de cidadania.

⁷ A ETTUSA hoje tem o nome de ETUFOR: Empresa de Transportes Urbanos de Fortaleza e hoje não trabalha mais com o trânsito de Fortaleza.

Passada a época de treinamentos os agentes já na AMC foram espalhados pelos quatro cantos de Fortaleza em postos de trabalhos, e nesse momento se notou o quão vazio de funções era seu cargo. As funções de cidadania eram importantes, no entanto não havia nem suporte técnico, nem reconhecimento de suas ações, pois os problemas detectados na cidade, ao serem encaminhados aos órgãos competentes para resolução, não eram atendidos o que acarretava o descrédito dos agentes perante a população. Aliado a este problema uma companhia indesejada começava a acompanhar os agentes nos vários postos de trabalho... a ociosidade.

A falta de definição das funções juntamente com a ociosidade gerou um sério problema. Eram comuns os atrasos, abandonos de postos e o descompromisso. A insatisfação era geral. Nem a AMC estava feliz com a conduta dos agentes, nem agentes estavam felizes com as indefinições de suas funções que na realidade não funcionavam.

No final do mês de abril de 2001, os agentes de cidadania foram chamados para uma reunião na Autarquia Municipal de Trânsito - AMC e o coordenador do Núcleo de Cidadania informou que iriam participar de ações de cidadania e solidariedade junto à comissão de Defesa Civil. Uma parte do efetivo de agentes começou a trabalhar na incipiente Defesa Civil da época, mais precisamente em uma campanha de arrecadação de doativos para as dezenas de famílias vítimas de alagamentos, inundações e desabamentos que se encontravam abrigados em galpões alugados pela Prefeitura.

Determinados pontos da cidade ficaram muito alagados por conta das chuvas e muitas famílias ficaram desabrigadas, em especial as que moravam às margens do Rio Maranguapinho. Nesse momento toda a campanha de arrecadação de doativos foi realizada para atender as necessidades básicas dessas famílias que como já falei foram colocadas em galpões alugados e prédios públicos, onde eram atendidas por equipes de saúde e assistência social da Prefeitura até serem encaminhadas para casas de parentes ou unidades habitacionais em construção.

Na época fui uma das responsáveis por receber as doações através do tele-atendimento, um número 0800 que foi divulgado na mídia para que a população fizesse doações. As pessoas ligavam para o número divulgado, anotávamos as doações que iriam ser repassadas para as famílias necessitadas e entregues na sede da Defesa Civil, na época situada

no Bairro do Henrique Jorge. Quando a população não podia transportar as doações até a Defesa Civil, era disponibilizado um caminhão baú da instituição para buscá-las. Os terminais de transporte coletivo também foram utilizados como pontos de coleta de material destinado às famílias vitimadas pelas chuvas. Terminada a campanha, os agentes de cidadania voltaram aos seus postos de origem.

De repente, pegando todos de surpresa, através da Lei Nº 8.692 de 31 de dezembro de 2002 os agentes de cidadania passaram a integrar o quadro da Guarda Municipal de Fortaleza.

Desmotivados – por não terem sido consultados para essa transferência – os agentes passaram a compor o quadro de funcionários da Guarda Municipal e nesta não agiram de forma diferente: os problemas de descompromisso renderam sindicâncias e momentos de perseguição por parte do Diretor Geral da época. Aliado a isto, o então Assessor de Defesa Civil também entrou em choque com o Diretor Geral da Guarda por questões políticas e nesse momento começou a se pensar na idéia de integrar os agentes de cidadania à Defesa Civil que também passava por grandes reestruturações e necessitava de pessoal.

Finalmente os destinos da cidadania e Defesa Civil se cruzam no interior da Guarda Municipal de Fortaleza. De um lado a Assessoria de Defesa Civil precisava de contingente para se reestruturar e realizar suas funções a contento e do outro, os agentes de cidadania buscavam uma identidade e funções mais específicas. Surge nesse instante a Lei Complementar Nº. 0019 de 08 de setembro de 2004 que criou o Sistema Municipal de Segurança, Defesa Civil e Cidadania e em seu artigo 3º., inciso V transforma a Assessoria de Defesa Civil em Coordenadoria Municipal de Defesa Civil vinculada à Guarda Municipal de Fortaleza, que agregava a Comissão de Defesa Civil e os agentes de cidadania, tendo para tanto total autonomia administrativa e financeira, e cujas funções são objeto de regulamentação por decreto do Chefe do Poder Executivo.

Essa lei complementar traz em seu bojo as atribuições da Defesa Civil de Fortaleza e dos agentes de cidadania, vinculados à Guarda. A partir desse momento começamos a denominá-la informalmente de Guarda Municipal e Defesa Civil de Fortaleza.

1.4.2 Institucionalização e influências da mudança de gestão.

Ao longo de sua história, a cidade de Fortaleza sofre com o crescimento demográfico, ocasionado principalmente por conta dos diversos momentos de seca no interior do Estado, trazendo conseqüentemente o êxodo rural e a procura por condições melhores de vida, emprego e renda. Assim surgiram os bairros com alta concentração demográfica, em particular situados nas periferias da cidade.

Nosso município cresce em ritmo acelerado e junto com ele multiplicam-se os problemas decorrentes do surgimento de favelas, ocupações irregulares, favorecidos pela impermeabilidade do solo, que dificulta a absorção da água das chuvas e o funcionamento do sistema de escoamento dessas águas, que é prejudicado pela grande quantidade de lixo que se acumula e bloqueia os esgotos impedindo que a água escoe para o local apropriado.

Segundo dados encontrados em um antigo relatório da Defesa Civil do Município, por volta de 1980 Fortaleza possuía 147 (cento e quarenta e sete) favelas e já em 2003 esse número passou para 722. Em 2002, um levantamento realizado pela Prefeitura considerou que 92 (noventa e duas) áreas faveladas, abrigando 17.078 famílias, encontravam-se em situação de risco.

Nessas áreas, a situação de risco se agrava em períodos de grande volume de chuvas, pois os pontos predispostos a sofrerem inundações e alagamentos passam por situações críticas, necessitando de ações do governo que levem à prevenção ou à solução dos problemas.

Até o ano de 1990, as ações de Defesa Civil em Fortaleza eram desempenhadas pelo Estado, pois ainda não existia no município um órgão responsável para tratar desses problemas. A Lei nº 6.590 de 05 de fevereiro de 1990 cria o Sistema Municipal de Defesa Civil, que ainda em processo de formação e desenvolvimento realiza suas atividades de modo tímido e em parceria com o Estado. Entretanto em 05 de março de 2002, o Decreto Municipal Nº. 11.149 institui a comissão de defesa civil do município vinculada à AMC, período em que os agentes de Cidadania passam a colaborar com suas atividades.

Podemos afirmar que as ações da Defesa Civil só passaram a ter visibilidade depois que os agentes de cidadania passaram a trabalhar com os técnicos de Defesa Civil das 06 (seis) Secretarias Executivas Regionais. Antes da entrada dos agentes no corpo da Defesa Civil as ações eram pontuais e incipientes, mais ligadas à assistência social e vantagens políticas. Os técnicos de Defesa Civil, geralmente ligados a cargos políticos (vereadores) trabalhavam em campanhas de arrecadação de donativos e nas áreas de risco e vulnerabilidade social em conjunto com líderes comunitários que recebiam cestas básicas para sua comunidade, sem que houvesse um registro eficiente das necessidades das famílias e não buscavam soluções para os riscos. Com os agentes de cidadania trabalhando nas regionais foram feitos cadastros das famílias em situação de risco (físico e social) e desenvolvidas ações nas comunidades como: entregas de materiais assistenciais (cestas-básicas, redes, lonas, colchonetes e filtros), visitas domiciliares para investigação das necessidades e encaminhamentos de demandas às Secretarias Municipais responsáveis pelas atividades de infra-estrutura, saúde, limpeza urbana, educação, assistência social, habitação, etc.

Quando a Defesa Civil de Fortaleza começa a passar por uma reestruturação e tornar-se mais eficiente e atuante, em 31 de dezembro de 2002 a Lei Nº 8.692 a transfere para a Guarda Municipal de Fortaleza.

Inicia-se então uma fase de amadurecimento e efetivação dos trabalhos da Defesa Civil no município de Fortaleza, ainda elementares, porém importantes. As ações de Defesa Civil ligadas a conchavos políticos e ações basicamente assistencialistas sempre existirão, porém com a mudança de gestão em janeiro de 2005, começaram a surgir mudanças na organização e funcionamento da Defesa Civil a priori com a Operação Fortaleza Bela ⁸.

Faz-se importante informar que 2004 foi um ano com um volume de chuvas bastante elevado e que Fortaleza ficou bastante alagada e conseqüentemente suja, principalmente os esgotos, bocas de lobo, canais, lagos, lagoas, rios, etc.

⁸ A **Operação Fortaleza Bela** implementada pela Prefeita Luizianne de Oliveira Lins iniciou-se com o apoio da Guarda Municipal e Defesa Civil do Município e envolveu atividades como operação tapa-buracos, limpezas do rio Maranguapinho e do canal do Lagamar, coleta e varrição urbanas, ações de educação sócio-ambiental, saúde e vacinação nas áreas de risco e outros serviços. Em um primeiro momento, apresentou-se de forma emergencial, mas cresceu com o envolvimento de toda a população e das parcerias entre os órgãos governamentais e não-governamentais, movimentos populares e universidades.

As atividades da Operação Fortaleza Bela fizeram parte da preparação da cidade para receber o período chuvoso, que muitas vezes vem acompanhado de quadros de calamidade, principalmente para as comunidades que vivem nas áreas de risco da cidade. Durante a Operação Fortaleza Bela, nas ações que envolveram a Defesa Civil do Município, foram feitas compras de equipamentos emergenciais, como lonas, redes, filtros, mantas, colchonetes e cestas básicas e houve uma preocupação com a organização de abrigos provisórios para o caso de necessidade. Foi assim que se intensificaram as atividades de Defesa Civil em Fortaleza.

Em 2005 com a mudança do coordenador da Defesa Civil, houve uma preocupação maior com as áreas de risco de Fortaleza e implementação de ações preventivas e programas comunitários dentro das comunidades dessas áreas. Nessa época foi refeito o mapeamento das áreas de risco de Fortaleza. O mapa de áreas de risco em 2004 totalizava 94 (noventa e quatro) áreas distribuídas entre as 06 (seis) regionais, mas com o novo mapeamento apareceram mais 11(onze), totalizando 105 (cento e cinco) áreas de risco.

Após o novo mapeamento iniciou-se um processo de organização das ações de Defesa Civil, a mudança de coordenação contribuiu para mudanças também na forma de trabalho e estruturação da Coordenadoria como um todo. Foram desenvolvidos cursos de capacitação de operacionalização em Defesa Civil pela CEDEC – Coordenadoria de Defesa Civil do Estado do Ceará dos quais participaram alguns agentes de cidadania, os novos técnicos de Defesa Civil das Regionais nomeados pela Prefeita e uns poucos guardas municipais e subinspetores que trabalhariam apoiando a Defesa Civil em casos de emergência.

Em 2006 mesmo com poucos agentes trabalhando na Defesa Civil de Fortaleza, as ações foram intensificadas e no segundo semestre iniciaram o projeto Defesa Civil nas Escolas atendendo neste ano 16 (dezesesseis) escolas e atingindo aproximadamente 2000 alunos. Nesse ano conseguiram erradicar 02 (duas) áreas de risco.

No início de 2007, todos os agentes⁹ que estavam à disposição das Secretarias Executivas Regionais foram trazidos pra compor a COMDEC-Fortaleza. Aproximadamente 60 (sessenta) agentes foram capacitados para trabalharem com as ações em Defesa Civil, passaram a compor efetivamente a COMDEC e foram distribuídos de acordo com suas aptidões e interesses dentro das três coordenações setoriais: coordenação de ações emergenciais, de ações comunitárias e de ações preventivas. Isso trouxe mais transparência e eficiência ao trabalho desenvolvido pela COMDEC.

Em março de 2007 entra um novo Coordenador de Defesa Civil e este traz algumas mudanças na estrutura, planejamento e organização da COMDEC Fortaleza. Claro que por ser um cargo político, o cargo de Coordenador Municipal da Defesa Civil de Fortaleza, vai sempre ser ocupado por alguém indicado politicamente, e as ações sempre serão orientadas de acordo com o governo da época, contudo o quadro de agentes de Defesa Civil que está hoje irá continuar a desenvolver suas ações buscando sempre a satisfação da população que sofre com as secas e chuvas em nossa cidade. As orientações políticas podem mudar de acordo com a gestão, mas devem estar em consonância com as orientações técnicas, pois, as Defesas Civas em todo o país seguem os mesmos princípios e diretrizes, que direcionam suas funções e ações e a COMDEC de Fortaleza, é uma das poucas a ter garantido por lei o ingresso na Defesa Civil através de concurso público, o que garante a continuidade das ações, independente das mudanças na forma de planejamento e organização.

Dias 06 e 07 de julho de 2007 a Defesa Civil promoveu o I Encontro de Políticas Públicas de Defesa Civil de Fortaleza, que contou com a participação de aproximadamente 400 pessoas com o objetivo principal de implantar Núcleos Comunitários de Defesa Civil - NUDEC'S¹⁰, que pudessem mobilizar a população a exercer voluntariamente atividades de Defesa Civil dentro das suas comunidades. O encontro deu frutos e foram implantados 10 (dez) NUDEC's até o final de 2007. Em 2008 foram feitas capacitações com todos os núcleos:

⁹ Através do Artigo 4º da Lei Complementar Nº 0038 de 10 de julho de 2007 que aprova o Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) dos Servidores da Guarda Municipal e Defesa Civil de Fortaleza e dá outras providências os agentes municipais de serviços públicos e cidadania passam a ser denominados agentes de Defesa Civil.

¹⁰Os NUDEC's são grupos de pessoas voluntárias de uma comunidade ou de um bairro localizado nas áreas de maior vulnerabilidade do Município, que são preparados em ações de Defesa Civil para atuarem em situações de emergência, constituindo-se como medida preventiva, destinada a evitar ou minimizar desastres naturais, humanos ou mistos. Vamos falar mais detalhadamente sobre eles no 3º capítulo.

uma capacitação de operacionalização em Defesa Civil, uma sobre preservação ambiental e outra sobre combate e prevenção da dengue e outras doenças.

As ações preventivas realizadas pela Prefeitura de Fortaleza, com o objetivo de evitar ocorrências durante a quadra chuvosa, resultaram em quatro invernos sem ocorrências graves, inclusive óbitos. De janeiro a junho de 2009, período de maior intensidade de chuvas, foram registradas 2.132 ocorrências em Fortaleza. O número foi consolidado pela Coordenadoria Municipal de Defesa Civil (COMDEC-Fortaleza), que desenvolveu um plano preventivo e de contingência nas áreas mais suscetíveis a desastres.

1.4.3 A História do Presente (Hoje é Assim...)

Como já falamos anteriormente a Coordenadoria Municipal de Defesa Civil – COMDEC Fortaleza foi criada pela Lei Complementar Nº. 0019 de 08 de setembro de 2004 e atua na execução da Política Nacional de Defesa Civil em âmbito municipal. O quadro atual de servidores da COMDEC é composto por 60 agentes de Defesa Civil criados pelo Plano de Cargos, Carreiras e Salários da Guarda Municipal e Defesa Civil de Fortaleza - Lei Complementar Nº. 0038 de 10 de julho de 2007.

Hoje a Coordenadoria é composta por uma Coordenação Geral, um Núcleo de Pesquisas e Redução de Desastres (NUPRED)¹¹ e três coordenações setoriais: Coordenação de Ações de Emergência e Socorro, Coordenação de Ações Comunitárias e Coordenação de Ações Preventivas atendendo 97 áreas de risco com cerca de 21.357 famílias distribuídas nas seis regionais administrativas.

De 2005 prá cá tudo o que se planeja em Defesa Civil acontece com ações focadas nas necessidades de cada área de risco específica. São feitos cadastramentos de todas as famílias acompanhadas pela Coordenadoria Municipal de Defesa Civil – COMDEC Fortaleza e cada coordenação setorial desenvolve um trabalho em conjunto e específico com as famílias

¹¹Sobre o Núcleo de Pesquisa e Redução de Desastres – NUPRED falaremos no próximo capítulo, quando discorrermos sobre as iniciativas de ações preventivas da Defesa Civil. Entretanto é importante ressaltar que ele é um núcleo ligado à Coordenação Geral da Defesa Civil de Fortaleza e não à Coordenação de Ações Preventivas (ANEXO E).

atendidas pela COMDEC. Apesar de cada sub-coordenação ter uma ação mais específica, por questões de organização, todas trabalham em conjunto e através de ações integradas.

Vejamos cada uma dessas coordenações setoriais:

- A **Coordenação de Ações de Emergência e Socorro** é encarregada das atividades de socorro às populações em risco, assistência através da entrega de cestas-básicas aos habitantes afetados e reabilitação dos cenários dos desastres; da articulação com as secretarias municipais e estaduais que promovem o restabelecimento dos serviços públicos essenciais, reconstrução e/ou recuperação das edificações e infra-estrutura, serviços básicos necessários a restabelecer a normalidade.
- A **Coordenação de Ações Comunitárias** é a responsável pelo cadastramento das famílias acompanhadas pela COMDEC, que se encontram em abrigo; pela formação e acompanhamento dos Núcleos Comunitários de Defesa Civil; pela organização de Campanhas de arrecadação de doativos, dentre outras ações.
- A **Coordenação de Ações Preventivas** é responsável pela avaliação e o mapeamento de Riscos os quais o município está sujeito e pela redução de Riscos de Desastres; pelo desenvolvimento institucional, de recursos humanos (cursos e treinamento) e científico-tecnológico, mobilização, monitorização, alerta, alarme, entre outros.

Como já falamos, apesar da divisão puramente estrutural, as coordenações setoriais atuam em conjunto e suas ações são articuladas. Quando uma ocorrência chega à Defesa Civil, uma equipe das Ações de Emergência e Socorro vai fazer o primeiro atendimento, elabora um relatório sobre a ocorrência, encaminha as ações de acordo com as necessidades da população atendida e se preciso entrega material assistencial (cestas básicas, lonas, filtros, mantas, redes, colchonetes, etc). Se a população fica desabrigada por conta de desabamento, por exemplo, e necessita de abrigo, a Coordenação de Ações Comunitárias envia uma equipe ao local, que encaminha a família a um abrigo solidário (casa de parentes), abrigo público (prédio público utilizado como abrigo) ou aluguel social (casas alugadas pela Prefeitura) e prepara um relatório social encaminhando as necessidades das

famílias às Secretarias Municipais de Saúde (vacinas, remédios, etc), Educação (transferências de escola e transporte escolar, etc), Assistência Social (visita domiciliar, benefícios eventuais, acompanhamento familiar, etc) e Habitação (cadastro e inclusão das famílias em programas habitacionais do Município ou Estado). A equipe de Ações Preventivas também vai ao local faz o isolamento da área e vistoria e encaminha relatórios técnicos para as secretarias responsáveis pela limpeza urbana, meio ambiente, urbanização e infra-estrutura local, garantindo assim ações para a reconstrução da normalidade da área afetada pelo desastre.

O **Decreto nº 5.376 de 17 de fevereiro de 2005**, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Defesa Civil - SINDEC e o Conselho Nacional de Defesa Civil, e dá outras providências, traz no seu art.13 as competências das Coordenadorias de Defesa Civil na esfera municipal, principalmente no atendimento aos desastres naturais, humanos ou mistos. E dentre as suas principais competências estão as atividades de prevenção, de preparação para emergências e desastres, de respostas aos desastres e de reconstrução.

São as ações de defesa civil com ênfase no aspecto preventivo, em especial nos trabalhos dos Núcleos Comunitários de Defesa Civil que investigaremos com maior intensidade no próximo capítulo, explicitando sua importância e influência para o bem-estar da população e na redução no tempo de respostas para a minimização dos riscos de desastres em Fortaleza.

2. DEFESA CIVIL E COMUNIDADE: CULTURA DE PREVENÇÃO AOS DESASTRES

2.1 A Defesa Civil e sua relação com a cidade.

A cidade de Fortaleza, quarta capital do país em número de habitantes, vivencia uma situação que se agrava nas últimas duas décadas, diante de diferentes condicionantes observados ao longo do tempo tais como: adensamento populacional desordenado a partir da busca de melhorias das condições de vida por parte da população do interior do Estado advinda do êxodo rural; população local excluída de diversas formas pela sociedade capitalista e por falta de políticas públicas eficientes; ocupação irregular de áreas de preservação ambiental que contribui para degradação do meio ambiente, dentre outras.

Quando andamos por nossa cidade, observamos que ainda é grande o quadro de exclusão social, principalmente quanto ao direito de moradia levando-se em conta o processo desordenado de urbanização das grandes metrópoles. *“A ausência ou má aplicação de uma política de habitação e de desenvolvimento urbano levou grande parte da população a ocupar áreas ambientais frágeis, especialmente em margens de rios e encostas.” (BRASIL, 2007: 3).*

Nas regiões onde as chuvas são mais intensas, as áreas que não têm infra-estrutura urbana adequada são as que mais sofrem com inundações, alagamentos, deslizamentos e desmoronamentos, que podem levar a graves acidentes com perdas humanas e materiais.

Fortaleza cresceu muito rápido e de forma desordenada, atualmente quase toda cidade está asfaltada e cimentada, em outra palavra impermeabilizada, de forma que, com o aumento do volume de chuvas, não há por onde a água infiltrar. Como a água da chuva esco rapidamente pela superfície, não dá tempo para os sistemas de drenagem da cidade (canais, lagoas, rios e bocas-de-lobo) drenarem toda a água. Assim, as ruas alagam e os sistemas de drenagem transbordam ocasionando alagamentos e inundações que podem ser agravados pela grande quantidade de lixos que é jogada nas ruas podendo entupir as bocas-de-lobo, canais, rios, lagos e lagoas.

Nos morros as chuvas também causam problemas. A população constrói suas casas em locais impróprios, sem a orientação de nenhum especialista ou técnico das Regionais e com as chuvas fortes, o solo encharca e o morro pode ir a baixo ocasionando a perda de bens humanos e materiais.

Nas dunas e áreas próximas às praias a situação também não é simples; o principal risco é o transporte eólico de sedimentos (areia). A areia invade residências construídas em locais igualmente impróprios, o que pode levar ao seu soterramento.

Em comunidades ribeirinhas (ou próximas a recursos hídricos: rios, lagoas, canais, etc) a situação é parecida e se torna ainda mais crítica quando o volume das chuvas aumenta o nível da água e esta entra nas casas mais próximas as margens dos recursos hídricos podendo ocasionar alagamentos e inundações.

Neste contexto o município de Fortaleza conta atualmente com 97 (noventa e sete) áreas de risco, com mais de 21 mil famílias em situação de risco físico e social, distribuídas nos 313,8 km² da cidade, com maior incidência de áreas suscetíveis a alagamentos e inundações, porém existem também as áreas com risco de desabamentos e desmoronamentos, fenômenos que mais matam em nosso país segundo a Secretaria Nacional de Defesa Civil (SEDEC).

São vários os problemas em decorrência das chuvas e de desastres naturais, humanos ou mistos, que atingem nossa cidade. Dentre as **tipologias de ocorrências** atendidas pela Coordenadoria Municipal de Defesa Civil (COMDEC) podemos citar:

- Alagamentos e risco de alagamentos;
- Árvores caídas em vias públicas;
- Bueiro aberto;
- Buracos em vias públicas;
- Desastres de natureza tecnológicos relacionados com produtos perigosos;
- Deslizamentos e risco de deslizamentos;
- Desmoronamentos e risco de desmoronamentos;
- Enchentes e risco de enchentes;

- Entulhos na via;
- Incêndio ou explosão e risco de incêndio ou explosão;
- Infiltrações em edificações;
- Inundações e risco de inundações;
- Ocupações irregulares;
- Rachaduras em edificações;
- Risco de choque elétrico;
- Solapamentos e risco de solapamentos;
- Soterramentos;
- Vistorias em edificações e eventos públicos;

De janeiro a junho, quando as chuvas são mais fortes, todas as secretarias trabalham em conjunto para diminuir a “dor de cabeça” e os prejuízos causados pelas enchentes. Todos os equipamentos e boa parte do corpo técnico das Secretarias Executivas Regionais e Defesa Civil se voltam para o combate aos efeitos da quadra chuvosa.

A Defesa Civil de Fortaleza trabalha com equipes de plantão permanente, vinte e quatro horas, inclusive durante fins de semana e feriados, na sede da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil (COMDEC) e na Coordenadoria Integrada de Operações de Segurança (CIOPS). Já nas Secretarias Executivas Regionais o atendimento acontece de segunda a sexta-feira no horário de oito às dezessete horas através dos Técnicos Regionais de Defesa Civil.

Segundo as diretrizes da Política Nacional de Defesa Civil, a operacionalização de uma COMDEC acontece em dois diferentes períodos: no período de *normalidade*¹² e no de

¹²O período de *normalidade* envolve: I – Atividades de *Prevenção de Desastres*: que compreende elaboração de: a) planos (diretor municipal, diretor de defesa civil, planos de contingência, de operação e de ação anual); b) estudos de ameaças, vulnerabilidades e riscos e c) preparação de mapas (áreas de risco, recursos institucionais e instalações). II – Atividades de *Preparação para Emergências e Desastres*: que abrange: a) sistemas de informação (banco de dados com informação de ocorrências) e de monitoração (programas de alerta e alarme); b) o cadastramento de recursos humanos, instalações, material e equipamentos (nome/contato, função, endereço e telefone); c) o cadastro da população que reside em áreas de risco; d) a capacitação dos integrantes da COMDEC, de órgãos setoriais e voluntários; e) a conscientização da população através de campanhas, palestras e cartilhas; f) a articulação através de reuniões com órgãos setoriais e órgãos de apoio; e g) análise e avaliação de operações anteriores (Fonte: site da Secretaria Nacional de Defesa Civil).

*anormalidade*¹³. A COMDEC Fortaleza seguindo essa orientação, durante o período de normalidade desenvolve atividades de minimização dos desastres, ou seja, de prevenção de desastres e de preparação para emergências e desastres e em tempos de anormalidade as ações são voltadas para as respostas aos desastres e reconstrução.

O atendimento à população segue um processo composto por diversas ações que são realizadas passo-a-passo, estabelecendo assim, um ciclo para que o usuário tenha sempre uma boa resposta quando solicite os serviços da Defesa Civil que, através do seu caráter articulador, envolve outros órgãos da administração pública das três esferas de poder para a solução das ocorrências. Vejamos o passo-a-passo no atendimento às ocorrências.

- **1º passo:** *A CIOPS recebe o chamado através do número 190 e repassa a ocorrência via sistema de rádio ou telefone para a base da Defesa Civil, que em seguida contata o Técnico de Defesa Civil da Regional (onde se localiza a ocorrência) ou envia uma equipe da própria base para prestar o atendimento.*
- **2º passo:** *A equipe em campo realiza os procedimentos necessários conforme a necessidade do atendimento, que vai desde uma visita de orientação à população, ou em situações mais graves a um processo de remoção para abrigos solidários¹⁴ ou abrigos públicos de Defesa Civil¹⁵, conforme critérios de abrigamento (ANEXO A) previamente estabelecidos.*
- **3º passo:** *Em seguida ao primeiro atendimento são identificadas as demandas e realizada a articulação com os diversos órgãos e setores da*

¹³Por sua vez o período de *anormalidade* compreende o atendimento aos desastres com: I – Atividades de *Resposta aos Desastres*: a) Atividades de Socorro: elaboração de Plano Operacional; b) Atividades de Assistência: estoques estratégicos de material assistencial: alimentos, colchonetes, cobertores etc; c) Abrigos provisórios; d) Equipes de Trabalho (divididas por áreas de atuação); e) Atividades de Reabilitação: equipes de Avaliação de Danos e elaboração de relatórios técnicos. II – Atividades de *Reconstrução* que levem em consideração: a) Medidas Estruturais de Reconstrução e b) Medidas Não-Estruturais (Fonte: site da Secretaria Nacional de Defesa Civil).

¹⁴Denominamos ABRIGO SOLIDÁRIO a residência de familiares ou amigos que acolhem a família vitimada por desastre.

¹⁵Chamamos ABRIGO PÚBLICO de Defesa Civil o local indicado administração pública para abrigamento de famílias vitimadas por desastre.

administração pública quando necessário, objetivando sempre retirar a(s) família(s) da situação de risco e garantir sua segurança.

Nos casos onde é necessário o abrigo público, a Secretaria Executiva Regional (ou outras Secretarias parceiras) disponibiliza o local, em seguida a equipe da Defesa Civil realiza a remoção e disponibiliza o material assistencial necessário, tais como: colchonetes, lonas, redes, mantas, filtros e cestas básicas. É importante salientar que enquanto a família estiver abrigada, a reposição deste material assistencial é periódica.

Também durante o período de abrigo, equipes da Secretaria Municipal de Assistência Social e Secretaria Municipal de Saúde são chamadas para o atendimento às famílias, dentro da área de atuação determinada pelas políticas públicas de assistência social e de saúde, respectivamente. Em caso de destruição total do imóvel da família removida, a Fundação de Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza (HABITAFOR) é acionada para incluir a família em programas habitacionais.

Como já citamos no capítulo anterior, a Coordenadoria Municipal de Defesa Civil (COMDEC) dispõe de um quadro de servidores organizado em: Coordenação Geral, Núcleo de Pesquisa e Redução de Desastres (NUPRED) e Coordenações setoriais (Coordenação de Ações Preventivas, Coordenação de Ações Comunitárias e Coordenação de Ações de Emergência e Socorro), onde estão distribuídos os 60 (sessenta) agentes de defesa civil. Cada coordenação setorial tem funções específicas, muito embora trabalhem sempre em conjunto. As principais atividades desenvolvidas pela **Coordenação de Ações Preventivas** são:

- *VISITÓRIA PREVENTIVA A EDIFICAÇÕES. Garantir a segurança dos prédios e pessoas envolvidos e prevenir acidentes.*
- *VISITÓRIAS À ESTRUTURA DE EVENTOS (Carnaval, Fortal, etc);*
- *COMISSÃO ESTADUAL DE EMERGÊNCIAS Prevenir e atender qualquer tipo de desastre em parceria com outros órgãos que atuam em emergências.*
- *PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO DO PROJETO DEFESA CIVIL NAS ESCOLAS. Divulgar o trabalho de prevenção e preparação da Defesa Civil para o período da quadra chuvosa.*
- *PLANO MUNICIPAL DE REDUÇÃO DE RISCOS. Detectar as áreas de vulnerabilidades e reduzir os riscos.*
- *MAPEAMENTO DE ÁREAS DE RISCOS. Atualizar o mapeamento das áreas de vulnerabilidade, principalmente as de inundação, alagamento, desmoronamento e deslizamento.*
- *MAPEAMENTO DE OLEODUTO. Monitorar as áreas de vulnerabilidade por onde passa o oleoduto.*
- *MAPEAMENTO DE GASODUTO. Monitoramento das áreas de vulnerabilidade por onde passa o gasoduto.*
- *MAPEAMENTO DA MALHA FERROVIÁRIA. Monitoramento das áreas de vulnerabilidade por onde passam a ferrovia*

- *MAPEAMENTO DAS TORRES DE TRANSMISSÃO ELÉTRICA.* Monitoramento das áreas de vulnerabilidade onde estão localizadas as torres de transmissão.
- *ANÁLISE ATMOSFÉRICA DIÁRIA.* Previsão meteorológica. (Parceria – FUNCEME)
- *COMITÊ GESTOR DE AÇÕES DE URGÊNCIAS E EMERGÊNCIAS (COGEMUE).* Monitorar as ações de prevenção, promoção e assistência à saúde na área de urgência e emergência.
- *MONITORAMENTO AMBIENTAL.* Monitorar as áreas de preservação ambiental.
- *FISCALIZAÇÃO DAS CASAS DE FOGOS DE ARTIFÍCIO.* Fiscalizar as casas dentro das normas técnicas.
- *PLANEJAMENTO E REALIZAÇÃO DE CAPACITAÇÃO DOS AGENTES DE DEFESA CIVIL.* (Muitas vezes em parceria com a CEDEC e outros órgãos, universidades, fundações e institutos);
- *REALIZAÇÃO DE PROGRAMAS E PALESTRAS DE COMBATE A DOENÇAS:* dengue, leptospirose, influenza A H1N1, etc.;
- *IMPLANTAÇÃO e ALIMENTAÇÃO DO BANCO DE DADOS DE OCORRÊNCIAS;*
- *Participação no projeto de sensoriamento remoto em conjunto com a FUNCEME;*
- *Atendimento a ocorrências;*
- *Participação na Conferência Municipal de Defesa Civil;*
- *Participação nos balcões da Ouvidoria Municipal;*
- *Planejamento das oficinas de educação ambiental da SEMAM;*
- *Elaboração da cartilha da Defesa Civil em conjunto com outras secretarias municipais – “E quando a Chuva Chegar? – Vol. 2” (ANEXO D)*

(Fonte: Plano de Contingência da Defesa Civil 2009).

Essas ações são em sua maioria desenvolvidas durante o período de normalidade, que aqui em Fortaleza acontece entre os meses de julho e dezembro quando o volume de chuvas diminui e priorizamos os trabalhos preventivos. Os agentes de defesa civil se subdividem em equipes conforme a atividade que deverão desenvolver. Uma equipe fica responsável por fazer as vistorias às edificações, fiscalizações, monitoramentos e mapeamentos, outra por acompanhar a análise atmosférica e alimentar o banco de dados de ocorrências, outra desenvolve projetos e planeja capacitações, palestras e oficinas, outra equipe participa de reuniões com outros órgãos, onde são definidas as ações a serem desenvolvidas pela Prefeitura, dentre outras atividades.

A Coordenação de Ações Comunitárias tem como objetivo prestar atendimento social às famílias atingidas por sinistros, visando à inclusão destas na rede de proteção social do Município. Tem como principais parceiros: Conselhos Tutelares, CRAS, Distritos de Assistência Social das Regionais, HABITAFOR, Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE), Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS), Secretaria Municipal de Saúde (SMS), Distritos de Educação das Regionais, dentre outros e desenvolve as seguintes atividades:

- *Serviços de acompanhamento de famílias abrigadas;*
- *Programa de arrecadação de doativos (PAD) principalmente através da Campanha Mão Solidária;*
- *Gerenciamento de Doativos;*

- *Entrega de donativos e material assistencial às famílias atendidas pela Defesa Civil de Fortaleza;*
- *Participação em outras campanhas de arrecadação de donativos e brinquedos: Campanha Natal sem Fome dos Sonhos (CAIXA); Campanha Força Solidária (Corpo de Bombeiros), etc.*
- *Visita social às famílias vítimas de incêndio, desabamento, alagamento e inundações para aplicação de cadastro sócio-econômico;*
- *Acompanhamento às famílias abrigadas em Abrigos Públicos e Solidários no que se refere a inclusão destas na Rede de Proteção Social do Município;*
- *Implantação dos Núcleos Comunitários de Defesa Civil – NUDEC’s;*
- *Aplicação de questionários sócio-econômicos;*
- *Organização dos materiais dos abrigos;*
- *Produção de relatórios sociais;*
- *Cadastramento do perfil sócio-econômico das famílias em áreas de risco;*
- *Atendimentos através da aplicação dos cadastros.*

(Fonte: Plano de Contingência da Defesa Civil 2009).

Essa coordenação também se subdivide em equipes, ficando cada uma responsável por uma ou várias atividades: uma equipe acompanha famílias e abrigos, outra os NUDEC’s, outra fica responsável pelas campanhas de arrecadação, o gerenciamento e a entrega de donativos, outra responsável pela produção de relatórios e cadastramento das famílias vítimas de desastres, etc. Todavia todos estão aptos a desenvolverem todas as atividades.

Por sua vez a **Coordenação de Ações de Emergência e Socorro** é responsável pelo desenvolvimento das seguintes atividades:

- ***Atendimentos de emergência:*** *Consiste em um conjunto de ações emergenciais que tem como objetivo atender e amenizar o sofrimento das famílias atingidas por calamidades. PRINCIPAIS CALAMIDADES: enchentes, alagamentos, deslizamentos, incêndios, inundações, etc.*
- ***Atendimento a 2.132 ocorrências de janeiro a junho de 2009.***
- *Alagamentos: 615 atendimentos;*
- *Desabamentos: 235 atendimentos;*
- *Incêndios: 398 atendimentos;*
- *Inundações: 159 atendimentos;*
- *Risco de desabamento: 509 atendimentos;*
- *Risco de alagamento: 56 atendimentos;*
- *Outros (Monitoramento de áreas de risco, reconhecimento de famílias a serem remanejadas, buracos em via pública, verificação de necessidade de entrega de cestas básicas, etc...): 160 atendimentos.*
- ***Ocorrências por Regionais:***
- *SER I – 309 ocorrências*
- *SER II – 409 ocorrências*
- *SER III – 254 ocorrências*
- *SER IV – 173 ocorrências*
- *SER V – 380 ocorrências*
- *SER VI – 607 ocorrências*
- *Totalizando: 2.132 ocorrências*

- **Abastecimento de Abrigos:** *Consiste na entrega de materiais em abrigos públicos e solidários assistidos pela Defesa Civil do Município, tais como: Cestas básicas, colchonetes, cobertores, redes, filtros, lonas, vestuários e utensílios domésticos doados, etc.*
- **Entrega de Material Assistencial**
- *Colchonetes: 966 unidades entregues;*
- *Cobertores: 2.416 unidades entregues;*
- *Redes: 1.767 unidades entregues;*
- *Lona (m²): 39.972 m² entregues;*
- *Cestas Básicas: 782 unidades entregues;*
- *Filtros: 337 unidades entregues;*
- **Coordenação de Remoções:**
- *Remoção em virtude de eventos adversos: essa remoção consiste na retirada de famílias de áreas de risco para abrigos públicos e abrigos solidários;*
- *Remoção para unidades habitacionais: consiste na retirada de famílias de abrigos ou casas em áreas de risco e/ou famílias em situação de risco de desastre para moradias seguras (cadastro HABITAFOR).*

Essas remoções acontecem geralmente em parceria com HABITAFOR, Regionais, Guarda Municipal, EMLURB, Secretaria de Saúde e colaboradores.

(Fonte: Plano de Contingência da Defesa Civil 2009 e banco de dados de ocorrências).

Durante todo o ano, mais intensamente entre os meses de janeiro e junho – período da quadra chuvosa em Fortaleza, essa Coordenação trabalha intensamente no atendimento às ocorrências, entrega de materiais e remoções de famílias do local do desastre para abrigos públicos ou solidários. É composta por mais de 50% do efetivo de agentes também divididos em equipes. Quando a quantidade de ocorrências é grande, várias equipes saem à campo e cada uma é direcionada a uma região da cidade, podendo uma equipe atender várias ocorrências em determinado local. Além disso, nas 6 (seis) Secretarias Executivas Regionais temos os Distritos de Defesa Civil cada um com um Técnico Regional de Defesa Civil e sua equipe, para o atendimento regionalizado às ocorrências.

Por atuar em situações de emergência, sempre com o objetivo de preservar vidas humanas e restabelecer a normalidade, por vezes, a Defesa Civil aciona outros órgãos, em especial quando há calamidade ou a ocorrência é de grande magnitude. Nesses momentos atua como órgão articulador e coordenador das ações para garantir a segurança global da população atingida pelo risco e havendo a necessidade, conta com o apoio do efetivo da **Guarda Municipal de Fortaleza** e outros órgãos parceiros, tais como:

- Autarquia Municipal de Trânsito, Serviços Públicos e de Cidadania de Fortaleza - AMC;

- Companhia de Água e Esgoto do Estado do Ceará – CAGECE;
- Companhia de Gás – CEGÁS;
- Companhia Docas do Ceará;
- Companhia Elétrica do Ceará – COELCE;
- Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Ceará – CBMCE;
- Cruz Vermelha de Fortaleza
- Forças Armadas (Marinha do Brasil, Exército Brasileiro e Força Aérea Brasileira);
- Órgãos de Meio Ambiente (IBAMA, SEMACE e SEMAM);
- PETROBRÁS
- Polícia Militar do Estado do Ceará;
- Polícia Rodoviária Federal – PRF;
- Secretarias Executivas das Seis Regionais;
- Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS;
- Secretaria Municipal de Saúde – SMS;
- Secretaria Municipal de Infraestrutura – SEINF;
- Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU, entre outros.

Além de todas as ações já mencionadas, a COMDEC é integrante do Fórum da Agenda 21¹⁶ de Fortaleza e tem se preocupado com o meio ambiente e em conjunto com os órgãos que trabalham para garantir sua preservação, vem desenvolvendo ações de educação ambiental, possibilitando à população a aquisição de valores sociais, de vínculos fortes com o ambiente em que vivem e motivação para participar ativamente de sua proteção e melhoria.

¹⁶ “A Agenda 21 foi um dos principais resultados da conferência Eco-92, ocorrida no Rio de Janeiro em 1992. É um documento que estabeleceu a importância de cada país se comprometer a refletir, global e localmente, sobre a forma pela qual governos, empresas, organizações não-governamentais e todos os setores da sociedade poderiam cooperar no estudo de soluções para os problemas socioambientais. Agenda 21 local é um processo participativo multisetorial de construção de um programa de ação estratégico dirigido às questões prioritárias para o desenvolvimento sustentável local, implicando com isso, em mudanças no atual padrão de desenvolvimento, integrando as dimensões político-institucionais, sócio-econômicas, culturais e ambientais da sustentabilidade. O objetivo principal é, portanto, a formulação e implementação de políticas públicas, por meio de metodologias participativas que produzam um plano de ação para o alcance de um cenário futuro desejável pela Fortaleza e que leve em consideração a análise das vulnerabilidades e potencialidades de sua base econômica, social, cultural e ambiental.” (Fonte: Site da Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Controle Urbano – SEMAM – disponível em <http://www.fortaleza.ce.gov.br/semam>)

Fazer com que cada cidadão se torne um elo de uma cadeia de multiplicação para o desenvolvimento de uma consciência ecológica é um desafio da Defesa Civil. Especialmente com as oficinas de educação ambiental realizadas dentro do Projeto Defesa Civil nas Escolas e dos Núcleos Comunitários de Defesa Civil, busca uma mudança de hábitos que levem a uma melhoria da qualidade de vida e do comportamento em relação ao meio ambiente e conseqüentemente a reflexão sobre os problemas ambientais que compreendem dimensões sociais, culturais, econômicas, etc. Plantando uma semente que futuramente dê frutos, a defesa civil procura, através de suas ações, transformar a realidade de nossa cidade.

2.2 Iniciativas em Ações Preventivas de Defesa Civil

A Defesa Civil no mundo e em Fortaleza, além de planejar e promover permanentemente a defesa contra calamidades é, conforme indica a Secretaria Nacional de Defesa Civil, o órgão responsável por reduzir desastres.

Com o passar dos anos, a Defesa Civil deixou de atuar apenas na resposta às calamidades e situações de emergência para desenvolver ações de prevenção, de preparação para emergências e desastres e de respostas aos desastres e de reconstrução das áreas afetadas. E não é diferente com a Defesa Civil de Fortaleza, que hoje sente necessidade em desenvolver nas comunidades uma cultura voltada à prevenção de riscos. E para dar continuidade a essa missão, participa:

- Da elaboração do ***PLANO MUNICIPAL DE REDUÇÃO DE RISCOS*** em parceria com a Fundação Habitacional e Desenvolvimento Urbano de Fortaleza (HABITAFOR) que envolve planejamento estratégico e tem como finalidade detectar as áreas de vulnerabilidades e reduzir os riscos em Fortaleza.
- Da organização do **COMITÊ DE PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO DE AÇÕES PARA A QUADRA CHUVOSA**, que tem o objetivo de identificar os pontos mais críticos dos recursos hídricos (rios, lagoas, canais, etc.) e realizar ações preventivas e de limpeza.

- Do *COGEMUE*¹⁷ - *COMITÊ GESTOR DO SISTEMA MUNICIPAL DE ATENÇÃO ÀS URGÊNCIAS E EMERGÊNCIAS DE FORTALEZA*, órgão consultivo da Secretaria Municipal de Saúde (SMS), instituído através da Portaria Municipal Nº 114/2005, de 30 de dezembro de 2005 e que através de reuniões mensais tem como objetivo formular, monitorar e avaliar as ações de prevenção, promoção e assistência à saúde nas áreas de urgência e emergência em Fortaleza.
- E da *COMISSÃO ESTADUAL DE EMERGÊNCIAS*, que visa prevenir e atender qualquer tipo de desastre em parceria com os órgãos estaduais que trabalham no atendimento a emergências.

Assim, a COMDEC Fortaleza desenvolve várias ações que focam a prevenção, dentre elas existem as de fiscalização (vistorias preventivas às edificações, mapeamentos de áreas de risco e monitoramentos ambientais), de pesquisa (NUPRED – Núcleo de Pesquisa e Redução de Desastres) e as que unem educação com ações sociais nas comunidades (Projeto Defesa Civil nas Escolas e Formação de NUDEC's) que buscam resultados promissores para a prevenção de riscos e minimização de desastres em nossa cidade. Falaremos das mais importantes a seguir.

2.2.1 Mapeamentos de áreas de risco:

O Mapeamento de áreas de risco é a ação preventiva da Defesa Civil que busca atualizar e monitorar as áreas de vulnerabilidade onde ocorrem principalmente inundação, alagamento, desmoronamento e deslizamentos.

¹⁷ O COGEMUE atua em conformidade com as Políticas Nacional e Estadual sobre Urgência e Emergência, é dirigido pelo coordenador de Políticas de Saúde da SMS e composto por representantes de 23 (vinte e três) instituições de diferentes áreas de atuação, dentre eles órgãos de segurança pública, trânsito, defesa civil, hospitais da rede estadual e municipal, distritos de saúde, associações, conselhos, as Secretarias Estadual e Municipal de Saúde, etc. Esses representantes são divididos em 6 (seis) comissões (Comissão Pré-hospitalar Fixo, Hospitalar, Pós-hospitalar, Acidentes com Múltiplas Vítimas, Promoção e Prevenção) que juntas são responsáveis pela elaboração do Plano Diretor de Atenção às Urgências e Emergências. (*Portaria Municipal Nº 114/2005 de 30 de dezembro de 2005, publicada no Diário Oficial do Município de 08 de fevereiro de 2006*).

As equipes da COMDEC fazem o monitoramento das áreas de vulnerabilidade por onde passam os oleodutos, os gasodutos, a malha ferroviária, por onde estão localizadas as torres de transmissão, casas de fogos de artifício, dentre outras áreas de risco e assim verificam se as famílias que habitam próximas a essas áreas estão correndo perigo.

2.2.2 Monitoramentos Ambientais

Os monitoramentos ambientais são realizados anualmente e buscam fiscalizar as áreas de preservação ambiental (APA), rios, lagoas, lagos, canais, bocas de lobo, pontos de lixo, etc. no sentido de encaminhar ações de limpeza quando necessárias.

2.2.3 Vistorias Preventivas às Edificações

As vistorias preventivas às edificações são ações voltadas a verificar patologias nas edificações, ou seja, se estas estão correndo risco de desabar, se estão com infiltrações, rachaduras e a partir daí evacuar o local se necessário ou encaminhar reformas para reparar o dano.

Este trabalho geralmente é feito em edificações que fazem parte do patrimônio público municipal (escolas, secretarias, pontes, viadutos, canais), mas algumas vezes quando solicitada a defesa civil atende edificações particulares sem, no entanto poder emitir laudo técnico, este fica a cargo de um profissional da área de Engenharia Civil que deve ser contratado pelo solicitante.

Nessas vistorias são tiradas fotos do local e posteriormente é feito um relatório do que se verificou no local e encaminhado aos distritos de infra-estrutura das Regionais e/ou para a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Infra-Estrutura – SEINF, para que os locais sejam visitados por profissionais da Engenharia Civil e possam encaminhar as devidas soluções.

Esse trabalho evita que as edificações venham a cair, provocando perdas materiais ou até mesmo humanas.

2.2.4 Núcleo de Pesquisa e Redução de Desastres – NUPRED

O NUPRED – Núcleo de Pesquisa e Redução de Desastres é núcleo da Defesa Civil de Fortaleza responsável pelo monitoramento e avaliação das situações de vulnerabilidade e potenciais riscos, utilizando recursos técnicos científicos para antecipar os eventos adversos – através do cruzamento de dados de ocorrências cadastradas e materiais geográficos, geomorfológicos característicos de nossa região – que podem vir a causar danos materiais e humanos na região metropolitana de Fortaleza.

É também o responsável por firmar parcerias com as Universidades (Estadual e Federal do Ceará), com a FUNCEME, centros de excelência em pesquisa em todo país e com outros órgãos municipais e estaduais para a elaboração de projetos que mitiguem os danos causados por eventos extremos, isto é desenvolver e gerenciar sistemas de alerta e alarme dando tempo comunicar antecipadamente a população assim como secretarias envolvidas quando da sua ocorrência.

Como objetivo futuro está prevista a criação de um centro de gerenciamento de dados e uma sala de situação onde, através de mapas e modelos estatísticos será feito o monitoramento de todas as ações desenvolvidas pela Defesa Civil e assim intensificadas as atividades de prevenção de desastres e eventos adversos.

Atualmente núcleo vem trabalhando com o *Plano Municipal de Redução de Riscos* em parceria com a HABITAFOR (mencionado anteriormente); o plano de monitoramento de eventos adversos e o plano de monitoramento de eventos extremos.

Para fazer esse monitoramento, os agentes de defesa civil elaboram pesquisas e trabalhos técnicos e utilizam como fontes os sites que verificam imagens de satélites; modelos numéricos de tempo; dados de pluviômetros e projetos na área de monitoramento de eventos adversos e teremos como produto final um mapa de múltiplas ameaças com base em um sistema de georeferenciamento.

2.2.5 Projeto Defesa Civil nas Escolas

O Sistema Nacional de Defesa Civil – SINDEC é regido pelo Decreto Nº 5.376 de 17 de fevereiro de 2005, e em seu Art. 13, inciso VII consta que às COMDECs, ou órgãos correspondentes, compete: *“promover a inclusão dos princípios de defesa civil, nos currículos escolares da rede municipal de ensino médio e fundamental, proporcionando todo apoio à comunidade docente no desenvolvimento de material pedagógico-didático para esse fim”*.

Nesse sentido, a promoção de uma mudança cultural relacionada com a segurança global da população, com a redução dos desastres e, sobretudo, com a redução das vulnerabilidades dos cenários e das populações em risco, deve ser incluída nos currículos escolares de primeiro e de segundo grau e nas atividades de ensino informal.

A conscientização do maior número de estudantes através de escolas da rede pública municipal de ensino médio e fundamental, em especial as que se localizam próximas às áreas de risco, nos possibilita a formação de agentes multiplicadores em suas comunidades, atividade de suma importância na promoção de mudanças culturais como meio para atingir a melhoria na qualidade de vida em nossa cidade.

Procurando alcançar esse objetivo, a COMDEC Fortaleza, através de sua Coordenação de Ações Preventivas, reuniu um grupo de agentes de defesa civil¹⁸, com diferentes especialidades, que através de reuniões de planejamento e capacitações, iniciou em agosto de 2006 a execução do projeto.

O projeto Defesa Civil nas Escolas é uma das principais ações preventivas de caráter contínuo da Defesa Civil de Fortaleza e vem buscando formar a cidadania e multiplicar as informações dentro das comunidades escolares entre alunos de 5º a 9º ano do ensino médio, por meio de palestras educativas sobre temas diversos (meio ambiente e

¹⁸Durante a execução do projeto é importante que haja a execução periódica de planejamentos multidisciplinares e capacitações dos agentes envolvidos, para que estejam sempre atualizados e ambientados didática e pedagogicamente. Sempre que se pretende abordar um assunto novo no projeto Defesa Civil nas escolas, os agentes procuram informações e solicitam treinamentos para a Coordenação da COMDEC, que busca firmar parcerias com outras secretarias, universidades e instituições públicas ou privadas para a realização de capacitações sobre o assunto em questão.

preservação ambiental, papel da Defesa Civil, importância da comunidade, prevenção de doenças/epidemias: leptospirose, influenza A H1N1, dengue, etc.), exibição de vídeos, utilização de imagens, distribuição de materiais informativos (cartilhas, folders, cartazes, etc).

Com o projeto, a COMDEC inicia então um processo de mudança cultural, que sabemos ser um grande desafio do ponto de vista da formação de cidadãos com uma maior percepção de sua relação com o ambiente em que vive, e de como suas ações podem contribuir para a piora ou melhoria do mesmo, e nesse sentido a escola é um ótimo lugar de interação entre comunidade e poder público.

Os instrumentos de monitoramento e avaliação dos resultados que a defesa civil trabalha a princípio são os registros de ocorrências armazenados no banco de dados, bem como a identificação de pontos de degradação ambiental, como pontos de lixo e entulho, poluição dos recursos hídricos e ocupações irregulares.

Entretanto já notamos uma diminuição de algumas ocorrências em determinadas localidades que estão diretamente ligadas aos pontos acima citados, como também a preocupação que surge em certas comunidades quanto à destinação dos resíduos sólidos antes lançados no meio ambiente.

Até dezembro de 2008 o projeto realizou capacitações em 117 escolas da rede de ensino municipal, atingindo um público de 9.708 alunos de quinto ao nono ano. Abaixo podemos observar no mapa (Figura. 2) na cor mais escura em que bairros da cidade o projeto já atua.

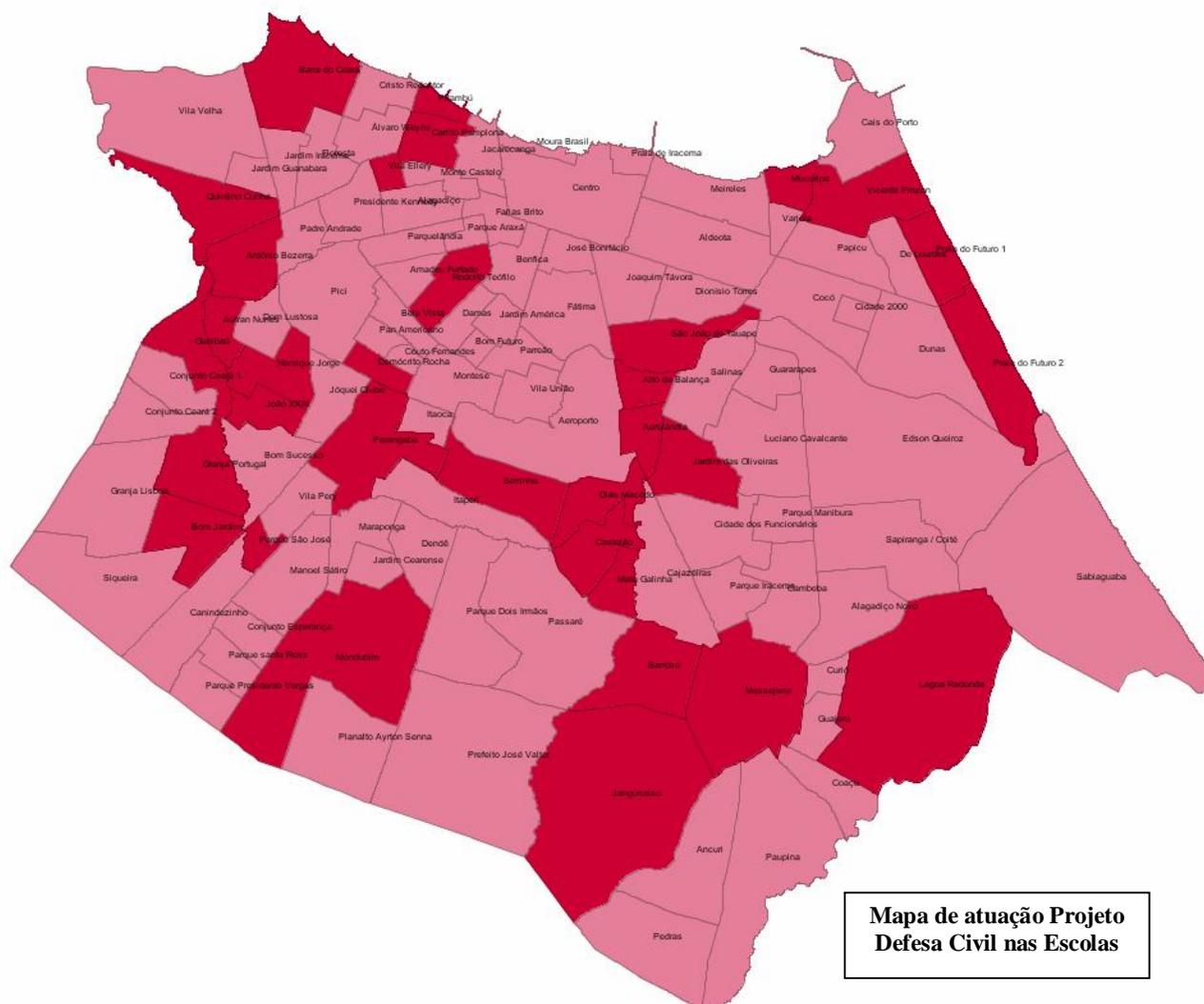


Figura. 2 – Mapa de Atuação do Projeto Defesa Civil nas Escolas em 2009.
 Fonte: Dados originários do Relatório Geral da Defesa Civil de 2009.

Tanto nas escolas quanto nas comunidades e através de parcerias com outros órgãos do município, do estado, universidades, institutos, fundações e empresas privadas a COMDEC – Fortaleza tem planejado ações para reduzir os efeitos da quadra chuvosa e garantir agilidade nos atendimentos às ocorrências. Para isso a participação de todos é muito importante. É a oportunidade de mobilizar os alunos e professores e transformá-los em multiplicadores e disseminadores de informações e assim melhorar o dia a dia não só da sua comunidade, mas também de toda cidade.

O principal saldo alcançado em nosso município com a implantação de ações e projetos de cunho preventivo, como o Projeto Defesa Civil nas Escolas, foi que mesmo com o

aumento dos impactos pluviométricos em nossa região nos últimos quatro anos – principal motivo para o registro e aumento de ocorrências –, não obtivemos nenhum óbito, fato que é motivo de orgulho para todos que contribuem para a melhoria de desempenho da Defesa Civil, pautado em sua finalidade universal que é garantir a segurança global da população.

2.2.6 Núcleos Comunitários de Defesa Civil – NUDEC's

Na construção de políticas públicas, a participação popular se destaca por sua inegável contribuição. Muitos são os problemas e desafios enfrentados pela sociedade brasileira, juntamente com o poder público, no contínuo processo de construção de políticas públicas que efetivamente representem os anseios e as necessidades da população.

Vários problemas e desafios são postos cotidianamente: a realidade de desigualdade social; problemas econômicos; problemas de saneamento ambiental (manejo de resíduos sólidos e águas pluviais urbanas); déficits no abastecimento de água e esgotamento sanitário, déficits de habitação, ocupação desordenada dos espaços – gerando graves efeitos para a população que vive em assentamentos precários e além de sofrer com as carências urbanas e as dificuldades de acesso à cidade, está sempre vulnerável a qualquer catástrofe causada por desmoronamentos, deslizamentos, enchentes, inundações, etc.; déficits de infraestrutura urbana; incremento de congestionamentos; entre outros fenômenos e todos requerem a ação conjunta da população e poder público na construção de soluções.

Políticas públicas é um termo utilizado constantemente pelo Poder Público como ações do governo que buscam o bem comum, ou seja, como medidas e intervenções do Estado que visam melhorar a qualidade de vida da população. Contudo, é importante questionarmos em que contexto está inserido este Estado e se este busca efetivamente o bem de todos. Será que o Estado pode ser considerado como neutro, livre de pressões dos grupos que dominantes? Por isso precisamos colocar as políticas públicas como um processo, e mais precisamente um processo de disputa, já que o Estado está inserido em uma lógica capitalista e neoliberal, na qual os grupos e classes dominantes têm maior domínio e maiores possibilidades de intervenção na definição dos direcionamentos e interesses do Estado, que está longe de se confundir com o interesse comum de toda a população. As estruturas do poder não são insensíveis às pressões sociais, já que nelas se refletem as próprias contradições

da sociedade capitalista. Por isso é que se fazem essenciais a participação comunitária e o controle social na definição das políticas públicas.

As políticas públicas são um processo dinâmico, com negociações, pressões, mobilizações populares e ligada disputa de interesses. Os movimentos sociais, grupos e entidades são imprescindíveis para mostrar que o povo “mostre sua cara” para o Estado, para levar os conflitos de classe, de raça e de gênero da sociedade para a definição de prioridades governamentais. Se formos analisar, hoje a maior parte das políticas públicas no Brasil, é do tipo compensatória, ou seja, são assistencialistas com o intuito de compensar o estrago político, econômico e social que é feito pelo sistema capitalista. E também são fragmentadas, não buscam solucionar os problemas sociais de forma estrutural e sistemática, refletindo assim a concepção neoliberal do Estado. Dentro dessa tensão entre capitalismo, neoliberalismo e democracia, observamos ser preciso compensar a passividade do Estado com a intensificação da participação popular e da cidadania ativa, pois a sociedade deve exercer o controle social, definindo o processo de obtenção de recursos públicos e decidindo onde e para benefício de quem eles serão aplicados, garantindo assim a efetivação da democracia participativa.

Nessa perspectiva, é de fundamental importância a mobilização da sociedade para que junto com o poder público, possa discutir e estabelecer o desenvolvimento e a gestão do espaço local, a fim de que todos possam desfrutar com racionalidade dos recursos, dos equipamentos urbanos e das terras disponíveis nos municípios brasileiros.

Dentro das diretrizes da *Política Nacional de Defesa Civil*, o elo com a comunidade é fundamental pra o desenvolvimento de uma sociedade mais segura. Esse elo se dá através da formação de Núcleos Comunitários de Defesa Civil – NUDEC’s.

Segundo consta no site da Secretaria Nacional de Defesa Civil:

“Os Núcleos Comunitários de Defesa Civil fundamentam-se, basicamente, na promoção de mudança cultural em dois níveis – Participação e Prevenção. É no NUDEC que poderão acontecer os debates acerca da questão da segurança da localidade numa perspectiva da Segurança Global da População, pois os acidentes e desastres acontecem prioritariamente nos espaços locais. Muito antes da chegada dos profissionais melhor vocacionados para o atendimento da emergência, a população local se faz presente, por isso é indiscutível que os danos serão tanto menores quanto mais preparada estiver a comunidade.” (www.defesacivil.gov.br)

Como disse o teólogo Leonardo Boff: “... *ou formamos uma aliança global para cuidarmos da terra e uns dos outros ou estaremos colocando nossa existência sob ameaça*”. (apud www.forumespiritualmundial.org.br). Ou seja, diversos problemas pelos quais passa nosso planeta, como destruição ambiental, aquecimento global, doenças, fome, violência, entre outros, suscita a ética do cuidado ao bem comum e a união de todos para a construção de um mundo melhor.

Então, na tentativa de construir comunidades mais seguras, surgiu a idéia de contar com o apoio da população e como resultado do I Encontro de Políticas Públicas de Defesa Civil e Participação Popular que aconteceu dias 06 e 07 de julho de 2007, foram formados em Fortaleza 10 (dez) Núcleos Comunitários de Defesa Civil denominados NUDEC’s.

Desde 2007 com a criação dos núcleos comunitários de Defesa Civil a COMDEC vem capacitando lideranças e voluntários das comunidades localizadas em áreas de maior vulnerabilidade do município de Fortaleza para que atuem em situações de emergência, pois os NUDEC’s constituem-se uma medida preventiva que auxilia a Defesa Civil a prever, evitar ou mesmo minimizar desastres (naturais, humanos ou mistos).

O reconhecimento do território foi o primeiro passo para a implantação dos NUDEC’s, caracterização da população, riscos e problemas de competência da Defesa Civil, bem como para a avaliação do impacto dos serviços prestados sobre a vida dessa população. Além disso, a territorialização dessa política pública tende a permitir o desenvolvimento de um vínculo entre os serviços de Defesa Civil e a população. A partir daí, os Núcleos Comunitários de Defesa Civil foram formados em áreas que necessitavam de urgentes intervenções da COMDEC. Falaremos mais sobre isso no próximo capítulo.

Havendo uma interação entre a comunidade e a Defesa Civil, entre os que mais conhecem a realidade da comunidade – seus moradores – e os que articulam as políticas alternativas e experiências do município – COMDEC – as ações preventivas deverão ter maior eficácia.

Em uma área de vulnerabilidade as lideranças dos NUDEC’s, capacitadas, vão atuar focando a redução de riscos e essa contribuição é fundamental, porque coloca a

comunidade no centro da constituição da sociedade e como parceira da COMDEC na identificação e prevenção de possíveis eventos adversos.

Os 10 (dez) NUDEC's já foram capacitados em: Operacionalização em Defesa Civil; Oficinas de Meio Ambiente e Preservação Ambiental; Combate e Prevenção da Dengue, Influenza A H1N1 e outras doenças e epidemias, dentre outros assuntos.

A participação da comunidade como voluntária é essencial para a COMDEC, pois, por vivenciarem na prática os problemas da comunidade e a execução (ou não) de ações voltadas à melhoria do bairro (ou local onde vivem), eles tem informações privilegiadas para colaborar com a Defesa Civil na prevenção de acidentes e minimização dos riscos locais. Os NUDEC's contribuem ativamente na construção de uma comunidade mais segura, baseada na prevenção e na participação social.

Há diversas ações bem sucedidas, que vêm mudando a realidade de algumas comunidades de Fortaleza como, por exemplo: limpeza de canais, bocas de lobo, lagoas e rios; urbanização das margens de lagoas (Opaia, Porangabussu, Maraponga, Messejana, etc.); remoção de famílias de áreas de risco para conjuntos habitacionais construídos pela Prefeitura e Governo do Estado; oficinas de educação ambiental, de manejo do lixo e de combate a epidemias e doenças, dentre outras.

2.3 Importância da Participação da Comunidade na Prevenção dos Riscos

Todo o ano a cidade sofre com as fortes chuvas. De janeiro a junho quando as chuvas são mais intensas, a população, principalmente das áreas de risco, sofre com os alagamentos das vias públicas, inundações de residências, escorregamentos, quedas de árvores. Resolver o problema não é fácil, nem rápido. Depende de obras caras e de longo prazo para remediar um problema antigo, mas é preciso trabalhar projetos de prevenção e programas comunitários para que isto tenha um fim. Depende também da colaboração de todos. Lixo jogado nas ruas entope bocas-de-lobo, canais, lagoas, riachos e rios por onde a água escoar, além de servir como abrigo e alimento para ratos e outros animais e insetos que podem transmitir doenças para a população.

É importante difundir cada vez mais esse conceito de prevenção, no qual comunidade e poder público se conhecem e se vem como parceiros e interagem na busca por melhores condições de vida e segurança global da população. Com apoio da comunidade, trabalho dos agentes de Defesa Civil – especialmente em relação à prevenção de riscos e acidentes – fica muito mais fácil.

A COMDEC – de 2005 a junho de 2009 conseguiu reduzir a quantidade de áreas de risco em Fortaleza, de 105 (mapeamento 2005) para 97 e isso aconteceu principalmente devido à um sério trabalho voltado à PREVENÇÃO, um conceito construído internamente entre os agentes desde o curso de formação em Defesa Civil, onde todos absorveram a idéia que as ações preventivas geram melhores resultados e são menos dispendiosas que as ações de resposta aos desastres e reconstrução, que exigem gastos elevados e desviam recursos que poderiam ser alocados em programas de desenvolvimento.

Com a Operação Fortaleza Bela, a prefeitura iniciou o projeto desratização das áreas de risco e desde 2005, rios, riachos, canais e bueiros da cidade começaram a ser limpos e essa ação tem sido continuada. Entretanto para deixar Fortaleza, limpa, saudável e ainda “mais bela” se faz necessário envolver toda a população. Isso significa que cada cidadão deve assumir a responsabilidade para com toda a cidade, cuidando para que o lixo seja jogado na lixeira, que as orientações contra a dengue, influenza A e outras epidemias sejam seguidas à risca por toda a família e evitem os desperdícios.

O potencial da cultura de prevenção é extraordinário, pois parece ser de fato o melhor caminho para a redução dos efeitos negativos das chuvas nas cidades. Entretanto além das ações preventivas são necessárias políticas públicas permanentes, limpezas de canais, lagoas, bocas de lobo e ações de caráter social com foco em saúde e educação.

É necessário ganhar a confiança das comunidades para mobilizá-las a participar ativamente na busca de uma nova realidade em termos de educação ambiental, por isso a COMDEC aposta em projetos que visam a prevenção e a participação, integradas a ações bem planejadas e a profissionais bem preparados, para que de fato haja uma mudança na cidade. A Defesa Civil vem trabalhando preventivamente para que os danos causados pelas chuvas sejam menores possíveis.

3. NÚCLEOS COMUNITÁRIOS DE DEFESA CIVIL: UM ESTUDO DE CASO NAS COMUNIDADES: BOA VISTA E RODOLFO TEÓFILO.

3.1 Uma Experiência Real

Nossa jornada para a construção deste trabalho monográfico iniciou-se a partir da experiência em operacionalização de Defesa Civil dentro da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil – COMDEC Fortaleza. Logo nos primeiros contatos com comunidades em áreas de risco notamos a importância de se trabalhar a cultura de prevenção em áreas suscetíveis a desastres. Daí nosso interesse pelo tema.

Trabalhar com Defesa Civil não é tarefa fácil, mas ao mesmo tempo é muito gratificante. Observar as ações desenvolvidas dando resultados positivos tem sido muito gratificante e isso contribuiu para que fossemos em frente nesse processo acadêmico de pesquisa.

Dentro das ações de prevenção desenvolvidas pela Defesa Civil de Fortaleza temos o processo de implantação de Núcleos Comunitários de Defesa Civil em áreas de risco, atividade que se torna essencial por envolver a população na construção de comunidades mais seguras além de estimular o desenvolvimento e a organização da população local tendo em vista a redução de desastre, a preservação e a melhoria da qualidade de vida da população.

Desde que entramos no serviço público municipal há quase dez anos e passamos a trabalhar com ações de Defesa Civil observamos que o ditado “*é melhor prevenir do que remediar*” é um bom caminho para que os desastres não causem tantos danos e nem vidas sejam perdidas. Todavia, a COMDEC sozinha não dá conta de tantas áreas vulneráveis. Daí a importância do envolvimento de comunidades informadas, participativas e conscientes dos seus deveres no combate aos riscos e desastres

Em apenas 10 (dez) das 97 áreas de risco existentes foram implantados os NUDEC's, entretanto acreditamos que comunidades preparadas e organizadas priorizam ações preventivas o que proporciona mais segurança e melhor qualidade de vida para os seus

habitantes. Deste modo, acreditamos ser fundamental implantar um NUDEC em cada área de risco de Fortaleza.

Iniciamos o processo de elaboração desta monografia através de pesquisas bibliográficas sobre assuntos relacionados ao tema. Dando seqüência, começamos a escrever sobre a Defesa Civil, sobre as ações desenvolvidas (em especial sobre as ações preventivas) dentro das comunidades e finalmente demos início à nossa pesquisa de campo.

A pesquisa de campo, aqui retratada, aconteceu dentro da própria operacionalidade da Defesa Civil e de suas ações dentro dos NUDECS. Com isso, nossa fonte de informações estava, desde o início, garantida.

Sem dúvida, quando trabalhamos em equipe, nosso objeto de intervenção revela-se em sua complexidade. A atuação em conjunto é mais enriquecedora. A experiência de formação dos NUDECS é um trabalho de encontro e reencontro, de amizade e solidariedade, de descobertas e transformações, entrosado com as necessidades dos indivíduos e do mundo.

É importante abrir essa reflexão, sobre a participação da comunidade na prevenção dos riscos, a fim de trazer mais luz para a elaboração de novos estudos e propostas teóricas sobre a Defesa Civil e a segurança global da população.

Os NUDECs contribuem para uma mudança cultural no tocante à prevenção de riscos. Durante os encontros dos NUDEC's observamos a criação de laços de amizade, crescimento, comunicação, troca de experiências e valores, renovação de mentalidade, transformações nas dinâmicas do cotidiano, aprendizado, responsabilidades, compromissos, solidariedade, lazer, etc.

Enfim essa pesquisa surgiu a partir da necessidade de mostrarmos a importância de um trabalho preventivo com o apoio das comunidades localizadas em área de risco para a construção de uma sociedade mais segura.

3.1.1 Caminhada Metodológica

Após o levantamento bibliográfico e a leitura dos livros começamos a entender um pouco mais desse universo da Defesa Civil que já vivenciamos há muito por conta de nossa prática profissional. Ao construirmos o presente texto, verificamos que poucos são os estudos acadêmicos sobre a Defesa Civil, o que torna esse trabalho monográfico importante fonte de pesquisas futuras.

Partindo da premissa de que a pesquisa de campo nos mostraria como o trabalho preventivo no interior das comunidades ajuda a reduzir os desastres, procuramos utilizar instrumentos que nos levassem a um resultado e ao iniciarmos a pesquisa de campo, adotamos o método qualitativo, aplicando técnicas de entrevista e observação para a coleta de dados.

Por ser uma área de atuação profissional muito abrangente, decidimos nos aprofundar nos aspectos preventivos do trabalho da COMDEC Fortaleza e escolhemos dois núcleos comunitários de defesa civil – em duas áreas de risco distintas – para trabalhar essa pesquisa.

Nessa perspectiva, escolhemos analisar as experiências do NUDEC Boa Vista, por ter sido o NUDEC piloto e o 1º a ser fundado e do NUDEC Rodolfo Teófilo, por estar localizado no mesmo bairro onde se encontra a sede da COMDEC Fortaleza e com isso conhecer os resultados obtidos através das atividades desenvolvidas pelos agentes nessas comunidades desde a implantação dos respectivos núcleos.

A entrevista individual é uma técnica de coleta de dados, bastante apropriada para a aquisição de informações sobre o que as pessoas sabem, crêem, esperam, sentem ou desejam, pretendem fazer, fazem ou fizeram, bem como sobre suas explicações ou razões a respeito das coisas (GIL, 1991). Fizemos poucas perguntas diretas, mas deixamos o entrevistado falar livremente sobre o assunto. Somente quando o entrevistado se distanciava do assunto, intervimos sutilmente a fim de preservarmos o tema focado e garantir a espontaneidade do processo.

O grupo entrevistado foi formado pelo Coordenador Geral da Defesa Civil, 4 agentes de Defesa Civil que trabalham com os NUDEC's e escolhemos alguns componentes mais atuantes e integrantes do grupo gestor dos dois núcleos comunitários: 3 do NUDEC Boa Vista e 3 do NUDEC Rodolfo Teófilo. Os entrevistados foram selecionados pelo importante trabalho desempenhado na idealização, planejamento, implantação, formação e desenvolvimento das atividades dos NUDEC's, em especial os representantes das comunidades pesquisadas.

Os entrevistados do NUDEC Boa Vista participam ativamente da vida da sua comunidade e participam da associação da comunidade de Boa Vista, fazendo um importante trabalho de mobilização para a melhoria da qualidade de vida local. Da mesma forma, os integrantes do NUDEC Rodolfo Teófilo são líderes comunitários há muitos anos e trabalham para a melhoria do bairro: resolvendo problemas, realizando ações sociais, cursos e reuniões através da associação dos moradores do bairro.

Enfim, adotamos o método de pesquisa qualitativa; levantamento bibliográfico para as definições das categorias e dos métodos a serem utilizados no trabalho; a prática da observação, para a identificação das pessoas no processo de participação e no trato com a Defesa Civil e desenvolvemos a pesquisa de campo para obtermos praticamente o que estudamos na teoria. Os instrumentos de trabalho foram então: entrevista semi-estruturada, as atas das reuniões e observação.

3.2 A Mobilização da Comunidade para a Formação dos NUDEC's

A partir da experiência desenvolvida nas comunidades que se encontram em áreas de vulnerabilidade do município de Fortaleza e sabendo da importância de contar com a parceria da população para a minimização dos riscos, a Coordenadoria Municipal de Defesa Civil (COMDEC) passou a sensibilizar a população a formar Núcleos Comunitários de Defesa Civil e assim envolver a população em suas ações. Então para conseguir uma participação efetiva das comunidades, antes de qualquer coisa, começou a sensibilizá-las, conscientizá-las e mobilizá-las, objetivando tanto a descentralização das ações da COMDEC, como o monitoramento dos riscos locais.

Segundo Bordenave (2007:59), a mobilização é geralmente realizada por uma equipe de agentes educativos ou de pastoral que interage com um “*grupinho firme*” que seria o núcleo de liderança local que sempre estimula e sustenta a organização da comunidade. Assim, o primeiro passo da COMDEC foi definir quem faria parte da equipe responsável por essa sensibilização e mobilização, que passou a pensar e planejar como iria acontecer todo o processo de formação dos NUDEC’s.

O coordenador da COMDEC teve a idéia de realizar o “*I Encontro de Políticas Públicas de Defesa Civil e Participação Popular de Fortaleza*” e a partir da mobilização das comunidades para que aderissem ao Encontro, foram criados instrumentos de participação popular para a constituição dos NUDEC’s.

Várias entidades ligadas a movimentos populares, associações e conselhos de bairros e entidades sociais e religiosas foram convidadas a participar desse processo de mobilização e de reuniões para a elaboração de um regimento interno para os núcleos comunitários que fossem formados.

Os técnicos de defesa civil responsáveis pelos NUDEC’s fizeram um trabalho voltado para a conscientização quanto aos riscos locais e a importância dos indivíduos se colocarem enquanto parceiros da Defesa Civil na luta contra a degradação do meio ambiente e prevenção de desastres.

Antes do “*I Encontro*” foram realizados 06 (seis) encontros setoriais, um por Secretaria Executiva Regional, seguindo um cronograma de reuniões com as comunidades. De cada encontro regional saiu a quantidade de participantes (delegados) para o “*I Encontro de Políticas Públicas de Defesa Civil e Participação Popular de Fortaleza*”.

Nenhum processo de mobilização é simples. E não foi diferente com a mobilização das pessoas residentes em áreas de risco e entidades ligadas a movimentos populares para a participação no “*I Encontro*” e formação dos NUDEC’s. Realmente não foi fácil, principalmente no início, quando houve certa dificuldade de comunicação com as lideranças comunitárias e movimentos populares, pouca participação nas reuniões para a construção dos Regimentos Internos do “*I Encontro*” e dos NUDEC’s e para que tudo acontecesse de acordo com o planejado foi necessária muita dedicação por parte da

COMDEC, pois, apenas com comunidades sensibilizadas e motivadas a envolverem-se com os problemas locais e na luta para suas soluções seria possível a formação dos Núcleos.

3.3 A Origem. E foi plantada a semente...

A Guarda Municipal e Defesa Civil de Fortaleza, através da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil (COMDEC), realizou dias 06 e 07 de julho de 2007, o *I Encontro de Políticas Públicas de Defesa Civil e Participação Popular de Fortaleza*, evento que reuniu aproximadamente 400 (quatrocentos) participantes: 198 (cento e noventa e oito) delegados, representantes da sociedade civil organizada, 32 (trinta e dois) delegados do poder público, 08 (oito) convidados, 09 (nove) palestrantes, 45 (quarenta e cinco) agentes de Defesa Civil e alguns profissionais da Guarda Municipal de Fortaleza no Centro de Referência do Professor¹⁹.

A abertura do encontro aconteceu com uma palestra sob o tema “*Política Pública de Defesa Civil*” proferida pelo coordenador da COMDEC, Alísio Santiago. Na oportunidade, foi lançada a Campanha Mão Solidária²⁰, uma medida recuperativa com a finalidade de resgatar o bem-estar das vítimas de eventos adversos, tais como alagamentos, desabamentos, soterramento, inundações, incêndios, etc. O encontro contou ainda com momentos de descontração através de apresentações culturais, como capoeira e roda de samba.

No segundo dia do “*I Encontro*” foram debatidos assuntos em dois painéis. O primeiro tratou o tema: “*Quadra Chuvosa - Problemáticas e Soluções*” e o outro sobre: “*Defesa Civil e Participação Popular (Núcleos Comunitários de Defesa Civil – NUDEC’s)*” que teve como ponto chave a palestra da Sra. Rejane Lucena – da COMDEC de Jaboatão dos Guararapes – PE, responsável pela criação do “*Manual de Formação de NUDECs*”,

¹⁹Equipamento público da Administração Municipal localizado onde funcionava o antigo Mercado Central de Fortaleza (Rua Conde D’Eu, 560 – Centro), reformado em 2000 para comportar um Centro de Informação ao Cidadão – CIC, um Núcleo de Tecnologia Educacional – NTE e um Ambiente Virtual de Ensino – AVE, que formam a Biblioteca Virtual Moreira Campos e vêm democratizando o acesso às Tecnologias da Informação e Comunicação à população de Fortaleza (Disponível no site: <http://www.sme.fortaleza.ce.gov.br/crp>).

²⁰Durante a ocorrência de um desastre as famílias sofrem prejuízos materiais e emocionais, tanto há perda dos seus pertences e de sua moradia, como o enfrentamento da situação ocorrida; daí a preocupação da Defesa Civil de promover a campanha, inserindo-as no Programa de Arrecadação de Donativos (PAD), hoje, uma ação de caráter permanente da Defesa Civil.

reproduzido pelo Ministério da Integração Nacional e que passou a servir de base para todos que desejam implantar núcleos de defesa civil em suas cidades.

Em seguida, o Coordenador de Ações Preventivas Franklin Nascimento apresentou para os participantes do evento o “*Diagnóstico Local das Áreas de Risco*” e a agente de Defesa Civil Gecilda Sampaio fez a leitura do Regimento Interno (ANEXO B) dos Núcleos Comunitários de Defesa Civil (NUDEC’s) que foi construído em reuniões (entre COMDEC e lideranças comunitárias de várias áreas de risco e organizações que trabalham com movimentos populares) que precederam à realização do “*I Encontro*”.

Para finalizar o evento foram programadas mini-plenárias, onde os participantes foram divididos em 06 (seis) grupos (um por Secretaria Executiva Regional) para deliberar sobre os seguintes assuntos: *I) Escolha da comissão regional para acompanhamento da implantação dos Núcleos e representação no comitê da Quadra Chuvosa e II) Escolha dos locais por Secretaria Executiva Regional onde seriam instalados os NUDEC’s.*

Esse encontro veio colocar em prática o objetivo da COMDEC de construir comunidades mais seguras com o apoio dos indivíduos e suas comunidades, em especial das que vivem em áreas vulneráveis. E quando falamos em construção de comunidades mais seguras estamos falando da inserção de sujeitos nesse processo de construção e percepção de riscos, para que deixem de ser meras vítimas dos acidentes e possam se tornar protagonistas na construção de alternativas de prevenção e proteção, sendo o agente de defesa civil um dos profissionais vocacionados para atuar nesse processo.

Hoje se faz mister aumentar o enfoque nos aspectos relativos à prevenção. É preciso uma mudança cultural na percepção dos riscos e a participação da comunidade local é fundamental para que o tempo do atendimento ao desastre seja reduzido.

Durante o encontro surgiram então 10 (dez) embriões de NUDECs... Como já mencionei acima, a escolha dos locais de implantação dos Núcleos Comunitários de Defesa Civil aconteceu dentro das mini-plenárias do “*I Encontro de Políticas Públicas de Defesa Civil e Participação Popular*”, onde os representantes das áreas de risco foram divididos em grupos e deliberaram sobre os locais, por Regional, onde seriam instalados os NUDEC’s.

Depois de escolhidos os locais, foram feitos os estudos das vulnerabilidades e do histórico de ocorrências, o que nos fez observar que as áreas com maior volume de ocorrências e riscos, eram as que mais tinham necessidade da implantação urgente de políticas públicas e do desenvolvimento de um trabalho de mobilização da população local, enquanto parceira da Defesa Civil na luta pela redução dos desastres e construção de comunidades mais seguras.

Os NUDEC's foram então implantados em regiões que necessitavam de uma maior atenção e intervenção da COMDEC, que em parceria com a população de cada localidade, trabalha para a melhoria da qualidade de vida das famílias que residem nessas áreas, pois são extremamente vulneráveis a alagamentos, deslizamentos, desabamentos, inundações, incêndios, problemas estruturais, entre outros desastres. Foram implantados (ANEXO B):

- 02 (dois) núcleos na área de abrangência da Regional I, o NUDEC Barra do Ceará e NUDEC Jardim Iracema (áreas bastante afetadas por alagamentos e inundações, pois ficam próximas às margens do Rio Maranguapinho);
- 02 (dois) núcleos no perímetro da Regional II, NUDEC Luxou (área bastante atingida por inundações nas habitações construídas em local pantanoso, próximas ao leito de uma lagoa) e NUDEC Serviluz (área que sofre principalmente com deslizamentos, pois, a incidência de chuvas e ações de marés provocam erosão e as famílias podem ser soterradas);
- 02 (dois) núcleos na área da Regional III: NUDEC Pio Saraiva e NUDEC Rodolfo Teófilo (áreas mais atingidas por desgastes estruturais em residências, vias urbanas, bueiros, etc);
- 01 (um) núcleo no campo de atuação da Regional IV: NUDEC Demócrito Rocha (área atingida por inundações devido ao canal do Demócrito Rocha);

- 01 (um) núcleo no perímetro da Regional V: NUDEC Parque Jerusalém (área afetada por inundações principalmente nas habitações que ocupam a baixada que recebe águas da sangria do açude Osmani Machado e do rio Siqueira) e
- 02 (dois) núcleos nos limites da Regional VI: NUDEC Boa Vista e NUDEC Lagamar – que também abrange uma parte da Regional II (áreas onde as famílias que residem às margens do rio Cocó e riacho Tauape, respectivamente, sofrem com inundações).

3.4 Comunidade e Poder Público: Uma parceria que dá certo

3.4.1 NUDEC's

Juan Bordenave (2007) diz:

A participação comunitária consiste num microcosmos político-social suficientemente complexo e dinâmico de forma a representar a própria sociedade ou nação. Quer dizer que a participação das pessoas em nível de sua comunidade é a melhor preparação para a sua participação como cidadãos em nível da sociedade global (p.58)

Ainda mais, as comunidades populares, longe de serem organismos estanques, encontram seu sentido no relacionamento com instituições econômicas, sociais, políticas e culturais que compõem a sociedade. (p.59)

Partindo desta idéia e sendo o NUDEC um espaço efetivo para a participação popular ele funciona também como um fórum de debates sobre os problemas da comunidade local e da cidade, possibilitando o encaminhamento dos mesmos aos órgãos competentes para sua solução.

Assim sendo, as comunidades locais preparadas desempenham um importante papel antes e depois dos desastres, principalmente porque uma boa preparação antes do acidente poderá salvar muitas vidas antes do socorro profissional chegar ao local.

Se a comunidade reside em área de risco, qualquer atividade que vise sua preparação para possíveis calamidades é imprescindível para que os efeitos nocivos sejam minimizados.

Não queremos dar a impressão que a sociedade é ou deva ser auto-suficiente em casos de desastres, pelo contrário, muitos problemas só são ou serão resolvidos mediante interferência de profissionais especializados. Porém, a comunidade estando preparada ajuda a aperfeiçoar a qualidade da assistência externa e reduzir falhas decorrentes de falta de comunicação, de má avaliação de necessidades e formas inadequadas de ajuda.

É fundamental a sociedade se preparar através de conhecimento, com troca de informações e solidariedade, visando à segurança global de toda a população.

3.4.2 Etapas de Organização

Verificada a vulnerabilidade da área onde se localiza determinada comunidade e já contando com a motivação e parceria da população para a solução dos problemas locais, a COMDEC inicia o processo para a implantação de um NUDEC.

O NUDEC é formado por pessoas voluntárias (de acordo com a Lei do Voluntariado²¹) de uma comunidade, ou bairro localizado em áreas de risco dentro do município.

²¹**Lei Nº. 9608/98.** Dispõe sobre o serviço voluntário e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA. Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Considera-se serviço voluntário, para fins desta Lei, a atividade não remunerada, prestada por pessoa física a entidade pública de qualquer natureza, ou a instituição privada de fins não lucrativos, que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social, inclusive mutualidade.

Parágrafo único. O serviço voluntário não gera vínculo empregatício, nem obrigação de natureza trabalhista previdenciária ou afim.

Art. 2º O serviço voluntário será exercido mediante a celebração de termo de adesão entre a entidade, pública ou privada, e o prestador do serviço voluntário, dele devendo constar o objeto e as condições de seu exercício.

Art. 3º O prestador do serviço voluntário poderá ser ressarcido pelas despesas que comprovadamente realizar no desempenho das atividades voluntárias.

Parágrafo único. As despesas a serem ressarcidas deverão estar expressamente autorizadas pela entidade a que for prestado o serviço voluntário.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 18 de fevereiro de 1998; 177º da Independência e 110º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO.

Pode funcionar em escolas, conselhos comunitários, vilas, associações, instituições religiosas, clubes, casas de moradores ou outro local que sirva de apoio para as reuniões e deliberações da comunidade.

Ao ser criado o NUDEC precisa, em *primeiro lugar*, de um grupo gestor²² que conheça bem os problemas do local e possa ser capacitado para o enfrentamento de emergências, desafios e desastres locais, através de ações permanentes e planejadas que garantam a segurança da comunidade.

O *segundo passo* para sua implantação é a realização do cadastramento dos seus membros que deverão ser identificados e registrados junto à COMDEC.

Esse grupo de voluntários quando formam um NUDEC deve passar por capacitações em operacionalização de Defesa Civil, dentre outras, para saber atuar em situações de emergência, o que constitui uma medida preventiva que certamente irá evitar ou minimizar os desastres causados no período chuvoso. Esse é então o *terceiro passo*: realização de treinamentos permanentes que os deixem aptos a trabalhar os problemas de competência da Defesa Civil.

3.4.3 Participação, Desenvolvimento local e Segurança Global da População

Segundo o Sistema Nacional de Defesa Civil – SINDEC, em seu artigo 3º, inciso I, a Defesa Civil pode ser compreendida como: *“o conjunto de ações preventivas, de socorro, assistenciais e recuperativas destinadas a evitar ou minimizar os desastres, preservar o moral da população e restabelecer a normalidade social”*.

Já sua finalidade, segundo consta na Política Nacional de Defesa Civil, consiste na segurança global da população. Mas o que vem a ser segurança global da população? No Glossário de Defesa Civil temos a seguinte conceituação para o termo:

²²O grupo gestor poderá ser composto por líderes comunitários, integrantes de conselhos e associações, participantes de movimentos populares, moradores do bairro, dentre outros e devem trabalhar voluntariamente em conjunto com a COMDEC para reduzir os riscos em suas comunidades.

[...] conjunto de medidas objetivando garantir o direito à vida, à saúde, à segurança pública e à incolumidade das pessoas e do patrimônio, em todas as circunstâncias e, em especial, em circunstâncias de desastre. A segurança global da população é dever do Estado, direito e responsabilidade da cidadania (1998:242).

Ainda sobre este conceito, Castro (2000:07) assegura que segurança global da população relaciona-se com os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, definidos no artigo 3º da Constituição Federal de 1988, que são: I – construir uma sociedade livre, justa e solidária; II – garantir o desenvolvimento nacional; III – erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; IV – promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

A partir disso é preciso que reconheçamos a *segurança global da população*, especialmente em situação de desastre, como um objetivo nacional permanente, relacionado com a garantia do direito natural à vida, à saúde, à segurança pública, à propriedade e à incolumidade das pessoas e do patrimônio, Direito formalmente reconhecido pela Constituição da República Federativa do Brasil e, segundo a Política Nacional, compete à Defesa Civil a garantia desse em circunstâncias de desastre.

Como já mencionados, a redução de desastres envolve aspectos globais como: prevenção de desastres, preparação para emergências e desastres, resposta aos desastres e reconstrução e pelo que observamos cotidianamente existem relações profundas entre a redução dos desastres, o desenvolvimento sustentado e responsável, a proteção ambiental e o bem estar social.

Daí a necessidade de planejarmos estratégica e permanentemente o desenvolvimento local e nacional e só conseguiremos alcançar tal fim com a participação da população neste processo. “*Não se consegue implantar a democracia e a justiça social sem participação das pessoas e essa passou a ser um direito e um dever de todas as pessoas e de todas as idades*”. (DALLARI, 1991, p. 20)²³

²³ DALLARI, Dalmo Abreu. O destino dos velhos em nossa sociedade. In **REVISTA A TERCEIRA IDADE**. São Paulo: SESC, DR-SP, jul. 1991.

A partir daí, podemos verificar que a formação dos NUDEC's, como ação preventiva, tem um significado de extrema importância no processo de mitigação dos riscos de desastres que incidem dentro do município, ressaltando que no instante em que a população é envolvida no planejamento e gerenciamento desses riscos, há espontaneamente uma resposta positiva, pois ela que conhece bem a realidade do seu bairro. Assim a população vai se preparar para atuar da melhor maneira possível durante a ocorrência de um desastre e conseqüentemente diminuir seus efeitos destrutivos.

O principal objetivo de um NUDEC é contribuir com o desenvolvimento de uma comunidade mais segura e integrada, estimulando a participação popular enfatizando a prevenção e redução dos desastres, a proteção do meio ambiente e o desenvolvimento das pessoas.

Ou seja, o NUDEC deverá envolver toda a comunidade e estabelecer a interação entre os indivíduos e o governo, diagnosticando as áreas de risco e planejando atividades que levem à solução dos problemas, preparação para a quadra chuvosa e à mitigação dos desastres. Esta diretriz é tratada na Política Nacional de Defesa Civil (2007, p. 11-12) e diz o seguinte:

Implementar a interação entre os órgão do governo e a comunidade, especialmente por intermédio das Comissões Municipais de Defesa Civil – COMDEC's e dos Núcleos Comunitários de Defesa Civil – NUDEC's, com a finalidade de garantir uma resposta integrada de toda a sociedade.

Podemos afirmar então, que o trabalho preventivo de Defesa Civil, seja ele qual for, é fundamental para reduzir o número de mortes em casos de desastres. Um exemplo claro disso são os resultados obtidos com a aplicação do **Plano Preventivo de Defesa Civil – PPDC** do litoral paulista, plano este que tem sido executado desde 1988 nas áreas de risco de escorregamento.

Segundo Macedo (1999, p.01), o PPDC:

É um sistema que monitora condições potenciais de ocorrência de escorregamentos, através de dados de pluviosidade, previsão

meteorológica e observações de campo, e estabelece ações para salvar a população em situações de perigo iminente. A experiência da operação do PPDC tem mostrado ser possível prever e prevenir contra os escorregamentos. Os sistemas de alerta são medidas não-estruturais eficientes para reduzir perdas sociais, principalmente quando os recursos para reduzir os riscos através de medidas estruturais são limitados.

Então podemos dizer que um dos pontos positivos do NUDEC são as parcerias que se estabelecem com instituições e órgãos da administração pública municipal que desenvolvem ações voltadas para a saúde, o meio ambiente, a infra-estrutura, visando construir sistemas de alerta e alarme, capacitações, realizações de cursos e treinamentos, através de demandas levantadas pelos próprios integrantes do NUDEC e /ou observadas pelos técnicos da Defesa Civil.

O Art. 14 do Decreto nº 5376 de 17 de fevereiro de 2005 expõe o seguinte:

Os Nudec's, ou entidades correspondentes, funcionam como centro de reuniões e debates entre a COMDEC e as comunidades locais, planejam, promovem e coordenam atividades de defesa civil: I – a avaliação de riscos de desastres e a preparação de mapas temáticos relacionados com as ameaças, as vulnerabilidades dos cenários e com as áreas de risco intensificadas; II – a promoção de medidas preventivas estruturais e não-estruturais, com o objetivo de reduzir os riscos de desastres; III – a elaboração de planos de contingência e de operações, objetivando a resposta aos desastres e de exercícios simulados, para aperfeiçoá-los; IV – o treinamento de voluntários e de equipes técnicas para atuarem em circunstâncias de desastres; V – a articulação com órgãos de monitorização, alerta e alarme, com o objetivo de otimizar a previsão de desastres; e VI – a organização de planos de chamadas, com o objetivo de otimizar o estado de alerta na iminência de desastres.

Daí as principais atividades que podem ser desenvolvidas por um NUDEC são:

- Incentivo a educação preventiva;
- Organização e execução de campanhas;
- Cadastro dos recursos e dos meios de apoio existentes na comunidade;

- Fiscalização do material estocado e sua distribuição;
- Promoção de treinamentos de voluntários;
- Contato permanente com a CEDEC – Coordenadoria Estadual de Defesa Civil;
- Cooperação com a COMDEC na execução das ações de Defesa Civil;

Entretanto, para que tudo isso aconteça, a defesa civil precisa muito do apoio, da organização e participação do cidadão, pois quando a comunidade está organizada, tem mais possibilidade de se recuperar de um desastre e resgatar a ordem pública, garantindo a segurança de todos.

Faz-se mister expor que a ordem pública não é interrompida apenas pelo descumprimento da lei, mas também pode ser quebrada pela ocorrência de fenômenos naturais e sociais que avancem contra a população, tais como enchentes, vendavais, etc. Portanto todo cidadão deve incorporar para si a responsabilidade de preservar a ordem pública através da participação e interação com o poder público.

Podemos ratificar essa responsabilidade observando o que versa o artigo 144 da Constituição Federal, *“a segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio”*.

A responsabilidade pela segurança deve ser compartilhada por toda a sociedade e partindo dessa premissa a Defesa Civil, a partir da implantação dos NUDEC's, tem a missão de sensibilizar, mobilizar, articular mecanismos de participação popular que possibilitem a preservação da ordem pública e a segurança global da população.

Verificamos assim, que as ações de prevenção e preparação trabalhadas dentro da realidade da comunidade surgiram como necessidade e tendência, pois, atividades exclusivamente de governo comprovaram ser esporádicas e insuficientes, respondendo apenas às situações mais urgentes. A participação da população nas ações de Defesa Civil tornou-se um artefato indispensável para que os objetivos tratados na Política Nacional de Defesa Civil

sejam conquistados. Por isso ela assegura a importância da implantação dos Núcleos Comunitários de Defesa Civil – NUDEC’s.

Enfim, como já dissemos, a COMDEC implantou 10 (dez) NUDEC’s nas principais áreas de risco do município de Fortaleza visando prevenir e minimizar desastres nas áreas de maior vulnerabilidade. Entretanto escolhemos apenas 02 (dois) deles – o NUDEC Boa Vista e o NUDEC Rodolfo Teófilo – para realizarmos este trabalho.

3.4.4 Comunidades: Boa Vista e Rodolfo Teófilo

Boa Vista

O NUDEC Boa Vista foi o primeiro a ser formado pela Coordenadoria Municipal de Fortaleza – COMDEC, dia 30 de novembro de 2006, antes mesmo do “*I Encontro de Políticas Públicas de Defesa Civil e Participação Popular de Fortaleza*”, por isso sua escolha para esta pesquisa. A coordenação resolveu desenvolver um NUDEC PILOTO e por afinidade da equipe que coordena a implantação dos núcleos com a comunidade Boa Vista, este foi o primeiro a ser criado.

Ele está situado no bairro Boa Vista-Castelão, numa comunidade ribeirinha, localizada às margens do Rio Cocó. A Lei nº 4.696, de 19 de maio de 1976, mudou a denominação do bairro Castelão para Boa Vista e passaram a chamá-lo de Boa Vista-Castelão, bairro com mais de 4.500 pessoas, com aproximadamente 800 (oitocentas) famílias morando às margens do rio Cocó, que em período chuvoso sofrem com alagamentos e inundações.

Localizado próximo ao estádio Governador Plácido Castelo – mais conhecido como “Castelão”, ao aeroporto internacional Pinto Martins e ao supermercado MACRO, que por sinal, foi construído sobre uma várzea do rio Cocó e isso prejudicou a comunidade local, aumentando mais as inundações.

Pertence ao perímetro de atuação da Secretaria Executiva Regional VI, para onde são direcionados todos os encaminhamentos sugeridos durante suas assembléias ou reuniões

que acontecem no Complexo de Cidadania Dr. Pontes Neto – CRAS Odilon Braveza, (CRAS Boa Vista), situado na Av. Alberto Craveiro, 1480 no Bairro Boa Vista – Castelão. É importante informar que o Centro de Referência de Assistência Social – CRAS Odilon Braveza desenvolve um trabalho específico nas áreas de psicologia e assistência social, dentro da comunidade Boa Vista, o que contribui para a melhoria da sua qualidade de vida de seus moradores.

Atualmente 08 (oito) pessoas participam ativamente do desenvolvimento do NUDEC Boa Vista e dentre estas, 03 (três) compõem o grupo gestor responsável por coordenar as sessões e deliberar os encaminhamentos.

Rodolfo Teófilo

Por conseguinte o NUDEC Rodolfo Teófilo foi escolhido por estar no bairro onde se localiza a sede da Defesa Civil de Fortaleza e para suas reuniões utilizam o Auditório da Guarda Municipal e Defesa Civil de Fortaleza situado na Rua Delmiro de Farias, 1900 – Rodolfo Teófilo.

O Rodolfo Teófilo é um bairro formado por cerca de 2 quilômetros quadrados, onde residem aproximadamente 20 mil pessoas. É considerado o “*bairro hospitalar*” de Fortaleza onde se encontram o Hemocentro do Ceará (HEMOCE), o Hospital Universitário Walter Cantídio, a Maternidade Escola, o Instituto do Câncer e o Posto de Saúde Anastácio Magalhães importantes equipamentos para o tratamento de saúde em nossa cidade.

É um bairro alegre, familiar e de natureza exuberante. A lagoa de Porangabussu é o cartão postal do bairro, que recentemente foi urbanizada e entregue à população no mês de agosto, quando o bairro completou 43 anos.

Através da análise do banco de dados de ocorrências atendidas pela Defesa Civil desde janeiro de 2006 observamos que a comunidade do Rodolfo Teófilo sofre com riscos meramente estruturais, em outras palavras, ligados à estrutura física das residências e vias públicas, como desabamentos, riscos de desabamentos, ruas esburacadas e alguns poucos alagamentos provenientes de bocas de lobo e bueiros entupidos.

Sete pessoas atuam constantemente para o desenvolvimento do NUDEC Rodolfo Teófilo e seu grupo gestor é composto pelas lideranças comunitárias do bairro, que por sinal tem uma associação de moradores bastante atuante, que segundo sua presidente Sra. Maria Rodrigues, (que também integra o NUDEC) foi criada há 27 anos e está sempre pronta a lutar pela melhoria do bairro.

3.5 O que mudou com as ações preventivas de Defesa Civil: Pontos de vista.

Ao estudarmos sobre as ações preventivas e em particular sobre os Núcleos Comunitários de Defesa Civil, procuramos enriquecer o conteúdo com a pesquisa e fizemos entrevistas com os profissionais que idealizaram o projeto de implantação dos NUDEC's e os integrantes dos grupos gestores dos Núcleos Boa Vista e Rodolfo Teófilo para saber o que mudou com as ações de prevenção desenvolvidas nessas comunidades.

Para começar procuramos saber sobre a implantação dos NUDEC's. Observamos ser a fase de implantação dos núcleos a que requer mais cuidados, principalmente com a mobilização, o incentivo à participação nas atividades de Defesa Civil e escolha do grupo gestor que vai tomar a frente do Núcleo para que o trabalho tenha certa continuidade.

Sobre as dificuldades durante a implantação dos NUDEC's os profissionais dizem:

“A meu ver existem três grandes dificuldades. Primeiro hoje, dentro das comunidades e dos movimentos populares, existe uma dificuldade muito grande de mobilização e não existe uma ação contínua dessa mobilização. Muitas lideranças alegam, que essa não mobilização é por conta do descrédito ou da demora do poder público pra atender suas reivindicações. Então no âmbito da mobilização temos essa dificuldade de mobilizar e dar continuidade ao trabalho. A segunda é a questão do local, na comunidade é difícil ter um local, uma associação disponível e a gente fica na dependência de se ter um prédio público para fazer isso. Então, isso também dificulta a implantação dos Núcleos. E outra ordem de dificuldade é a questão da dependência, mesmo que a gente organize o NUDEC, eleja o grupo gestor, eles não tem uma iniciativa própria, precisa a COMDEC estar fazendo essa mobilização e acompanhar as atividades.” (Alísio Santiago – Coordenador da Defesa Defesa Civil de Fortaleza)

“A maior dificuldade que vejo é a mobilização, encontrar pessoas nas comunidades, dispostas a ajudar, que queiram participar e tenham interesse em fundar um Núcleo de Defesa Civil na sua comunidade e tenham a consciência que esse núcleo vai depender delas, que tem que partir delas o interesse em mudar a realidade do local onde moram.” (Gecilda - Agente de Defesa Civil)

“A principal dificuldade que vejo é a falta de um local, associação que eles possam se reunir. Geralmente eles se reúnem em escolas, centros comunitários de igrejas ou mesmo uma associação de moradores. O NUDEC tá muito associado às lideranças dos bairros, as comunidades ao formarem o Núcleo precisam ser organizadas, ter uma associação, ter um local definido para as reuniões e precisam ser compromissadas” (Monaliza - Agente de Defesa Civil).

Ao perguntamos sobre por que implantar os Núcleos de Defesa Civil nas comunidades os profissionais responderam:

“A implantação dos NUDEC’s na minha visão serve para diminuir a distância entre a comunidade e a defesa civil, o poder público. É uma parceria da COMDEC com a comunidade que está em área de vulnerabilidade. Os NUDEC’s através de suas lideranças – mesmo diante de todas as dificuldades que foram colocadas – são fundamentais porque são eles que primeiro participam, vêem, observam, conhecem as realidades da comunidade, então isso facilita; possibilita uma diminuição no tempo de atendimento das ocorrências.” (Alísio Santiago – Coordenador da Defesa Defesa Civil de Fortaleza).

“O NUDEC é um link para a ação da Defesa Civil. Vai reduzir o tempo de resposta da ação da Defesa Civil em determinadas ocorrências e implantar NUDEC’s é uma das metas da Política Nacional de Defesa Civil e é muito importante para a construção de comunidades mais seguras” (Gecilda – Agente de Defesa Civil)

Isso vem corroborar com a idéia da importância de ser desenvolvida a parceria entre comunidades e poder público na prevenção e redução dos riscos e desastres. Quando a população é organizada ela produz um maior controle social, uma melhor segurança e qualidade de vida para a sua comunidade.

Como já falamos os NUDEC's são importantes parceiros da Defesa Civil, pois são os primeiros a observar os problemas e encaminhar propostas de soluções. Podemos confirmar através das falas:

“Os NUDEC's facilitam a comunicação entre a Defesa Civil e a Comunidade. Sempre nas reuniões com os núcleos fazemos as atas das reuniões, onde sempre identificamos problemas nas comunidades e posteriormente encaminhamos ofícios para as Secretarias Regionais ou órgãos responsáveis pelo problema, para que encaminhem as soluções”. (Monaliza – Agente de Defesa Civil)

“Cada reunião tem uma temática propondo uma demanda repassada pela comunidade, se o problema é de alagamento, se é um problema que pode ser resolvido pela CAGECE, se há lixos nas ruas, enfim vários problemas são comunicados pelas comunidades, a Defesa Civil mobiliza o órgão responsável para que este vá até a comunidade, verificar o local da ocorrência e encaminhar as soluções. Em várias reuniões dos NUDEC's já foram convidados vários órgãos da prefeitura para tirarem as dúvidas das pessoas e observarem de perto os problemas que eles passam”. (Liedel – Agente de Defesa Civil)

“A primeira ajuda é esse contato imediato da população com a gente, é o recebimento das ocorrências em tempo hábil, os voluntários dos NUDEC's eles conhecem aquela realidade, eles vivem na comunidade, são agentes internos da comunidade, já o agente de defesa civil, o poder público, a COMDEC são agentes externos, então, por mais que a gente conheça a realidade da comunidade, não é como quem está vivendo essa realidade e isso facilita e muito que a COMDEC esteja tomando as providências, fazendo os encaminhamentos das demandas e a articulação com as várias secretarias regionais e a gente fica fazendo esse monitoramento através do núcleo gestor dos NUDEC's” (Alísio Santiago – Coordenador da Defesa Civil de Fortaleza).

“Hoje os NUDEC's facilitam a comunicação entre a Defesa Civil e a Comunidade e ajudam a Defesa Civil na identificação de problemas e na prevenção de desastres, pois eles observam os problemas no início, facilitando o trabalho de prevenção e evitando que maiores transtornos aconteçam. O grupo gestor dos NUDEC's, formado por lideranças comunitárias, sempre entram em contato com a COMDEC quando observam alguma ocorrência em suas comunidades” (Gecilda – Agente de Defesa Civil).

“Nós trabalhamos junto com a Defesa Civil. As pessoas procuram a associação com algum problema que tenta ajudar como pode, vendo qual o órgão responsável pra mandar elas irem, quando são problemas relacionados às casas, vamos saber qual a documentação que precisa eles levarem. Sempre orientamos a população para a resolução dos problemas” (Maria Rodrigues – integrante do grupo gestor do NUDEC Rodolfo Teófilo).

“Agente que tá na comunidade, sempre vê os problemas e a gente entra em contato com os órgãos que vão resolver ou com os agentes na COMDEC pra orientar e ajudar a gente a resolver. Toda semana tem reunião de tarde na associação e sempre a gente discute os problemas da nossa comunidade e quando precisamos do apoio da Defesa Civil ligamos pra lá e sempre temos o apoio deles” (Dona Tinha – integrante do grupo gestor do NUDEC Boa Vista).

Ao perguntamos como os integrantes dos NUDEC's se sentiam enquanto parceiros / voluntários da Defesa Civil eles falaram:

“Eu nasci no Bairro Boa Vista na casa que até hoje moro, que fica à 200 metros do Rio Cocó, mas mesmo não estando perto da área de risco acho importante participar das lutas e ajudar a melhorar o bairro. Faço parte do Conselho Comunitário de Defesa Social da Boa Vista e já participei de várias reuniões do NUDEC e ser parceiro da Defesa Civil é muito importante para que junto a gente possa tirar as 800 famílias que sofrem com os alagamentos causados pelo Rio Cocó e colocar esse povo num lugar digno” (Edson Carvalho – integrante do NUDEC Boa Vista).

“Eu acho muito válido, acho maravilhoso essa parceria com a Defesa Civil, mas acho que precisamos de um entrosamento maior, a Defesa Civil precisa participar mais das nossas reuniões aqui na associação do bairro” (Jacqueline, integrante do NUDEC Rodolfo Teófilo).

“É muito boa essa parceria, porque nos ajuda a resolver os problemas da nossa comunidade e a gente aprende muito com as informações que a Defesa Civil passa nas reuniões do NUDEC, mas o voluntariado é muito difícil, as pessoas precisam participar mais, devem sair com a responsabilidade de multiplicar, de sempre trazer mais gente para as reuniões, mas nem sempre isso acontece...” (Sr. Veras, integrante do NUDEC Boa Vista).

“É importante essa parceria, mas acho que precisa melhorar, a Defesa Civil precisa cobrar mais a participação das pessoas, pois fica tudo muito solto, as pessoas são muito acomodadas, o assistencialismo da Igreja Católica prejudicou muito o bairro, pois as ações das freiras deixaram as pessoas acomodadas, só participam se tiver algum benefício em troca e não pode ser assim. (Dona Tinha – integrante do NUDEC Boa Vista)

“Eu acho importante, tudo que a gente faz em parceria é bom, mas a Defesa Civil tem que ter mais ações aqui no Rodolfo Teófilo, pois muita gente aqui nem sabe que a Defesa Civil funciona aqui e nem que existe esse NUDEC, precisa haver mais divulgação.” (Eudes Guimarães, integrante do NUDEC Rodolfo Teófilo).

Quando perguntamos aos integrantes dos NUDEC's como eles vêem a ação da Defesa Civil no Bairro e como as ações da Defesa Civil ajudam na prevenção de riscos e desastres dentro da comunidade eles falaram:

“Aqui no bairro as ações da Defesa Civil são importantes, mas são pontuais, claro que ajudam, mas acho que poderiam ter ações mais consistentes. A Defesa Civil deveria cobrar mais o compromisso das pessoas aqui do bairro, por que não têm muito compromisso em participar das reuniões, mesmo que sejam para a melhoria da comunidade... Não sei se tem a ver com a Defesa Civil... mas, uns dias atrás recebemos visitas de pessoas do PROURBIS aqui na associação Kolping, fizeram alguns cadastros e disseram que iam usar a associação como local de apoio, mas nada de concreto começou para a urbanização do Rio Cocó.” (Dona Tinha – integrante do grupo gestor do NUDEC Boa Vista).

“A Defesa Civil desde a implantação dos NUDEC's vem se aproximando mais da comunidade, mas acho que tem deixado a desejar em algumas áreas aqui do Rodolfo Teófilo como é o caso da comunidade “Forró da Bala” uma área muito pobre, onde há muita violência e uso do craque e precisa de um trabalho lá, perto da Maternidade Escola e do Instituto do Câncer onde tem muito detrito que pode contaminar as pessoas e não se sabe pra onde vai esse detrito; a área aqui próxima da Rua Gonçalves Dias, onde muitas famílias ainda vivem em residências precárias... A Defesa Civil conta poucas áreas de risco aqui, mas existem muitas. Já a área perto da Lagoa do Porangabussu que sempre alagava e inundava muito, hoje como foi urbanizada, isso não acontece mais” (Eudes Guimarães – Associação dos Moradores do Rodolfo Teófilo).

“Acho que as ações da Defesa Civil importantes, mas são ações que não tem uma continuidade. Espero que as propostas discutidas no NUDEC saiam do papel e se concretizem realmente porque elas são importantes para a comunidade. O trabalho de prevenção que a Defesa Civil faz, ajuda, mas é importante a participação da comunidade junto com ela para que nenhum acidente de grave aconteça. Esse ano, graças a Deus, não teve grandes problemas por aqui” (Edson Carvalho – NUDEC Boa Vista).

Todos foram unânimes em dizer que gostariam que a Defesa Civil estivesse ainda mais atuante dentro dos seus bairros, muito embora concordem que a comunidade tem que ajudar fazendo sua parte.

Quando indagamos sobre a possibilidade de implantação de mais Núcleos de Defesa Civil nas Comunidades, os profissionais da COMDEC responderam:

“Com certeza pretendemos formar mais Núcleos, pois a atual administração e também a própria política pública de defesa civil prezam muito por essa questão da participação popular e os NUDEC’s são canais fundamentais para diminuir essa distância entre a comunidade e a defesa civil, o que nos ajuda a reduzir desastres e riscos de desastres dentro das áreas vulneráveis onde a população é mais atuante e participativa” (Alísio Santiago – Coordenador da Defesa Civil de Fortaleza).

“Temos a intenção de formar mais 20 (vinte) NUDEC’s, mas antes de implantarmos precisamos ver quais as áreas de risco que mais necessitam de atenção e se a população tem interesse em criar e participar ativamente do Núcleo, pois a comunidade tem que agir como parceira da Defesa Civil para que possamos ter condições de dar assistência a todos” (Gecilda – Agente de Defesa Civil).

“Quanto mais NUDEC tiver implantado na cidade, mais a população vai ajudar a Defesa Civil a prevenir os desastres e a combater os riscos de cada localidade” (José Amauri – Agente de Defesa Civil).

Então, pelo que observamos, os NUDEC’s são um importante instrumento de participação popular e importantes parceiros da Defesa Civil no sentido de ajudarem a resolver os problemas locais com mais rapidez e eficiência. Entretanto, se faz necessário adotarmos estratégias e encontrarmos meios de aperfeiçoar a participação da comunidade de

maneira que o NUDEC funcione de acordo com o proposto em suas normas e em concordância com os aspectos globais da Defesa Civil, atuando pró-ativo no período de normalidade, trabalhando na prevenção e preparação e reativo na anormalidade, agindo nas etapas de resposta e reconstrução.

Hoje vivemos em uma sociedade que tende a ficar dispersa. Isso ocorre principalmente, pelo declínio de valores coletivos e promover uma convergência em torno de uma causa não é tarefa fácil. Manter os atores unidos é sempre um drama. O trabalho de reunir esses esforços em torno de uma causa necessita um grande trabalho de comunicação, pois, uma vez mobilizados, nada garante que eles continuarão mobilizados. Então, temos que adotar táticas para manter essa mobilização funcionando e conquistando resultados, que é o mais importante. A mobilização das pessoas nas comunidades de risco garantirá o processo participativo e a busca por melhores condições de vida. A atuação em forma de rede faz com que as pessoas e instituições mobilizadas consigam ganhar força suficiente para fazer frente aos mais diversos problemas, inclusive aos desastres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando iniciamos a elaboração deste trabalho monográfico fomos movidos por um sentimento de prazer e curiosidade que nos acompanhou durante todo o seu desenvolvimento e culminou em novas descobertas acerca da relação entre Defesa Civil e Comunidade enquanto voluntários na formação dos NUDEC's – Núcleos Comunitários de Defesa Civil em Fortaleza.

Pesquisar os grupos implantados nas comunidades contribuiu para o estudo sobre a Defesa Civil enquanto espaço onde cada indivíduo por participar das decisões da sua comunidade e melhorar a qualidade de vida de todos. Em cada comunidade a participação pode ser construída e conquistada. Não se pode deixar de lutar pelas melhorias dos bairros, pois cada um de nós deve se sentir responsável pelo ambiente em que vive.

É imprescindível descobrirmos novas dimensões da vida e do mundo, procurando informações e entrando em vivências na comunidade, acordando para novas percepções sobre a realidade. A participação popular pode representar uma ótima oportunidade de transformação social e abertura de novos caminhos e dimensões do viver em comunidade. Qualquer comunidade pode se organizar e buscar parcerias com o poder público em prol do seu bem-estar. Participar do planejamento e construção de políticas públicas é uma forma de garantir sua implantação. As ações da Defesa Civil não vão surtir efeito sem a participação dos voluntários da comunidade. Sozinho, sem o apoio da população, o poder público não vai garantir resultados positivos.

O trabalho desenvolvido nos NUDEC's não é perfeito, mas aponta para a possibilidade de transformação da realidade das comunidades que vivem em locais vulneráveis a riscos e desastres. Nos NUDEC's e em outras ações de caráter preventivo, temos tentado trabalhar na perspectiva de construir comunidades mais seguras e desenvolver nas pessoas a importância da participação.

Defendemos que os NUDEC's vêm sendo uma importante atividade de engajamento de voluntários nas ações de Defesa Civil e que esta é uma parceria que dá certo. As comunidades organizadas sempre prestam uma preciosa contribuição para que as ações da

COMDEC Fortaleza sejam realizadas de maneira eficiente e eficaz. Não podemos negar, entretanto, que muitas coisas precisam ser mais bem trabalhadas durante as reuniões dos Núcleos para que as ações desenvolvidas atendam o objetivo principal que é melhorar as condições de vida de todos os envolvidos no processo.

As políticas públicas se mostram pouco eficazes se construídas sem a participação popular. Essa falta de participação deriva de relações sociais de poder, desconfiança nas instituições e percepção distorcida dos problemas, sejam eles ambientais, de infra-estrutura urbana, sociais, políticos ou mesmo econômicos. Em muitas ocasiões percebemos a evasão, o distanciamento de algumas comunidades, o que pode refletir suas insatisfações devido a não efetivação das obras acordadas com o poder público. Entretanto, a COMDEC, enquanto órgão articulador e facilitador dessa comunicação – entre a população de áreas de risco e as instituições públicas e privadas – vem trabalhando para que as melhorias sejam realizadas e os problemas das áreas de vulnerabilidade sejam resolvidos em Fortaleza. A solução é somar as contribuições de todos os segmentos envolvidos desde o início da elaboração de qualquer política.

A Defesa Civil se ampara na participação da população e precisa estar junto à comunidade, além de aumentar seus conhecimentos práticos e teóricos, que permitam a ampliação das ações de prevenção, proteção da sociedade e a redução de desastres. E estas ações precisam ser específicas em cada comunidade, pois cada grupo, apesar de algumas semelhanças entre eles, tem características próprias. Assim, devemos valorizar a participação tanto na gestão de riscos, como na administração de desastres.

Formar uma consciência de participação pode contribuir para a construção de pessoas bem informadas e conscientes da importância de reduzir os riscos de desastres em sua comunidade, que participe pró ativamente das atividades, incentivando o crescimento da percepção de risco e unindo forças no sentido de ajudar e valorizar os trabalhos de prevenção e preparação para os desastres realizados pela Defesa Civil. Deste modo poderemos conseguir que os danos e as conseqüências dos desastres sejam mitigados, incentivando os cidadãos e as comunidades a serem responsáveis por sua própria evolução.

Este trabalho não se encerra aqui, é apenas um começo de uma reflexão que requer um aprofundamento maior futuramente. Traz questões que merecem atenção como: as ações de

Defesa Civil, em especial as de prevenção, a parceria com a população residente em áreas de risco e precisam urgentemente transformar o cenário ao seu redor e a criação dos NUDEC's, pontos que já começamos a abordar, mas que certamente merecem uma investigação mais detalhada. Muitas questões sobre as ações preventivas e de redução de desastres e sobre a participação da comunidade estão em aberto e precisam ser discutidas por toda a sociedade.

Finalmente, a comunidade que participa, que tem necessidade de aprender, atualizar-se, organizar-se e discutir sobre os problemas locais, poderá minimizar ou evitar que os desastres causem graves problemas. O cidadão deve se organizar, participar e buscar melhorias de vida da comunidade e cobrar do poder público a garantia da implantação das políticas públicas, assim poderemos juntos construir uma cidade com menos riscos e conseqüentemente mais segura.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Mapeamento de riscos em encostas e margens de rios**. Ministério das Cidades; Instituto de Pesquisas Tecnológicas – IPT. Brasília: Imprensa Nacional, 2007

_____. **Política Nacional de Defesa Civil**, Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de Defesa Civil. Brasília: Imprensa Nacional, 2005.

_____. **Conferência geral sobre desastres: para prefeitos, dirigentes de instituições públicas e privadas e líderes comunitários**. Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de Defesa Civil. Brasília: Imprensa Nacional, 2002.

_____. Decreto nº. 5.376, de 17 de fev. 2005, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Defesa Civil - SINDEC e o Conselho Nacional de Defesa Civil, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 18 fev. 2005.

BORDENAVE, Juan E. Díaz. **O que é participação**. São Paulo: Brasiliense, 2007. (Coleção Primeiros Passos)

CASTRO, Antônio Luiz Coimbra de. **Manual de planejamento em Defesa Civil**, Vol I. Brasília: Imprensa Nacional, 2004.

_____. **Segurança global da população**. Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de Defesa Civil. Brasília: Imprensa Nacional, 2000.

_____. **Glossário de Defesa Civil: estudos de riscos e medicina de desastres**. 2. ed., Brasília: Imprensa Nacional, 1998.

CEARÁ. **Manual do agente de Defesa Civil**. Coordenadoria Estadual de Defesa Civil – CEDEC; Secretaria do Trabalho e Ação Social – SETAS. Governo do Estado do Ceará. Fortaleza, 2002.

DUARTE, Luiz Ricardo. **Os CONSEG's e a redução de riscos**. Florianópolis: CEPED / UFSC, 2008.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1991.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. Trad. Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. 4ª ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1970.

Histórico da Defesa Civil. Secretaria Nacional de Defesa Civil. Disponível em <<http://www.defesacivil.gov.br/historico/index.asp/>>. Acesso em: 10 jul. 2009.

Linhas de Ação da Defesa Civil do Ceará. Coordenadoria Estadual de Defesa Civil CEDEC. http://www.defesacivil.ce.gov.br/leiamais_historico.asp/ Acesso em: 19 ago.2009.

LUCENA, Rejane. **Manual de formação de NUDEC's**. Jaboatão dos Guararapes, Jun.2005.

MACEDO, E.S.; OGURA, A.T.; SANTORO, J. **Defesa Civil e escorregamentos**: o plano preventivo do litoral paulista. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOLOGIA DE ENGENHARIA, São Pedro (SP). Anais. São Paulo: ABGE, 1999. CD-ROM.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.); DESLANDES, Suely Ferreira; NETO, Otávio Cruz; GOMES, Romeu. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 8ª ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

OMS. **Atuação do pessoal local de saúde e da comunidade frente aos desastres naturais**. Trad. Suzanne Del Carmen Capó de Tavares Sobral. Genebra, Suíça: Impressão em Português SEDEC, 1989.

Relatórios da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil – COMDEC Fortaleza de 2005, 2006, 2007, 2008 e 2009.1

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 19ª ed. São Paulo: Cortez, 1993.

GLOSSÁRIO

ABALO SÍSMICO

Movimentos naturais da crosta terrestre, que se propagam por meio de vibrações. Podem ser percebidos diretamente pelas pessoas ou por meio de instrumentos especiais chamados sismógrafos. Anualmente são registrados cerca de 1 (um) milhão de abalos sísmicos, dos quais cerca de 5.000 são percebidos pelo homem e 20 a 30 são de efeitos danosos. A intensidade dos terremotos é bastante variável, e os fatores que nela mais influem são: a magnitude da energia liberada, a distância do epicentro, a profundidade do hipocentro e as características das rochas. Assim, quanto maior a distância, menor a intensidade e, quanto mais resistentes as rochas, menores os danos causados. A intensidade pode variar desde a imperceptível pelo homem até aquela cujos efeitos podem destruir cidades inteiras, como os famosos terremotos ocorridos em Lisboa (1755), San Francisco (1906), Tóquio (1923) e Manágua (1972). Atualmente, a escala mais utilizada para medir a intensidade dos abalos sísmicos é a Escala de Mercalli, que mede os danos provocados por terremotos. Os danos podem ser humanos, materiais ou ambientais (geológicos).

ABASTECIMENTO

Atividade logística relacionada com o fornecimento de recursos materiais necessários a uma determinada operação. Compreende ações como estimativa de necessidades, padronização de itens de suprimento, aquisição, recepção e verificação do material adquirido, estocagem, distribuição e controle de níveis de estoque e do consumo dos diferentes itens de suprimento.

ABRIGO

Local ou instalação que proporciona hospedagem a pessoas necessitadas. Em linguagem militar, local que proporciona proteção contra o fogo (tiros e bombas) e contra as vistas (observação) do inimigo.

ALAGAMENTO

Água acumulada no leito das ruas e no perímetro urbano por fortes precipitações pluviométricas, em cidades com sistemas de drenagem deficientes.

ALARME

Sinal, dispositivo ou sistema que tem por finalidade avisar sobre um perigo ou risco iminente. Nessas circunstâncias, o dispositivo operacional passa da situação de prontidão “em condições de emprego imediato” (ECDEI) para a de início ordenado das operações de socorro.

ALERTA

Dispositivo de vigilância. Situação em que o perigo ou risco é previsível a curto prazo. Nessas circunstâncias, o dispositivo operacional evolui da situação de sobreaviso para a de prontidão (ECDEI), em condições de emprego imediato.

AMEAÇA

1. Risco imediato de desastre. Prenúncio ou indício de um evento desastroso. Evento adverso provocador de desastre, quando ainda potencial. 2. Estimativa da ocorrência e magnitude de um evento adverso, expressa em termos de probabilidade estatística de concretização do evento (ou acidente) e da provável magnitude de sua manifestação.

ANÁLISE DE RISCOS

Identificação e avaliação tanto dos tipos de ameaça como dos elementos em risco, dentro de um determinado sistema ou região geográfica definida.

ÁREA DE RISCO

Área onde existe a possibilidade de ocorrência de eventos adversos. Área passível de ser atingida por fenômenos ou processos naturais e/ou induzidos que causem efeito adverso. As pessoas que habitam essas áreas estão sujeitas a danos à integridade física, perdas materiais e patrimoniais. Normalmente, no contexto das cidades brasileiras, essas áreas correspondem a núcleos habitacionais de baixa renda (assentamentos precários).

ASSOREAMENTO

Processo de acumulação de sedimentos e/ou detritos transportados por via hídrica, em locais onde a deposição do material é mais rápida do que a capacidade de remoção natural pelos agentes de seu transporte. É um fator importante na origem das enchentes e inundações, pois o assoreamento diminui a capacidade de escoamento das águas dos rios.

ATENDIMENTO DE EMERGÊNCIA

Conjunto de ações destinadas à recuperação de pacientes, cujos danos à saúde necessitam de assistência imediata, por apresentarem risco de vida.

ATENDIMENTO DE URGÊNCIA

Conjunto de ações destinadas à recuperação de pacientes, cujos danos à saúde necessitam de assistência imediata, mas que não se encontram em situação de risco de vida.

AVALIAÇÃO DE DANOS

Método de exame sistemático de um equipamento, sistema, instalação, comunidade ou área geográfica, com o objetivo de definir e quantificar os danos humanos, materiais e ambientais e os prejuízos econômicos e sociais provocados por um determinado desastre.

AVALIAÇÃO DE IMPACTO AMBIENTAL

1. Procedimento destinado à avaliação dos impactos ambientais provocados a partir de um processo ou projeto a ser implantado. 2. Exame, análise e avaliação de atividades e processos planejados, com o objetivo de garantir um desenvolvimento adequado e que não cause prejuízo ao meio ambiente. 3. Instrumento multidisciplinar que busca identificar os interesses ambientais, os riscos de degradação e deterioração dos recursos físicos e os impactos sobre a flora e a fauna e sobre a saúde humana. Dá origem a um Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) que, para ser útil, deve ser difundido em termos compreensíveis pela população e pelos que decidirão a respeito. Os aspectos positivos e negativos devem ser identificados à base de critérios realmente relevantes para as comunidades afetadas.

AVALIAÇÃO DE RISCO

Metodologia que permite identificar uma ameaça, caracterizar e estimar sua importância, com a finalidade de definir alternativas de gestão do processo. Compreende: 1. Identificação da ameaça; 2. Caracterização do risco; 3. Avaliação da exposição; 4. Estimativa de risco e 5. Definição de alternativas de gestão.

CATÁSTROFE

Grande desgraça, acontecimento funesto e lastimoso. Desastre de grandes proporções, envolvendo alto número de vítimas e/ou danos severos.

DEFESA CIVIL

*Conjunto de ações preventivas, de socorro, assistenciais e reconstrutivas destinadas a evitar ou minimizar os desastres, preservar o moral da população e restabelecer a normalidade social. **Finalidade e Objetivos.** **Finalidade:** o direito natural à vida e à incolumidade foi formalmente reconhecido pela Constituição da República Federativa do Brasil. Compete à Defesa Civil a garantia desse direito, em circunstâncias de desastre. **Objetivo Geral:** reduzir os desastres, através da diminuição de sua ocorrência e da sua intensidade. As ações de redução de desastres abrangem os seguintes aspectos globais: **1** — Prevenção de Desastres; **2** — Preparação para Emergências e Desastres; **3** — Resposta aos Desastres; **4** — Reconstrução. **Objetivos Específicos:** **1** — promover a defesa permanente contra desastres naturais ou provocados pelo homem; **2** — prevenir ou minimizar danos, socorrer e assistir populações atingidas, reabilitar e recuperar áreas deterioradas por desastres; **3** — atuar na iminência ou em situações de desastres; **4** — promover a articulação e a coordenação do Sistema Nacional de Defesa Civil — SINDEC, em todo o território nacional.*

DEGRADAÇÃO AMBIENTAL

Alteração adversa das características do meio ambiente.

DESABRIGADO

Desalojado ou pessoa cuja habitação foi afetada por dano ou ameaça de dano e que necessita de abrigo provido pelo Sistema.

DESALOJADO

Pessoa que foi obrigada a abandonar temporária ou definitivamente sua habitação, em função de evacuações preventivas, destruição ou avaria grave, decorrentes do desastre, e que, não necessariamente, carece de abrigo provido pelo Sistema.

DESASTRE

*Resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem, sobre um ecossistema (vulnerável), causando danos humanos, materiais e/ou ambientais e conseqüentes prejuízos econômicos e sociais. Os desastres são quantificados, em função dos danos e prejuízos, em termos de intensidade, enquanto que os eventos adversos são quantificados em termos de magnitude. A intensidade de um desastre depende da interação entre a magnitude do evento adverso e o grau de vulnerabilidade do sistema receptor afetado. Normalmente o fator preponderante para a intensificação de um desastre é o grau de vulnerabilidade do sistema receptor. Os desastres classificam-se quanto à Intensidade, Evolução e Origem. a) **Quanto à intensidade**, os desastres são classificados em quatro níveis: nível I, desastres de pequena intensidade (porte) ou acidentais; nível II, desastres de média intensidade (porte); nível III, desastres de grande intensidade (porte); nível IV, desastres de muito grande intensidade (porte). b) **Classificação quanto à Evolução**. Quanto à evolução, os desastres são classificados em: desastres súbitos ou de evolução aguda; desastres graduais ou de evolução crônica; desastres por somação de efeitos parciais. **Desastres Súbitos ou de Evolução Aguda**. No Brasil, os desastres de natureza cíclica e caráter sazonal são os de maior prevalência. **Desastres Graduais de Evolução Crônica**. No Brasil, o desastre mais importante é a seca, pois apresenta essa característica de agravamento progressivo. **Desastres por Somação de Efeitos Parciais**. No Brasil, os estudos epidemiológicos demonstram que os desastres por somação de efeitos parciais são os que provocam os maiores danos anuais. Dentre os desastres por somação de efeitos parciais, destacam-se: os acidentes de trânsito; os acidentes de trabalho; os acidentes com crianças no ambiente domiciliar e peridomiciliar. c) **Classificação quanto à Origem**. Quanto à origem ou causa primária do agente causador, os desastres são classificados em: naturais; humanos ou antropogênicos; mistos. **Desastres Naturais**. São aqueles provocados por fenômenos e desequilíbrios da natureza e produzidos por fatores de origem externa que atuam independentemente da ação humana. **Desastres Humanos**. São aqueles provocados por ações ou omissões humanas. Relacionam-se com o próprio homem, enquanto agente e autor. Normalmente os desastres humanos são conseqüência de ações desajustadas geradoras de desequilíbrios socioeconômicos e políticos entre os homens e de profundas e prejudiciais alterações de seu ambiente ecológico. **Desastres Mistos**. Ocorrem quando as ações ou omissões humanas contribuem para intensificar, complicar e/ou agravar desastres naturais. Caracterizam-se, também, por intercorrências de fenômenos adversos naturais que atuam sobre condições ambientais degradadas pelo homem, provocando desastres.*

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

1. Aquele que atende às necessidades do presente, sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades. 2. Uso e gestão responsáveis dos recursos naturais, de modo a propiciar maior benefício para as gerações atuais, mantendo, porém, suas potencialidades para atender às necessidades e aspirações das gerações futuras, pelo maior espaço de tempo possível.

DESLIZAMENTO

Fenômeno provocado pelo escorregamento de materiais sólidos, como solos, rochas, vegetação e/ou material de construção ao longo de terrenos inclinados, denominados encostas, pendentes ou escarpas. Caracteriza-se por movimentos gravitacionais de massa que ocorrem de forma rápida, cuja superfície de ruptura é nitidamente definida por limites laterais e profundos, bem caracterizados. Em função da existência de planos de fraqueza nos horizontes movimentados, que condicionam a formação das superfícies de ruptura, a geometria desses movimentos é definida, assumindo a forma de cunha, planar ou circular.

DESMORONAMENTO

Queda ou derrubamento de uma edificação. É também utilizado como sinônimo de escorregamento, para descrever movimentos de encostas — desmoronamento de rocha.

EMERGÊNCIA

1. Situação crítica; acontecimento perigoso ou fortuito; incidente. 2. Caso de urgência.

ENCHENTE

Elevação do nível de água de um rio, acima de sua vazão normal. Termo normalmente utilizado como sinônimo de inundação.(V. inundação).

ESCORREGAMENTO

1. O mesmo que deslizamento. 2. Termo genérico referente a uma ampla variedade de processos envolvendo movimentos coletivos de solo e/ou rocha, regidos pela ação da gravidade. Os escorregamentos constituem-se num dos principais riscos geológicos do Brasil. As áreas atingidas são passíveis de zoneamento, podendo ser monitorizadas a partir do acompanhamento de dados de precipitações pluviométricas, principal agente deflagrador do processo. Esse fenômeno pode ocorrer: isoladamente, no tempo e no espaço, característica de escorregamento esporso; e simultaneamente com outros movimentos gravitacionais, característica de escorregamento generalizado.

ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA

Reconhecimento legal pelo poder público de situação anormal, provocada por desastres, causando sérios danos à comunidade afetada, inclusive à incolumidade e à vida de seus integrantes.

ESTIAGEM

Período prolongado de baixa pluviosidade ou sua ausência, em que a perda de umidade do solo é superior à sua reposição.

EVENTO

*Acontecimento. Em análise de risco, ocorrência externa ou interna ao sistema, envolvendo fenômeno da natureza, ato humano ou desempenho do equipamento, que causa distúrbio ao sistema. **Estatística.** Ocorrência aleatória de um acontecimento, que pode ser definido a priori, num determinado conjunto.*

EVENTO ADVERSO

Ocorrência desfavorável, prejudicial, imprópria. Acontecimento que traz prejuízo, infortúnio. Fenômeno causador de um desastre. Fenômeno com características, dimensões e localização geográfica registrada no tempo, sem causar danos econômicos e/ou sociais.

FATORES DE REDUÇÃO DE RISCO

Medidas de segurança complementares, além daquelas normalmente exigidas em qualquer planta de edificação ou indústria, que podem ser utilizadas para: 1) minimizar a expansão de uma área de danos, quando da ocorrência de um acidente; 2) reduzir a probabilidade ou magnitude de um acidente.

GEOMORFOLOGIA

Ciência que estuda as formas de relevo do solo, baseando-se na origem, estrutura e natureza das rochas, no clima da região e nos fatores que atuam na constituição do relevo terrestre.

GEOPROCESSAMENTO

O termo denota o conjunto de tecnologias de coleta, tratamento e desenvolvimento de informações espaciais. Com o desenvolvimento de tecnologia de informática, tornou-se possível se armazenar e representar tais informações em ambiente computacional, abrindo espaço para o aparecimento do Geoprocessamento.

GRUPO DE VOLUNTÁRIOS

Formação espontânea ou programada de grupos de pessoas de uma comunidade, com o objetivo de realizar trabalhos de interesse da defesa civil como: realização de campanhas, assistência, coleta de doativos e prestação de socorro nos desastres.

INCÊNDIO

Sinistro por fogo. Combustão viva. Fogo que escapa ao controle do homem. Grande prejuízo causado pelo fogo.

INDICADOR DE RISCO

Elemento que indica, de forma clara e simplificada, a existência de um risco de desastre. Um mapa de risco é um indicador gráfico.

INUNDAÇÃO

Transbordamento de água da calha normal de rios, mares, lagos e açudes, ou acumulação de água por drenagem deficiente, em áreas não habitualmente submersas. Em função da magnitude, as inundações são classificadas como: excepcionais, de grande magnitude, normais ou regulares e de pequena magnitude. Em função do padrão evolutivo, são classificadas como: enchentes ou inundações graduais, enxurradas ou inundações bruscas, alagamentos e inundações litorâneas. Na maioria das vezes, o incremento dos caudais de superfície é provocado por precipitações pluviométricas intensas e concentradas, pela intensificação do regime

de chuvas sazonais, por saturação do lençol freático ou por degelo. As inundações podem ter outras causas como: assoreamento do leito dos rios; compactação e impermeabilização do solo; erupções vulcânicas em áreas de nevados; invasão de terrenos deprimidos por maremotos, ondas intensificadas e macaréus; precipitações intensas com marés elevadas; rompimento de barragens; drenagem deficiente de áreas a montante de aterros; estrangulamento de rios provocado por desmoronamento.

LEVANTAMENTO/MAPEAMENTO

Medição da superfície do solo; traçado e medição de estruturas e preparação de mapas, perfis, cortes transversais e alinhamentos.

MAPA DE RISCO

Mapa topográfico, de escala variável, no qual se grava sinalização sobre riscos específicos, definindo níveis de probabilidade de ocorrência e de intensidade de danos previstos.

MAPA DE VULNERABILIDADE

Mapa onde se analisam as populações, os ecossistemas e o mobiliamento do território, vulneráveis a um dado risco.

MEDIDAS ESTRUTURAIS

São aquelas onde se aplicam soluções de engenharia, executando-se obras de estabilização de encostas, sistemas de micro e macro drenagem, obras de infra-estrutura urbana, recolocação de moradias, etc. Normalmente são muito custosas, sobretudo quando é necessário conter deslizamentos de grande magnitude, estabilizar grandes blocos de rocha ou evitar enchentes e inundações, e processos correlatos de erosão e solapamento de margens de córregos em extensas áreas ocupadas.

MEDIDAS NÃO ESTRUTURAIS

São aquelas onde se aplicam um rol de medidas relacionadas à políticas urbanas, planejamento urbano, legislação, planos de defesa civil e educação. São consideradas tecnologias brandas e, normalmente, têm custo muito mais baixo que as medidas estruturais (tecnologias duras), além de apresentar bons resultados, principalmente na prevenção dos desastres. Tratam-se, portanto, de medidas sem a intervenção de obras de engenharia. No caso da educação, pela sua importância, é tratada como uma ação específica.

MONITORIZAÇÃO

Observação, medição e avaliação repetitiva e continuada de dados técnicos em informações, de acordo com esquemas preestabelecidos no tempo e no espaço, utilizando métodos comparativos, com o propósito de conhecer todas as possíveis variáveis de um processo ou fenômeno em estudo e garantir respostas coerentes e oportunas. O termo está mais de acordo com a semântica do que monitoração ou, ainda, monitoramento.

MONITORIZAÇÃO DE RISCO

Aplicação da metodologia de monitorização para o acompanhamento do quadro de evolução dos riscos, com vistas a garantir uma eficiente gestão.

ORDEM PÚBLICA

1. Conjunto de instituições e preceitos coagentes, destinados a manter o bom funcionamento dos serviços públicos, a segurança e a moralidade das relações entre os cidadãos e cuja aplicação, em princípio, não pode ser objeto de acordo ou convenção. 2. Ausência de ordem. 3. Bom funcionamento dos serviços públicos e de segurança coletiva, em estreita relação interativa com a comunidade apoiada.

PLANO DE CONTINGÊNCIA OU EMERGÊNCIA

*Medida não-estrutural de gerenciamento de risco que garante maior segurança aos moradores instalados nas áreas de risco. Planejamento realizado para controlar e minimizar os efeitos previsíveis de um desastre específico. O planejamento se inicia com um "Estudo de Situação", que deve considerar as seguintes variáveis: **1** — avaliação da ameaça de desastre; **2** — avaliação da vulnerabilidade do desastre; **3** — avaliação de risco; **4** — previsão de danos; **5** — avaliação dos meios disponíveis; **6** — estudo da variável tempo; **7** — estabelecimento de uma "hipótese de planejamento", após conclusão do estudo de situação; **8** — estabelecimento da necessidade de recursos externos, após comparação das necessidades com as possibilidades (recursos disponíveis); **9** — levantamento, comparação e definição da melhor linha de ação para a solução do problema; aperfeiçoamento e, em seguida, a implantação do programa de preparação para o enfrentamento do desastre; **10** — definição das missões das instituições e equipes de atuação e programação de "exercícios simulados", que servirão para testar o desempenho das equipes e aperfeiçoar o planejamento.*

PLANO DIRETOR DE DEFESA CIVIL

Plano global de todas as ações de defesa civil, que deve considerar a seguinte sistemática de planejamento e gerenciamento de desastres: **Minimização de Desastres**, compreendendo Prevenção de Desastres e Programas de Preparação para Emergências e Desastres (P.P.E.D); **Resposta aos Desastres**, compreendendo as Ações de Socorro, Assistência à População e de Reabilitação da Área Atingida; **Reconstrução**, que tem por finalidade restabelecer, em sua plenitude, os serviços públicos, a economia da área, o moral social e o bem-estar da população.

PLUVIÔMETRO

Instrumento para medir a quantidade de precipitação que cai num local, num momento determinado.

PONTO CRÍTICO

1. Ponto geográfico, chave ou posição importante para o bom êxito de uma operação. 2. Qualquer ponto ao longo de um itinerário ou marcha, onde possa ocorrer interferência com o movimento da tropa.

PREPARAÇÃO PARA DESASTRE

Conjunto de ações desenvolvidas pela comunidade e pelas instituições governamentais e não-governamentais, para minimizar os efeitos dos desastres, através da difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos e da formação e capacitação de recursos humanos para garantir a minimização de riscos de desastres e a otimização das ações de resposta aos desastres e de reconstrução. Dentro de um planejamento global, incentiva-se o desenvolvimento de mecanismos de coordenação interinstitucional de órgãos integrantes do Sistema Nacional de Defesa Civil. Em cada nível de governo, os órgãos que compõem o Sistema devem participar do desenvolvimento de planos de contingência para o enfrentamento dos desastres previsíveis, considerando as ações de prevenção, resposta aos desastres e de reconstrução. O Programa de Preparação compreende: atualização da legislação pertinente; preparação de recursos humanos e interação com a comunidade; educação e treinamento das populações vulneráveis; organização da cadeia de comando, das medidas de coordenação das operações e da logística, em apoio às operações.

PREVENÇÃO DE DESASTRE

Conjunto de ações destinadas a reduzir a ocorrência e a intensidade de desastres naturais ou humanos, através da avaliação e redução das ameaças e/ou vulnerabilidades, minimizando os prejuízos sócioeconômicos e os danos humanos, materiais e ambientais. Implica a formulação e implantação de políticas e de programas, com a finalidade de prevenir ou minimizar os efeitos de desastres. A prevenção compreende: a Avaliação e a Redução de Riscos de Desastres, através de medidas estruturais e não-estruturais. Baseia-se em análises de riscos e de vulnerabilidades e inclui também legislação e regulamentação, zoneamento urbano, código de obras, obras públicas e planos diretores municipais.

PREVENÇÃO DE RISCOS

Estudos que visam minimizar os riscos de desastres, buscando aumentar as margens de segurança e reduzir as probabilidades de ocorrência de acidentes ou minimizar os danos causados pelos mesmos.

PRODUTO PERIGOSO

Produto cujo manuseio e tráfego apresentam risco à vida, ao meio ambiente e ao patrimônio individual ou público. Na relação de produtos considerados perigosos, foi adotada a classificação das Nações Unidas, que agrupa tais produtos em nove classes de risco: 1. Explosivos; 2. Gases comprimidos, liquefeitos, dissolvidos sob pressão ou altamente refrigerados; 3. Líquidos inflamáveis; 4. Sólidos Inflamáveis; Substâncias sujeitas a combustão espontânea; Substâncias que, em contato com a água, emitem gases inflamáveis 5. Substâncias Oxidantes; Peróxidos Orgânicos; 6. Substâncias Tóxicas; Substâncias Infectantes; 7. Substâncias Radioativas — definem-se como qualquer substância cuja atividade específica seja superior a 70 kBq/kg. 8. Corrosivos e 9. Substâncias perigosas diversas — substâncias que, durante o transporte, apresentam um risco não coberto por qualquer das outras classes.

PRONTO-ATENDIMENTO

Conjunto de elementos do atendimento de urgência, dentro do horário de trabalho de um estabelecimento de saúde.

RECONSTRUÇÃO

Conjunto de ações desenvolvidas após as operações de resposta ao desastre e destinadas a recuperar a infraestrutura e a restabelecer, em sua plenitude, os serviços públicos, a economia da área, o moral social e o bem-

estar da população. A reconstrução confunde-se com prevenção, na medida em que procura: reconstruir os ecossistemas; reduzir as vulnerabilidades; racionalizar o uso do solo e do espaço geográfico; relocar populações em áreas de menor risco; modernizar as instalações e reforçar as estruturas.

RISCO

Relação entre a possibilidade de ocorrência de um dado processo ou fenômeno, e a magnitude de danos ou conseqüências sociais e/ou econômicas sobre um dado elemento, grupo ou comunidade. Quanto maior a vulnerabilidade, maior o risco. 1. Medida de dano potencial ou prejuízo econômico expressa em termos de probabilidade estatística de ocorrência e de intensidade ou grandeza das conseqüências previsíveis. 2. Probabilidade de ocorrência de um acidente ou evento adverso, relacionado com a intensidade dos danos ou perdas, resultantes dos mesmos. 3. Probabilidade de danos potenciais dentro de um período especificado de tempo e/ou de ciclos operacionais. 4. Fatores estabelecidos, mediante estudos sistematizados, que envolvem uma probabilidade significativa de ocorrência de um acidente ou desastre. 5. Relação existente entre a probabilidade de que uma ameaça de evento adverso ou acidente determinado se concretize e o grau de vulnerabilidade do sistema receptor a seus efeitos.

SECA

1. Ausência prolongada, deficiência acentuada ou fraca distribuição de precipitação. 2. Período de tempo seco, suficientemente prolongado, para que a falta de precipitação provoque grave desequilíbrio hidrológico. 3. Do ponto de vista meteorológico, a seca é uma estiagem prolongada, caracterizada por provocar uma redução sustentada das reservas hídricas existentes. 4. Numa visão sócioeconômica, a seca depende muito mais das vulnerabilidades dos grupos sociais afetados que das condições climáticas.

SISTEMA DE ALARME

Dispositivo de vigilância permanente e automática de uma área ou planta industrial, que detecta variações de constantes ambientais e informa os sistemas de segurança a respeito.

SISTEMA DE ALERTA

Conjunto de equipamentos ou recursos tecnológicos para informar a população sobre a ocorrência iminente de eventos adversos.

SISTEMA NACIONAL DE DEFESA CIVIL — SINDEC

Organizado por decreto, tem por competência planejar e promover a defesa permanente contra desastres, naturais ou provocados pelo homem, e atuar em situações de emergência e em estados de calamidade pública, integrando, no território nacional, ações de órgãos e entidades públicas e privadas, em interação com a comunidade, objetivando prevenir ou minimizar danos, socorrer e assistir populações atingidas e recuperar áreas deterioradas por eventos adversos.

SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA

Reconhecimento legal pelo poder público de situação anormal, provocada por desastres, causando danos (superáveis) à comunidade afetada.

SOTERRAMENTO

1. Ocorrência atendida por equipe de busca e salvamento, em que se procura retirar pessoas sufocadas e bens sob a terra. 2. Ato ou efeito de cobrir ou ser coberto com terra.

SUPRIMENTO

1. Itens necessários para o equipamento, manutenção e operação de uma força, incluindo alimentação, vestuário, equipamento, armamento, munição, combustível, forragem, material e máquinas de toda espécie. 2. Atividade logística que compreende a determinação de necessidades, obtenção, armazenamento, distribuição e administração dos suprimentos.

SUSCETIBILIDADE

Indica a potencialidade de ocorrência de processos naturais e induzidos em uma dada área, expressando-se segundo classes de probabilidade de ocorrência.

TEMPO DE ATENDIMENTO

Período de tempo entre a chegada e a saída do trem de socorro, no local da ocorrência, cumprindo sua missão específica.

TRIAGEM

Método de classificação das vítimas, que inclui um diagnóstico básico, avaliação do quadro clínico, prognóstico imediato e definição de prioridade no atendimento e na referência. Tem por objetivo a identificação de pacientes em risco de morte e que serão salvos, caso recebam uma prioridade que lhes assegure cuidados imediatos e oportunos, em locais adequados.

URGÊNCIA

Atendimento rápido a uma ocorrência. Situação que exige providências inadiáveis. Diz-se da situação de um paciente que exige cuidados imediatos, podendo não estar em situação de risco iminente de morte.

VÍTIMA

Pessoa que sofreu qualquer espécie de dano físico, psíquico, econômico ou social, em consequência de violência ou desastre.

VULNERABILIDADE

Grau de perda para um dado elemento, grupo ou comunidade dentro de uma determinada área passível de ser afetada por um fenômeno ou processo.

1. Condição intrínseca ao corpo ou sistema receptor que, em interação com a magnitude do evento ou acidente, caracteriza os efeitos adversos, medidos em termos de intensidade dos danos prováveis. 2. Relação existente entre a magnitude da ameaça, caso ela se concretize, e a intensidade do dano consequente. 3. Probabilidade de uma determinada comunidade ou área geográfica ser afetada por uma ameaça ou risco potencial de desastre, estabelecida a partir de estudos técnicos. 4. Corresponde ao nível de insegurança intrínseca de um cenário de desastre a um evento adverso determinado. Vulnerabilidade é o inverso da segurança.

Fontes:

BRASIL. Mapeamento de Riscos em Encostas e Margens de Rios. Ministério das Cidades; Instituto de Pesquisas Tecnológicas – IPT. Brasília, 2007.

CASTRO, Antônio Luiz Coimbra de. Glossário de defesa civil: estudos de riscos e medicina de desastres. 2. ed., Brasília, DF: Imprensa Nacional, 1998.

APÊNDICE A – Roteiro das Entrevistas

Os dados coletados serão utilizados para pesquisas e elaboração da monografia de Especialização em Cidadania, Direitos Humanos e Segurança Pública na Universidade Federal do Ceará.

RESPONSÁVEL: Patrícia Mena Barreto Vieira

Bom dia! Boa tarde! Obrigada pela disposição ao dar a entrevista.
Essa pesquisa faz parte da construção de uma monografia sobre as ações preventivas da COMDEC e os NUDEC's.

Data do preenchimento do questionário: ___/___/___ Horário: ___:___ Fortaleza - CE.

NUDEC: () Boa Vista () Rodolfo Teófilo

Sexo: Masc. () Fem. ()

ROTEIRO DAS ENTREVISTAS

Perguntas para as Comunidades

1. Como é sua participação em atividades da comunidade?
2. Como você vê a atuação da Defesa Civil no seu bairro?
3. Como as orientações da Defesa Civil ajudam na prevenção de desastres dentro da sua comunidade?
4. Como você se sente enquanto parceiro / voluntário da Defesa Civil?
5. Em sua opinião o que é o NUDEC?
6. Aconteceram melhoras ou mudanças no bairro através do NUDEC?

Perguntas para a equipe da CONDEC que coordena a implantação dos NUDEC's

7. Quais as dificuldades que vocês encontraram para implantar o NUDEC?
8. Por que implantar os NUDECs?
9. Pretende formar mais NUDECs?
10. Como os NUDECs estão ajudando nas ações da Defesa Civil?

Aproveito a oportunidade para agradecer sua colaboração. Obrigada por contribuir com a pesquisa que estamos realizando. Você está nos ajudando a conhecer a importância do trabalho preventivo de Defesa Civil e dos NUDEC's para a nossa cidade.

ANEXOS

ANEXO A - Critérios de Abrigamento

CRITÉRIOS PARA O ABRIGAMENTO DE FAMÍLIAS ATENDIDAS PELA DEFESA CIVIL DE FORTALEZA:

1. A família só poderá ser abrigada em caso de risco de desastre ou em caso de desastre.
2. Em caso de risco, a família poderá ir para um local seguro para que a vida de todos seja preservada, desde que a Defesa Civil seja comunicada em tempo hábil, para que o técnico regional correspondente à área; tome conhecimento e faça a devida avaliação do risco na residência e emita o relatório de atendimento para COMDEC.
3. No relatório de REMOÇÃO deverá conter: tipologia da ocorrência, data do atendimento, endereço da ocorrência, tempo de moradia, se a casa é cedida, própria, alugada, nº de pessoas, se há condição de retorno ou não, endereço do abrigo para onde a família foi removida com ponto de referência, contato telefônico, nome da chefe da família acolhedora.
4. A primeira alternativa de abrigamento é: ABRIGO SOLIDÁRIO, sendo a última opção, ABRIGO PÚBLICO.
5. Após a remoção da família, a COMDEC deverá imediatamente ser informada pela equipe de atendimento, sobre o abrigamento para que a mesma seja cadastrada pela Equipe de Ações Comunitárias e realizado os devidos encaminhamentos, conforme as demandas identificadas, para HABITAFOR, SEDAS, dentre outras Secretarias para que possam adotar as medidas cabíveis dentro de suas competências.
6. Deverá ser constatado o risco de desastre ou o fato consumado pelo técnico de Defesa Civil para que a família seja abrigada e acompanhada pela Defesa Civil. O ideal é que sejam registrados através de fotos os sinais de risco na residência para fundamentação do relatório de atendimento.
7. Identificado o risco o técnico deverá deixar claro no relatório se há condição de retorno para a residência, caso haja reparos na estrutura, ou não há condição. Há casos em que, no período chuvoso, as casas alagam por determinado período e ao parar de chover a água escoava voltando à normalidade. Isso significa que a família ficará abrigada por um período determinado. Com isso, voltará para casa e deixará de ser acompanhada pela Defesa Civil, no que concerne a entrega de material assistencial.
8. Em caso de residência alugada com risco, a família será abrigada e acompanhada pela DC temporariamente, sendo concedido um prazo de 90 dias para que procure um local para morar, e o atendimento restringe-se a família residente.
9. **Não abrigaremos nem acompanharemos casos de vulnerabilidade social, embora residam em área de risco:** famílias sem moradia, famílias vítimas de violência, famílias que não podem pagar aluguel e foram despejadas, famílias que saíram da residência e se abrigaram por conta própria sem comunicar a Defesa Civil e só procuraram a Defesa Civil depois de muito tempo, dentre outras. O público alvo da Defesa Civil são famílias que estão sob risco de desastre ou acometidas por desastre.

Todos esses critérios foram criados a partir de discussões entre técnicos da Defesa Civil, Secretaria Municipal de Assistência Social e Fundação Habitacional de Fortaleza, onde foi detectada a necessidade da criação desses parâmetros que auxiliam a administração pública no desempenho de suas ações e esclarecem para a sociedade o real papel da Defesa Civil e dos órgãos parceiros.

ANEXO B – NUDEC's

NUDECS fundados pela COMDEC Fortaleza

1. Nudec - Barra do Ceará (SER I) – que funciona na Associação dos Moradores da Barra do Ceará situado na Travessa Areia Branca, 62 – Barra do Ceará. É composto por um núcleo gestor de 8 pessoas.
2. Nudec - Jardim Iracema (SER I) – que funciona na Associação de Moradores do Riacho Doce situado na Rua Florêncio de Alencar, 583 – Jardim Iracema. Composto por um Núcleo Gestor de 6 pessoas.
3. Nudec – Luxou (SER II) – que funciona na Casa da Comunidade situado na Av. César Cals, 2547 – Luxou. Composto por um Núcleo Gestor de 7 pessoas.
4. Nudec – Serviluz (SER II) – que funciona no CRAS – Francisco Soares de Carvalho situado na Av. Zezé Diogo, 1038 – Serviluz. Composto por um Núcleo Gestor de 7 pessoas
5. Nudec – Lagamar (SER II e VI) – que funciona no Centro de Cidadania Júlio Ventura situado na Rua Sabino Monte, 4506 – São João do Tauape. Composto por um Núcleo Gestor de 7 pessoas
6. Nudec – Pio Saraiva (SER III) – que funciona na Unidade Social Meniná Meninó – Complexo de Cidadania José Carlos da Costa Ribeiro) situado na Rua Pio Saraiva, 68 – Quintino Cunha. Composto por um Núcleo Gestor de 11 pessoas
7. Nudec – Rodolfo Teófilo (SER III) – que funciona no Auditório da Guarda Municipal e Defesa Civil de Fortaleza situado na Rua Delmiro de Farias, 1900 – Rodolfo Teófilo. Composto por um Núcleo Gestor de 5 pessoas.
8. Nudec – Demócrito Rocha (SER IV) – que funciona no Salão da Igreja de Maria situado na Rua Amapá, s/n – Demócrito Rocha. Composto por um Núcleo Gestor de 10 pessoas.
9. Nudec – Parque Jerusalém (SER V) – que funciona na Associação Comunitária do Parque Jerusalém situado na Rua São Felipe, 1151 – Parque Jerusalém. Composto por um Núcleo Gestor de 7 pessoas.
10. Nudec – Boa Vista (SER VI) - que funciona no Complexo de Cidadania Dr. Pontes Neto – CRAS Boa Vista, situado na Av. Alberto Craveiro, 1480 – Boa Vista-Castelão. Composto por um Núcleo Gestor de 9 pessoas.

ANEXO C – Regimento de Funcionamento dos NUDEC's

O Regimento de Funcionamento dos Núcleos Comunitários de Defesa Civil – NUDEC's

Capítulo I – Do Regimento

*Art. 1º – O presente regimento aprovado pela **Coordenadoria Municipal de Defesa Civil de Fortaleza – COMDEC**, instituída pela Lei 0019/2004, tem por objetivo contribuir com a organização e funcionamento dos núcleos voluntários de defesa civil – NUDEC's, quer também garantir o funcionamento dos núcleos, e incentivar a participação da comunidade nas ações de socorro e prevenção de danos causados por fenômenos naturais, humanos ou mistos.*

Capítulo II – Da Definição

Art. 2º - Os NUDEC's são grupos de pessoas voluntárias de uma comunidade ou de um bairro localizado nas áreas de maior vulnerabilidade do município, que será preparado (capacitado) em ações de Defesa Civil, para atuar numa situação de emergência, constituindo-se como medida preventiva destinada a evitar ou minimizar desastres naturais, humanos ou mistos.

Art.3º - A participação dos integrantes dos NUDEC's está fundamentada na Lei Nº. 9.608/98, que dispõe sobre o serviço voluntário, atividade não remunerada, prestada por pessoa física a entidade pública de qualquer natureza ou instituição privada de fins não lucrativos, e que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social, inclusive mutualidade.

Parágrafo Único – *O serviço voluntário não gera vínculo empregatício nem obrigação de natureza trabalhista, previdenciária ou afim.*

Capítulo III – Do Objetivo Geral

Art. 4º - A implantação dos NUDEC's tem como objetivo geral contribuir para o desenvolvimento de uma comunidade mais integrada e segura, estimulando o comportamento participativo, destacando não só a problemática dos riscos mas a possibilidade de uma reversão quanto aos desastres decorrentes da degradação do meio ambiente local.

Capítulo IV – Dos Objetivos Específicos

Art.5º - Incentivar o senso de participação e integração das comunidades nas ações de Defesa Civil, visando prevenir e reduzir os desastres decorrentes da degradação do meio ambiente local.

Art.6º - Promover a educação preventiva, organizando e executando campanhas com as comunidades objetivando a conscientização para redução dos riscos de desastres ocasionados por eventos adversos;

Art.7º - Implementar a interação entre os órgãos governamentais, não-governamentais e a comunidade, por intermédio dos NUDEC's, com a finalidade de garantir uma resposta integrada de toda a sociedade;

Art.8º - Diagnosticar junto com a comunidade as áreas de risco e planejar a execução de atividades que visem à redução dos riscos de desastres;

Art.9º - Envolver os representantes dos equipamentos sociais da comunidade para participar das ações desenvolvidas pelo NUDEC;

Art.10º- Desenvolver ações conjuntamente a partir dos problemas identificados pelos NUDEC's.

Capítulo V – Do Núcleo Gestor

Art.11º- Os núcleos comunitários serão coordenados por um grupo gestor composto de 03 (três) membros escolhidos em reunião de instalação dos mesmos.

Art.12º - Ao núcleo gestor compete:

- I. Mobilizar a comunidade e incentivar à participação nas ações de Defesa Civil do Município de Fortaleza.*
- II. Proporcionar o intercâmbio de informações entre COMDEC e a comunidade.*
- III. Elaborar relatórios trimestrais das ações desenvolvidas na comunidade.*

Art.13º- Os núcleos gestores terão um mandato de 02 (dois) anos;

Parágrafo Único – Não haverá possibilidade de recondução para um novo mandato;

Capítulo VI – Da Representação no Comitê de Planejamento e Execução de Ações para a Quadra Chuvosa:

Art.14º - Os núcleos comunitários de defesa civil elegerão em plenária popular, convocada especificamente para tal, uma representação para o comitê das chuvas.

Art.15º - A participação dos núcleos no comitê se dará por 02 (dois) membros: 01 (um) titular e 01(um) suplente por cada regional, totalizando 12 (doze) membros.

Capítulo VII – Disposições Gerais

*Art.16º - Os casos omissos e conflitantes a este regimento deverão ser decididos pela **Coordenadoria Municipal de Defesa Civil - COMDEC** e terão caráter irrecorrível e irrevogável.*

ANEXO D – Cartilha E Quando a Chuva Chegar? – Vol 2.



Cidadã e Cidadão,

As primeiras chuvas de 2007 já começaram a banhar nossa Fortaleza e, para nos precavermos de eventuais danos, temos que tomar alguns cuidados. Assim, publicamos pelo segundo ano seguido esta cartilha que chega às suas mãos. Ela é parte de uma força-tarefa para atravessarmos a quadra chuvosa com planejamento e responsabilidade.

Aqui você encontrará informações e orientações importantes sobre como devemos nos defender de possíveis alagamentos, escorregamentos, afogamentos e riscos de contrair doenças. Suas dúvidas podem ser tiradas nesta publicação ou ainda pelos telefones disponíveis na última página de sua cartilha.

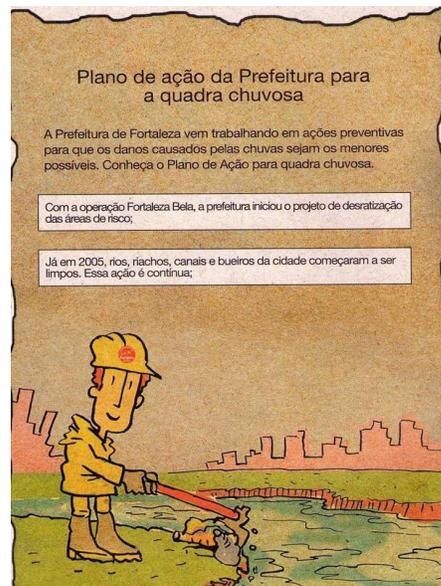
Quero lembrar que o plano de ação da Prefeitura para a quadra chuvosa é uma política permanente, iniciada com a Operação Fortaleza Bela, no começo de nossa gestão. Ainda em 2005, rios, riachos, canais e bueiros da cidade começaram a ser limpos. E, somente do ano passado para cá, a Operação Fortaleza Bela chegou a mais de 90 bairros. Centenas de ruas e avenidas receberam novo asfalto. E as lagoas estão sendo recuperadas.

Este ano, mais uma vez, os diversos órgãos da administração municipal somaram esforços para reduzir os impactos da chuva e garantir agilidade nos atendimentos a eventuais ocorrências. Agentes de cidadania foram capacitados, o número de abrigos aumentou e novos equipamentos de segurança irão auxiliar o trabalho dos profissionais da defesa civil, da saúde e da assistência social.

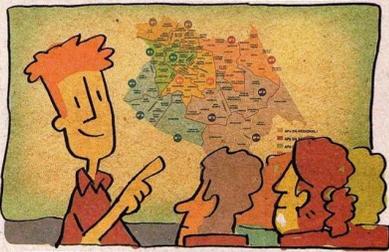
Mas, para deixar Fortaleza limpa e saudável, é preciso o envolvimento de todos. É preciso que cada um de vocês assuma uma postura cidadã. Isso significa cuidar para que o lixo seja jogado na lixeira e para que as orientações contra a dengue sejam seguidas por toda a família. Faça a sua parte!

Luizianne Lins
Prefeita de Fortaleza

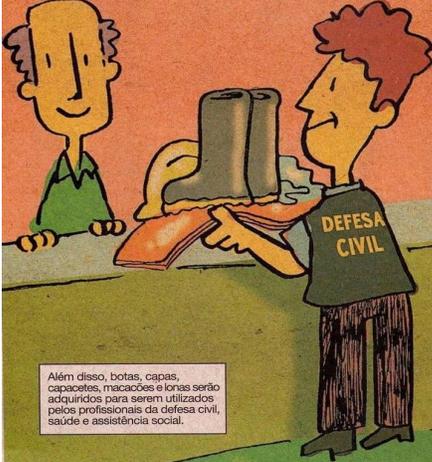




Este ano, noventa agentes de cidadania estão sendo treinados para atuar nas ações de defesa civil durante o período chuvoso;



O número de abrigos da Prefeitura, para os casos mais graves, aumentou. Além dos 13 já disponíveis, mais cinco estão prontos para receber as famílias vitimadas;

Além disso, botas, capas, capacetes, macacões e lonas serão adquiridos para serem utilizados pelos profissionais da defesa civil, saúde e assistência social.

O que fazer quando a chuva chegar?

Seguindo as orientações da Prefeitura, você e sua família ficarão em segurança. Juntos, podemos ajudar toda nossa comunidade.

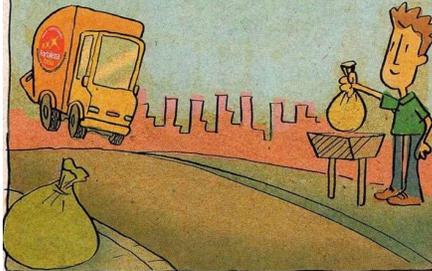
-  Procure abrigo num lugar alto e seco;
-  Ajude os idosos e deficientes de sua comunidade;
-  Impeça as crianças de nadar e brincar nas águas das enchentes;
-  Jogue fora todos os alimentos e os medicamentos que tiverem contato com a água da enchente;
-  Peça orientação aos técnicos da secretaria regional.



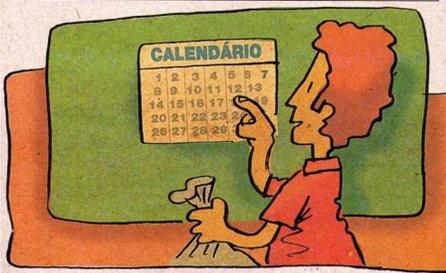
Todos podemos ajudar. Cuidar do destino do lixo é simples e fundamental.

O acondicionamento correto do lixo é importante em qualquer período do ano. Mas durante o inverno, com a queda das chuvas, colocar o lixo no lugar certo é muito importante para que muitos problemas, inclusive de saúde, sejam evitados. Aqui vão algumas dicas:

Os resíduos sólidos devem ser bem acondicionados em sacos plásticos bem fechados, evitando que os mesmos se abram e o lixo se espalhe;



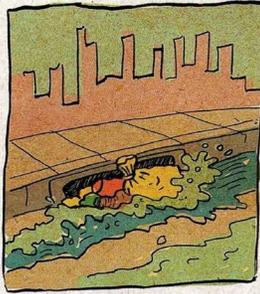
Só coloque o lixo na calçada no dia e hora estabelecidos no calendário de coleta domiciliar. Não coloque o lixo se não for o dia correto;



CALENDÁRIO

1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	
14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27
28	29	30	31			

Caso perca o dia da coleta, não jogue o lixo em terrenos baldios, nos riachos, rios ou canais. O lixo colocado em local errado torna-se um foco para insetos, que podem transmitir muitas doenças;

- Nunca jogue o lixo nos bueiros, pois eles podem entupir e prejudicar a passagem da água da chuva;
- Caso você não tenha o calendário de coleta, solicite ou se informe sobre o dia e hora que o caminhão passa no seu bairro, através do telefone: **0800-85-4400.**
- Colocando o lixo em locais indevidos, você poderá criar um ponto de lixo que, com a chuva, se espalhará facilmente. Denuncie a existência de pontos de lixo através do telefone: **0800-85-1531.**

• Outra dica importante é com relação às árvores. Caso você note que alguma árvore está ameaçando cair entre, imediatamente, em contato com o telefone: **0800-85-1531.**

• A Prefeitura, através da Empresa Municipal de Limpeza e Urbanização (EMLURB), disponibiliza o serviço de podas e cortes.



Você Sabia?

O lixo que você joga no meio ambiente leva bastante tempo para se deteriorar. Veja no quadro abaixo o tempo médio de decomposição de cada material:

MATERIAL	TEMPO
Papel	de 3 a 6 meses
Pano	de 6 meses a 1 ano
Ponta de cigarro	1 ano e meio
Chiclete	5 anos
Isopor	8 anos
Madeira pintada	30 anos
Nylon	Mais de 30 anos
Copos de plástico	50 anos
Plástico	100 anos
Metal	100 anos
Fralda descartável comum	450 anos
Pneus	Indeterminado
Vidro	Indeterminado

Por isso, é muito importante que cada um faça a sua parte. A Prefeitura está fazendo a dela e você também pode fazer a sua. Separar o lixo, reciclar e reaproveitar os materiais é uma forma de preservar a natureza e, principalmente, a nossa saúde.



As chuvas podem trazer doenças. Fique atento e proteja-se

DOENÇAS RESPIRATÓRIAS

- Gripe: febre alta, dor no corpo, tosse seca, fraqueza, dor de garganta e dor de cabeça;
- Coqueluche: (tosse comprida); tosse forte acompanhada de "guincho" e vômito após a tosse;
- Sarampo: febre alta, olhos vermelhos (conjuntivite), tosse, manchas avermelhadas no corpo;
- Difteria: febre moderada, placas branco-acinzentadas nas amígdalas;
- Meningite: febre alta, vômitos em jato, dor de cabeça, rigidez da nuca, pequenas manchas pelo corpo

Todas essas doenças podem ser evitadas com a vacinação.

DIARRÉIA

Doenças contagiosas causadas por agente como vermes, bactérias, vírus e fungos.

Cuidados:

- Destino adequado das fezes e do lixo;
- Tratar a água com hipoclorito de sódio (2 gotas por litro de água);
- Preparar e conservar bem os alimentos;
- Dar o peito para as crianças até 6 meses de idade;
- Lavar as mãos sempre que for ao banheiro.

O que fazer?

- Beber bastante líquidos;
- Manter alimentação normal;
- Usar soro caseiro;
- Procurar a unidade de saúde.

HEPATITE A

Doença infecciosa aguda provocada por vírus que produz inflamação do fígado

Contaminação

- Fezes;
- Água;
- Alimentos contaminados.

Cuidados:

- Destino adequado das fezes e do lixo;
- Lavar as mãos sempre que se alimentar;
- Preparar e conservar bem os alimentos;
- Utilizar água clorada ou fervida.

ACIDENTES POR ANIMAIS PEÇONHENTOS

Mais comuns: Cobras (jararaca, cascavel, surucucu, coral), escorpião e aranhas.

Sintomas gerais: dor no local da picada, inchaço, sangramento, enjôo, vômitos, agitação.

Cuidados:

- Lavar o local da picada com água e sabão;
- Manter a vítima deitada sem se mexer;
- Não amarrar o local, não furar, cortar ou espremer. Não aplicar folhas ou pó de café, para não provocar infecção;
- Levar a vítima ao hospital mais próximo;
- Lavar se possível o animal agressor, mesmo morto, para facilitar o diagnóstico;
- Nenhum remédio caseiro substitui o soro antipeçonhento.

Em caso de acidentes por animais peçonhentos, procure imediatamente o Instituto Dr. José Frota (IJF).

DENGUE

Sintomas da dengue clássica: febre, dor de cabeça, dor nos olhos, dor nas juntas, dor por todo o corpo e manchas vermelhas na pele.

Sintomas da dengue hemorrágica: dor muito forte na barriga, vômitos frequentes, suor frio com tonturas, sensação de desmaio, frontura quando muda de posição, agitação ou muita sonolência, sangramento de nariz, boca e outros tipos de sangramento, dificuldade em respirar, pontos ou manchas vermelhas ou roxas, boca seca e pouca vontade de urinar, mãos e pés frios ou arroxeados.

se você tiver alguns desses sintomas, beba muito líquido e procure o serviço de saúde.

LEPTOSPIROSE

É uma doença gravíssima causada por uma bactéria (leptospira) presente na urina do rato. Essa urina acaba contaminando os riachos, esgotos e buéiros. Com as chuvas, a água ou a lama desses locais acaba sendo a principal fonte de contaminação. Mas a doença não é transmitida de uma pessoa para outra.

Sintomas: Febre, dor de cabeça, dor por todo o corpo (principalmente na batata da perna), fraqueza e calafrios.

OBS: Os sintomas podem ser confundidos com os da gripe. Os sinais aparecem em média de 7 a 15 dias depois da contaminação

se você tiver alguns desses sintomas, procure imediatamente uma unidade de saúde.

EXPEDIENTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA

Prefeita de Fortaleza
Luizianne de Oliveira Lins
Vice-prefeito
José Carlos Veneranda

PUBLICAÇÃO

Núcleo de Comunicação Alternativa e Popular da Prefeitura de Fortaleza
Pesquisa: Comitê da Quadra Chuvosa / Equipe de elaboração da cartilha *E quando a Chuva Chegar?*, formada por representantes da **Guarda Municipal e Defesa Civil de Fortaleza**, **Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Controle Urbano (Semam)**, **Secretaria Municipal de Saúde (SMS)**, **Empresa Municipal de Limpeza e Urbanização (Emiurb)**, **Agência Reguladora de Fortaleza (Arfor)**, **Coordenadoria da Assistência Social da Secretaria Municipal de Educação e Assistência Social (Sedas)**, **Secretarias Regionais e Gabinete da Prefeita**.

Edição: Ana Cláudia Peres e Joana D'arc Dutra
Ilustrações: Rafael Limaverde

TELEFONES ÚTEIS DA DEFESA CIVIL NAS REGIONAIS:

SER I: 3433-6820	SER IV: 3433-2820
SER II: 3216-1812	SER V: 3433-2951
SER III: 3433-6880	SER VI: 3488-3130

OUTROS TELEFONES ÚTEIS:

199 - Defesa Civil do Estado
190 - Polícia Militar/Guarda Municipal e Defesa Civil de Fortaleza
192 - SAMU/SMS/Emergências Médicas
193 - Corpo de Bombeiros
154 - Perícia DETRAN
0800 2850196 - COELCE
0800 850195 - CAGECE
0800 851517 - AMC trânsito
0800 851531 - Disque Cidade Limpa/EMLURB




Fonte: COMDEC Fortaleza

ANEXO E – Folder NUPRED

"Mais fácil destruir um átomo que um preconceito"

Albert Einstein



Defesa Civil somos todos nós.

Diretor Geral da Guarda Municipal e Defesa Civil de Fortaleza:
Arimá Rocha

Coordenador Geral da defesa Civil COMDEC-Fortaleza: Alísio Santiago

Coordenador do NUPRED:
Francisco Elineudo Maia Pinheiro

Endereço:
Rua Delmiro de Farias, 1900
Rodolfo Teófilo - Fortaleza -CE

Telefones: 3066.2327 / 30662332

Email:
comdecfortaleza@yahoo.com.br



NUPRED

DEFESA CIVIL



FORTALEZA

NÚCLEO DE PESQUISA E REDUÇÃO DE DESASTRES

Fomentar a pesquisa na redução de desastres.

NUPRED



O NUPRED, Núcleo de Pesquisa e Redução de Desastres, criado pela portaria Nº 074/2008 e publicado no Diário Oficial do Município de Fortaleza de nº13.877, de 11/08/2008. Trata-se de um núcleo de pesquisa com a finalidade de buscar informações que possam dar respostas diretas e/ou meios eficazes e focais para a população na prevenção de desastres.

O avanço da ciência e da tecnologia causa impactos no desenvolvimento das sociedades e no meio ambiente em que são inseridas.

As consequências desses impactos estão tornando mais complexos os desastres naturais associados e aqueles induzidos pelo homem. As mudanças climáticas apontam para maiores impactos e consequentemente mais vítimas; assim, insere uma necessidade de se desenvolver soluções que contribuam para efetiva proteção e mitigação dos resultados desses eventos, através de estudos e pesquisas das ameaças que incidem sobre elas, as vulnerabilidades e consequentes riscos que apresentam, ainda a importância de formar e capacitar os recursos humanos para atuarem em defesa civil, justificando a importância da atuação técnico-científica para buscar resultados. Por fim, a necessidade de manipulação de dados para a formação e captação de recursos em seus diversos níveis, inclusive aqueles ofertados pelo Sistema Nacional de Defesa Civil e por outros organismos nacionais e internacionais, cuja missão é fomentar as melhorias de conhecimento e discernimento na missão de melhor atender as populações necessitadas.

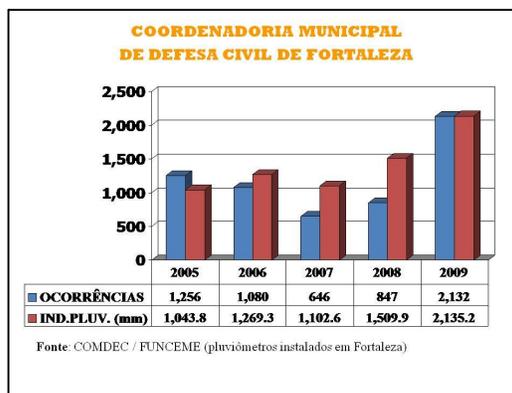
Objetivos específicos:

- I - Fomentar a pesquisa e trabalhos técnicos;
- II - Criar e gerenciar os sistemas de alerta e alarme;
- III - Subsidiar o desenvolvimento de projetos através dos produtos de estudos e pesquisas;
- IV - Fomentar a integração junto às universidades e centros de excelência em pesquisa;



Fonte: NUPRED – COMDEC Fortaleza

ANEXO F – Dados da Quadra Chuvosa 2009



**COORDENADORIA MUNICIPAL
DE DEFESA CIVIL DE FORTALEZA**

PRINCIPAIS TIPOLOGIAS DE OCORRÊNCIAS

TIPOLOGIA DE OCORRÊNCIA	QUANTIDADE
ALAGAMENTO	615
INUNDAÇÃO	159
DESABAMENTO	235
RISCO DE ALAGAMENTO	56
RISCO DE DESABAMENTO	509

Fonte: COMDEC

**COORDENADORIA MUNICIPAL
DE DEFESA CIVIL DE FORTALEZA**

OCORRÊNCIAS POR SER'S

SER	QUANTIDADE
I	309
II	409
III	254
IV	173
V	380
VI	607
TOTAL	2.132

Fonte: COMDEC

**COORDENADORIA MUNICIPAL
DE DEFESA CIVIL DE FORTALEZA**

APROXIMADAMENTE

1.624 FAMÍLIAS

ATINGIDAS PELAS CHUVAS

FONTE: COMDEC

**COORDENADORIA MUNICIPAL
DE DEFESA CIVIL DE FORTALEZA**

SER	Nº de Famílias Abridadas				TOTAL DE FAMÍLIAS ABRIGADAS POR SER'S
	ABRIGO PÚBLICO	ABRIGO SOLIDÁRIO	ALUGUEL SOCIAL	CASA CEDIDA	
I	01	03	03	-	07
II	01	08	01	-	10
III	-	06	00	01	07
IV	-	-	-	-	-
V	02	23	01	-	26
VI	45	19	26	06	96
TOTAL	49	59	31	07	TOTAL GERAL 146

FONTE: COMDEC

**COORDENADORIA MUNICIPAL
DE DEFESA CIVIL DE FORTALEZA**

MATERIAL DE ATENDIMENTO

MATERIAIS	QUANTIDADE
Cesta Básica	782
Colchonete	966
Cobertor	2.416
Rede	1.767
Filtro	337
Lona (m ²)	39.972

FONTE: COMDEC

**COORDENADORIA MUNICIPAL
DE DEFESA CIVIL DE FORTALEZA**

**DOAÇÕES FEITAS ÀS CIDADES EM SITUAÇÃO DE
CALAMIDADE PÚBLICA**

ITEM	QUANTIDADE
ALIMENTOS NÃO-PERECÍVEIS	23.291,96 Kg
ÁGUA MINERAL	6.330,5 Litros
ROUPAS / TRAVESSEIROS	6.053 Kg + 13.564 PEÇAS
CALÇADOS	124 Kg + 157 PARES
ROUPAS / CALÇADOS / BOLSAS	4.914 Kg + 1.287 PEÇAS
FOGÃO	05 UNIDADES
COLCHÃO	126 UNIDADES
CAMA / BELICHE	17 UNIDADES
BERÇO	02 UNIDADES
CADEIRA	04 UNIDADES
CARRO BEBÊ	01 UNIDADE
TÁBUA DE PASSAR	01 UNIDADE

FONTE: COMDEC

Fonte: COMDEC Fortaleza. Relatório da Quadra Chuvosa 2009.

ANEXO G – Fotos – Encontro para implantação do NUDEC Boa Vista



Abertura do Encontro NUDEC Boa Vista



Exposição sobre o NUDEC



Comunidade criando propostas em Grupos



Exposição das propostas

ANEXO H – Fotos – Encontro para implantação do NUDEC Rodolfo Teófilo

Abertura do Encontro NUDEC Boa Vista



Exposição sobre o NUDEC para a Comunidade Rodolfo Teófilo



Exposição sobre a Defesa Civil

ANEXO I – Fotos – Trabalhos Realizados pela COMDEC Fortaleza



3. CAPACITAÇÃO



DEFESA CIVIL
NAS ESCOLAS



CAPACITAÇÃO DA
DEFESA CIVIL



CAMPANHA DA
DENGUE

4. PREVISÃO METEOROLÓGICA



ANÁLISE ATMOSFÉRICA



AÇÕES DE SOCORRO E EMERGÊNCIA

1. ABASTECIMENTO DE ABRIGOS



2. CONTROLE DE ESTOQUE



3. ATENDIMENTO AO SOCORRO



4. REMOÇÃO DE FAMÍLIAS



5. ATENDIMENTO ÀS FAMÍLIAS



RETIRADA DA ÁREA DE RISCO



CADASTRO



ABRIGO



ASSISTÊNCIA

AÇÕES COMUNITÁRIAS

1. ACOMPANHAMENTO DAS FAMÍLIAS ABRIGADAS



2. PROGRAMA DE ARRECADAÇÃO DE DONATIVOS



3. IMPLANTAÇÃO DE NUDEC'S



NUDEC "BOA VISTA"



COORDENADORIA MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL

COMDEC

"DEFESA CIVIL SOMOS TODOS NÓS"

TEL: 190

Fonte: COMDEC Fortaleza. Apresentação das ações.